

**A VARIAÇÃO ENTRE FORMAS DE FUTURO DO PRETÉRITO  
E DE PRETÉRITO IMPERFEITO NO PORTUGUÊS INFORMAL  
NO RIO DE JANEIRO**

por  
**ANA LÚCIA DOS PRAZERES COSTA**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Coordenação de Pós-Graduação em  
Linguística da Faculdade de Letras da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Orientadora: Professora Doutora Vera  
Lúcia Paredes P. da Silva.

Faculdade de Letras - UFRJ  
2º período de 1997

## DEFESA DE DISSERTAÇÃO

COSTA, Ana Lúcia dos P. A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. Dissertação de Mestrado em Linguística.

### BANCA EXAMINADORA



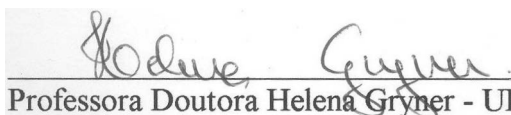
---

Professora Doutora Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva - UFRJ  
Orientadora



---

Professora Doutora Maria Marta Pereira Scherre - UNB



---

Professora Doutora Helena Grynier - UI

---

Professora Doutora Cláudia Nívia Roncarati de Souza - UFF

---

Professora Doutora Maria Lúcia Leitão de Almeida - UFRJ

Defendida a Tese:

Conceito:

Em:    /    / 1997

A meus pais, que sempre souberam despertar  
em suas filhas os sentidos de responsabilidade e  
perseverança, e que sempre deram o devido valor  
à instrução escolar, embora não houvessem tido  
muita oportunidade de acesso a esta.  
À minha irmã Rita.

*Daria pra pintar todo azul do céu,  
Dava para encher o universo da vida que eu quis pra mim...*

(Flávio Venturini/Ronaldo Bastos. Todo azul do mar)



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a:

- Deus, a quem devo minha existência e todo e qualquer sucesso obtido no que quer que eu faça;
- Minha orientadora de dissertação, Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva, pela orientação cuidadosa e responsável;
- Meus professores de Linguística da Universidade Gama Filho, onde comecei a graduação, por terem despertado em mim o interesse pela área;
- Teresinha Pedro Alves D'Almeida, que me trouxe o edital de transferência para a UFRJ, onde comecei a trabalhar com Linguística no projeto PEUL;
- Sebastião Josué Votre, por ter sido o primeiro a acreditar na minha carreira acadêmica e a me apoiar firmemente desde a Iniciação Científica;
- Maria Lúcia Leitão de Almeida, que, quando eu ainda dava meus primeiros passos na Iniciação Científica, me incentivou no sentido de um futuro Mestrado;
- Alzira Verthein Tavares de Macedo, pelo apoio carinhoso expresso desde a época em que era minha orientadora de Iniciação;
- Jonê Carla Baião, pela amizade e incentivo fraternais dos quais tenho o prazer de desfrutar desde que a conheci entre uma disciplina e outra, no curso de Mestrado;
- Todos os colegas de Mestrado, que me propiciaram um ambiente acadêmico agradável e saudável, onde havia amizade e trocas de experiências;
- Maria Marta Pereira Scherre e Helena Gryner, pelas valiosas contribuições que me concederam em torno de alguns pontos deste trabalho;
- Tereza Santos da Silva, pela troca de sugestões;
- José Quirino, pelo empréstimo de material bibliográfico;
- Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), pela experiência enriquecedora que me propiciou através do trabalho com a Iniciação Científica, e pelos dados cedidos a esta dissertação;
- CNPq, pelo subsídio financeiro.

A todos estes - e outros porventura não citados -, por todo o apoio oferecido, muito obrigada.

## SINOPSE

Análise da variação entre as formas verbais de futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo, em suas formas simples e perifrásticas ('ia + verbo no infinitivo' e 'iria + verbo no infinitivo'), na expressão de informação no âmbito do *irrealis*, sob a perspectiva da Sociolinguística quantitativa. Investigação dos contextos linguísticos e sociais correlacionados a este fenômeno variável.

## SUMÁRIO

### LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS   viii

### 1 - INTRODUÇÃO   11

### 2 - DEFINIÇÃO DO CONTEXTO DE VARIAÇÃO   14

#### 2.1 - O período hipotético   14

#### 2.2 - Outros contextos   20

#### 2.3 - A noção de *irrealis*   22

##### 2.3.1 - *Irrealis* e modalidade   23

##### 2.3.2 - *Irrealis* e tempos verbais   28

##### 2.3.3 - A questão dos auxiliares modais   35

### 3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA   39

#### 3.1 - Teoria da Variação Linguística   39

#### 3.2 - Funcionalismo Linguístico   45

##### 3.2.1 - A abordagem funcionalista   45

##### 3.2.2 - Algumas noções funcionalistas   47

#### 3.3 - Análise do Discurso   51

### 4 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA   57

#### 4.1 - O ponto de vista histórico   57

#### 4.2 - A visão das gramáticas tradicionais   60

#### 4.3 - Pesquisas recentes   64

##### 4.3.1 - Vaz Leão   65

##### 4.3.2 - Mattoso Câmara Jr.   70

#### 4.3.3 - Silva-Corvalán 75

### 5 - METODOLOGIA 79

#### 5.1 - Descrição das amostras 80

##### 5.1.1 - A amostra de língua falada 81

##### 5.1.2 - A amostra de língua escrita 83

#### 5.2 - Tratamento dos dados 86

### 6 - GRUPOS DE FATORES ANALISADOS 95

#### 6.1 - Paralelismo 96

##### 6.1.1 - Paralelismo - amostra PEUL 102

##### 6.1.2 - Paralelismo - amostra Cartas 106

#### 6.2 - Ambiente sintático-semântico 107

##### 6.2.1 - Ambiente sintático-semântico - amostra PEUL 119

##### 6.2.2 - Ambiente sintático-semântico - amostra Cartas 124

#### 6.3 - Tempo & facticidade 125

##### 6.3.1 - Tempo & facticidade - amostra PEUL 134

##### 6.3.2 - Tempo & facticidade - amostra Cartas 138

#### 6.4 - Extensão lexical 139

##### 6.4.1 - Extensão lexical - amostra PEUL 142

##### 6.4.2 - Extensão lexical - amostra Cartas 143

#### 6.5 - Tipo de texto 144

##### 6.5.1 - Tipo de texto - amostra PEUL 151

##### 6.5.2 - Tipo de texto - amostra Cartas 152

#### 6.6 - Contexto modalizador 153

##### 6.6.1 - Contexto modalizador - amostra PEUL 156

6.6.2 - Contexto modalizador - amostra Cartas 157

6.7 - Idade 157

6.7.1 - Idade - amostra PEUL 158

6.7.2 - Idade - amostra Cartas 160

6.8 - Escolarização 162

6.8.1 - Escolarização - amostra PEUL 163

6.8.2 - Escolarização - amostra Cartas 165

6.9 - Tipo de atividade (do informante) - amostra Cartas 166

7 - VERBOS MODAIS 169

8 - CONCLUSÃO 182

9 - BIBLIOGRAFIA 187

10 - NOTAS 192

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS:

TABELA 01: Resultados numéricos sobre a variação FUT. PRET. vs. IMP. IND. em apódoses durante três períodos literários. (Tabela criada com base em Leão, 1961.), p. 69

TABELA 02: Amostra Cartas. Distribuição das ocorrências entre cada grupo de cartas. (Verbos modais incluídos), p. 86

TABELA 03: Distribuição das ocorrências dos verbos “querer” e “gostar”, excluídos da análise. p. 88

TABELA 04: Distribuição geral das variantes FP, IMP, IA+V e IRIA+V entre as amostras PEUL e Cartas. (Verbos modais considerados nas contagens.), p. 94

TABELA 05: Distribuição de ocorrências das variantes FP, IMP, IA+V e IRIA+V na amostra PEUL. (Verbos modais não considerados.), p. 96

TABELA 06: Distribuição de ocorrências das variantes FP, IMP, IA+V e IRIA+V na amostra Cartas. (Verbos modais não considerados.), p. 96

TABELA 07: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha da variante IMP. (Amostra PEUL.), p. 103

TABELA 08: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha da variante FP. (Amostra PEUL.), p. 103

TABELA 09: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha da variante IA+V. (Amostra PEUL.), p. 103

TABELA 10: Frequências obtidas para o grupo de fatores PARALELISMO em relação à variante IRIA+V na amostra PEUL. p. 105

TABELA 11: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo PARALELISMO na amostra Cartas. p. 107

TABELA 12: Influência do grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO na escolha da variante IA+V. (Amostra PEUL.), p. 119

TABELA 13: Influência do grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.), p. 119

TABELA 14: Frequências obtidas para o grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO em relação à variante IMP na amostra PEUL. p. 122

TABELA 15: Frequências obtidas para o grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO em relação ao uso da variante FP na amostra PEUL. p. 122

TABELA 16: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO na amostra Cartas. p. 124

TABELA 17: Influência do grupo de fatores TEMPO & FACTUALIDADE na escolha da variante IMP. (Amostra PEUL.), p. 134

TABELA 18: Influência do grupo de fatores TEMPO & FACTUALIDADE na escolha da variante FP. (Amostra PEUL.), p. 136

TABELA 19: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo TEMPO & FACTUALIDADE na amostra Cartas. p. 138

TABELA 20: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL & SALIÊNCIA FÔNICA na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.), p. 142

TABELA 21: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.), p. 142

TABELA 22: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha da variante IA+V. (Amostra PEUL.), p. 143

TABELA 23: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo EXTENSÃO LEXICAL na amostra Cartas. p. 143

TABELA 24: Influência do grupo de fatores TIPO DE TEXTO na escolha da variante FP. (Amostra PEUL.), p. 151

TABELA 25: Influência do grupo de fatores TIPO DE TEXTO na escolha da variante IMP em RODADA EXPERIMENTAL que exclui grupo 'tempo & factualidade'. (Amostra PEUL.), p.152

TABELA 26: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo TIPO DE TEXTO na amostra Cartas. p. 152

TABELA 27: Influência do grupo de fatores CONTEXTO MODALIZADOR na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.), p. 156

TABELA 28: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo CONTEXTO MODALIZADOR na amostra Cartas. p. 157

TABELA 29: Influência do grupo de fatores IDADE na escolha da variante FP. (Amostra PEUL.), p. 158

TABELA 30: Influência do grupo de fatores IDADE na escolha da variante IA+V. (Amostra PEUL.), p. 158

TABELA 31: Influência do grupo de fatores IDADE na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.), p. 158

TABELA 32: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V entre os fatores do grupo IDADE na amostra Cartas. p. 161

TABELA 33: Influência do grupo de fatores ESCOLARIZAÇÃO na escolha da variante IMP. (Amostra PEUL.), p. 164

**TABELA 34:** Influência do grupo de fatores **ESCOLARIZAÇÃO** na escolha da variante **IA+V**. (Amostra **PEUL**.), p. 164

**TABELA 35:** Cruzamento (**CROSSTAB**) entre os grupos de fatores **IDADE** e **ESCOLARIZAÇÃO**, tendo a variante **IA+V** como valor de aplicação. (Amostra **PEUL**.), p.165

**TABELA 36:** Frequências obtidas para o grupo de fatores **ESCOLARIZAÇÃO** em relação ao uso da variante **FP** na amostra **PEUL**. p. 165

**TABELA 37:** Distribuição das variantes **IMP**, **FP**, **IA+V** e **IRIA+V** pelos fatores do grupo **ESCOLARIZAÇÃO** na amostra **Cartas**. p. 166

**TABELA 38:** Distribuição das variantes **IMP**, **FP**, **IA+V** e **IRIA+V** pelos fatores do grupo **TIPO DE ATIVIDADE DO INFORMANTE** (exclusivo da amostra **Cartas**). p. 167

**TABELA 39:** Distribuição dos verbos **MODAIS** - em seus diversos itens lexicais - nas amostras **PEUL** e **Cartas** por entre as variantes **IMP**, **FP** e **IA+V**. p. 169

**TABELA 40:** Distribuição dos dados de verbos **MODAIS** das amostras de língua falada (**PEUL**) e escrita (**Cartas**) por entre as as variantes **IMP**, **FP** e **IA+V**. p. 170

**TABELA 41:** Distribuição dos níveis de escolarização dos informantes pelas variantes **IMP**, **FP** e **IA+V** - em verbos **MODAIS** - nas amostras **PEUL** e **Cartas**. p. 171

**TABELA 42:** Influência do grupo de fatores **ESCOLARIZAÇÃO** na escolha da variante **FP** na em verbos **MODAIS** nas amostras **PEUL** e **Cartas**. p. 172

**TABELA 43:** Influência do grupo de fatores **TEMPO & FACTUALIDADE** na escolha da variante **FP** em verbos **MODAIS** nas amostras **PEUL** e **Cartas**. p. 172

**TABELA 44:** Influência do grupo de fatores **SEMÂNTICA DO VERBO** na escolha da variante **FP** em verbos **MODAIS** nas amostras **PEUL** e **Cartas**. p. 180

**TABELA 45:** Influência do grupo de fatores **AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO** na escolha da variante **FP** em verbos **MODAIS** nas amostras **PEUL** e **Cartas**. p. 181

## **GRÁFICOS:**

**GRÁFICO 01:** Pesos relativos das variantes **IA+V**, **FP** e **IRIA+V** no grupo de fatores **IDADE** na amostra **PEUL**. p. 159

**GRÁFICO 02:** Pesos relativos das variantes **IMP** e **IA+V** no grupo de fatores **ESCOLARIZAÇÃO** na amostra **PEUL**. p. 164

**GRÁFICO 03:** Percentagens das variantes **IMP**, **FP** e **IA+V** em verbos **MODAIS** distribuídas pelas amostras **PEUL** e **Cartas**. p. 170



## 1 - INTRODUÇÃO

Ao consultarmos uma gramática normativa ou livro didático de Língua Portuguesa, podemos verificar que o PRETÉRITO IMPERFEITO (INDICATIVO) é definido como expressão de uma ação habitual ocorrida num intervalo de tempo passado. Por outro lado, encontramos o FUTURO DO PRETÉRITO relacionado às noções de hipótese, incerteza e/ou futuro relativo a um momento passado.

***Imperfeito (ação iniciada, mas não concluída):***  
*Ele ajudava aos pobres.*

***Futuro do pretérito (indica um fato possível, situado no futuro, mas vinculado a um momento passado):***  
*Eu falaria com ele se pudesse.*

(Maia, 1989 [livro didático])

Mas ao nos depararmos com a língua usada na comunicação do dia-a-dia, percebemos certos usos de imperfeito sem que seu significado denote ação habitual / não concluída ocorrida no tempo passado, ocupando o ambiente sintático-semântico tradicionalmente definido para o uso do futuro do pretérito, como ocorre no slogan de uma famosa marca de *lingerie*: “Se eu fosse você, só usava Valisère”, veiculado através da imprensa falada e escrita.

Já antigos estudiosos da língua portuguesa verificaram que o futuro do pretérito pode ser substituído pelo imperfeito do indicativo em alguns contextos. Said Ali (1969)<sup>1</sup> faz tal constatação no português do Brasil do início deste século. Podemos ir ainda mais longe: Vaz Leão (1961), ao coletar períodos hipotéticos em textos literários, mostra que o imperfeito do indicativo aparece neste contexto desde a época do português arcaico.

A presente dissertação propõe-se tratar esta possibilidade como fenômeno de variação linguística, através da análise empírica de dados de uso real, de acordo com a

perspectiva da Sociolingüística Variacionista. A investigação se realizará em amostras de uso informal da língua, nas modalidades escrita e falada, sendo que a ênfase será conferida à fala.

Por se tratar de um trabalho de caráter variacionista, procuraremos identificar os ambientes lingüísticos e os fatores sociais e discursivos que levam à preferência de uma forma em detrimento da outra.

Logo na fase da coleta dos dados, ao verificarmos a variação FUTURO DO PRETÉRITO vs. PRETÉRITO IMPERFEITO nas modalidades escrita e falada da língua portuguesa, pudemos descobrir que, na realidade, tal variação não é binária, pois encontramos, paralelamente a estes tempos verbais, suas formas perifrásticas. Como ilustração, nos basearemos no slogan já citado:

- PRETÉRITO IMPERFEITO SIMPLES (IMP)  
(Se eu fosse você, só **usava** Valisère.)
- FUTURO DO PRETÉRITO SIMPLES (FP)  
(Se eu fosse você, só **usaria** Valisère.)
- PRETÉRITO IMPERFEITO EM PERÍFRASE (IA + V [infinitivo])  
(Se eu fosse você, só **ia usar** Valisère.)
- FUTURO DO PRETÉRITO EM PERÍFRASE (IRIA + V [infinitivo])  
(Se eu fosse você, só **iria usar** Valisère.)

A princípio, nossa intenção era estudar a variação em questão neste trabalho somente em períodos hipotéticos (como nos exemplos até agora vistos). Porém, logo no início da fase de varredura de dados, notamos que outros contextos sintáticos são igualmente suscetíveis a tal variação, tendo em comum o fato de transmitirem a noção de *irrealis* (cf. seção 2.3), ou seja: suposições, hipóteses, planos, etc. Assim sendo, no próximo capítulo, será levada a cabo a tarefa de definir o ambiente sintático-semântico dessa variação.

Esta pesquisa parte de fundamentos teóricos e metodológicos que concebem a língua como uso concreto e heterogêneo, ao mesmo tempo resultado e instrumento da atividade social. Estes fundamentos, ligados a abordagens nas áreas do Funcionalismo Lingüístico, Teoria da Variação e Análise do Discurso, serão comentados no capítulo 3.

No capítulo 4, realizaremos uma revisão sobre textos que têm tratado, direta ou indiretamente, do uso do pretérito imperfeito no lugar do futuro do pretérito. Tentaremos traçar uma visão histórica das variantes, comentaremos a visão de alguns gramáticos e mostraremos alguns trabalhos recentes que tocam no assunto.

O capítulo 5 será dedicado à apresentação da metodologia utilizada, bem como da descrição das amostras de língua falada e escrita, fontes de nossos dados. Também listaremos os tipos de dados que foram excluídos da análise por motivos devidamente justificados.

Os grupos de fatores relativos aos contextos lingüísticos e sociais relevantes à análise de nossa variável serão apresentados no capítulo 6. Após definir e exemplificar cada grupo, partiremos para a interpretação dos resultados quantitativos obtidos através da metodologia utilizada.

No capítulo 7 abordaremos a atuação do fenômeno variável em verbos modais, que foram tratados à parte por terem apresentado um comportamento peculiar no conjunto geral de dados.

Por fim, o capítulo 8 retoma as principais conclusões e aponta contribuições de ordem teórica e prática alcançadas pelo presente estudo. A este capítulo se seguem a bibliografia e as notas.

## 2 - DEFINIÇÃO DO CONTEXTO DE VARIAÇÃO

### 2.1 - O PERÍODO HIPOTÉTICO

Um dos contextos sintático-semânticos no qual se dá fartamente a variação entre o PRETÉRITO IMPERFEITO e o FUTURO DO PRETÉRITO (abreviadamente, IMP e FP, deste ponto em diante) é o período hipotético.

Antes de mais nada, convém estabelecer o que estamos entendendo como período hipotético, face a variedade de rótulos e as diferentes abrangências do conceito.

Segundo a gramática normativa, este tipo de período é formado por uma oração subordinada condicional (ou oração condicionante) mais uma oração principal (ou condicionada). Os termos “prótase” e “apódose” são também utilizados por força da tradição gramatical grega, de modo que o período hipotético canônico pode ser resumido no esquema: SE + PRÓTASE + APÓDOSE.

As denominações “oração antecedente” (= prótase) e “oração conseqüente” (= apódose) também são encontradas na literatura gramatical contemporânea, como em Mateus et alii (1989). Aliás, estas autoras, bem como Silva-Corvalán (1988), em vez de “período hipotético”, utilizam o rótulo “construções condicionais” para o conjunto formado por prótase e apódose.

Como vemos, no panorama geral de estudos sobre o período hipotético, não é raro encontrarmos confusão terminológica nas denominações atribuídas por variados autores. Alguns, por exemplo, atribuem o nome “condicional” à construção expressa por todo o

período hipotético (conforme relatamos no parágrafo anterior), enquanto outros, somente à primeira oração desta construção (cf. Leão, 1961).

Do mesmo modo, uns autores denominam “hipotética” a construção inteira (cf. Gryner, 1990 e Leão, 1961); outros usam este termo em referência à oração da prótase (cf. Said Ali, 1969) ; outros (cf. Mateus et alii, 1989), ainda, aplicam o nome “hipotética” a um dos três tipos de construção ‘se + prótase + apódose’ - a serem vistos a seguir - em correspondência ao que gramática latina denomina “período hipotético do potencial”.

Adotaremos, neste trabalho, a expressão “período hipotético” para o conjunto e usaremos, em equivalência, os termos: “oração condicional” ou “prótase” e “oração condicionada” ou “apódose” (lembrando que a apódose de um dos tipos de período hipotético é apenas um dos contextos possíveis onde se dá a variação que estudamos).

No que se refere à distribuição dos tipos de períodos hipotéticos, as divergências são ainda maiores, não só na atribuição dos rótulos para cada tipo, mas principalmente no estabelecimento de critérios que devem delimitar cada um.

A classificação tradicional, expressa pelos estudos da gramática latina, é a adotada por Gryner (1990) que, em sua tese de doutorado, analisa a variação de tempo-modo e conexão em prótases do período hipotético de valor potencial. Aproveitando os exemplos desta autora (baseados no famoso “O Fico”, episódio da história brasileira protagonizado por D. Pedro I), vejamos essa classificação (que também passamos a utilizar):

## TIPOS DE PERÍODO HIPOTÉTICO

### A) PERÍODO HIPOTÉTICO DO REAL (“REALIS”) ou FACTUAL

Ex. *Se (= já que) é para bem de todos, fico.*

*(Considero que é para bem de todos, uma vez que acabei de ser informado disto.)*

## B) PERÍODO HIPOTÉTICO DO POTENCIAL (“POTENTIALIS”)

Ex. *Se for para bem de todos, ficarei.*

*(Considero que pode ser ou não ser para bem de todos.)*

## C) PERÍODO HIPOTÉTICO DO IRREAL (“IRREALIS”) ou CONTRAFACTUAL

Ex. *Se fosse para bem de todos, ficaria.*

*(Considero que não é para bem de todos.)*

(Gryner, 1990: 13)

Enquanto o trabalho de Gryner se contextualiza, como já dissemos, na prótase de construções como B acima, a variação que interessa à nossa análise envolve o item C, especificamente a apódose (“ficaria”, “ficava”, “ia ficar” ou “iria ficar”).

Esta classificação, porém, não combina com o que fora postulado por Ângela Vaz Leão (1961) em sua obra intitulada O período hipotético iniciado por se. Esta autora argumenta que a construção sintática típica do *modus irrealis* - ‘Se + imperfeito do subjuntivo + futuro do pretérito’ - pode também expressar uma hipótese possível (*modus potentialis*):

a- *Se eu tivesse asas, voaria para lá.* [IRREAL]

b- *Se eu fosse você, agiria dessa maneira.* [IRREAL]

c- *Se eu tivesse dinheiro, repartiria com você.* [POSSÍVEL, porém IMPROVÁVEL]

d- *Se quisesses, ainda chegarias a tempo.* [POSSÍVEL]

*As condições dos períodos a e b são irrealis, impossíveis; a de c é improvável, mas não impossível; a de d é possível, com maior grau de probabilidade que a de c. Essas diferenças, entretanto, não impediram que se formasse um único sistema sintático. Daí o afirmarmos que a realidade ou a irrealidade está no contexto e não no molde da frase: “eu ser você”, “eu ter asas” são coisas irrealis, inverossímeis, em qualquer tipo de período hipotético. [Grifo nosso.]*

(Leão, 1961: 86)

Concordamos com Leão no que diz respeito à importância do contexto na definição da realidade ou irreabilidade (“irrealidade” equivale ao que chamaremos de “contrafactualidade”: cf. seção 2.3.1) do que se expressa na frase. Porém, para fins de organização sintática dos tipos de período hipotético, estamos diante de duas abordagens. Do ponto de vista tradicional (gramática latina), que privilegia a forma, temos três construções sintáticas carregando respectivamente três naturezas de condições. Por outro lado, um critério semântico (como o de Leão, 1961) poderia nos levar a rearranjar tais períodos de acordo com o sentido que transmitem:

1- Período hipotético do real
2- Período hipotético do potencial <sup>2</sup> 2a- Forma padrão, conforme a tradição da gramática latina “Se quiseres, ainda chegarás a tempo” 2b- Forma de irreal mas semântica de possibilidade (potencial) “Se quisesses, ainda chegarias a tempo”
3- Período hipotético do irreal

Se adotarmos o critério de Vaz Leão, que acabamos de esquematizar, não conseguiremos delimitar de maneira clara o tipo de período hipotético em que ocorre a variação que nos interessa, ou seja: a forma de potencial que apresente na prótase o imperfeito do subjuntivo (-sse) (item 2b do quadro acima) - descartando a outra forma de potencial (item 2a acima) - mais as irreais (item 3 acima).

Parece-nos mais simples que tomemos a seguinte posição: o tipo de construção hipotética a ser considerada neste trabalho se limita ao período hipotético do irreal ou contrafactual (seguindo a classificação tradicional latina), sabendo que, do ponto de vista

semântico-discursivo, neste tipo pode haver nuances de probabilidade, como nos outros dois.

Isto quer dizer que, em princípio, “Se eu tenho dinheiro, compro um carro” pode traduzir um fato tão provável ou improvável quanto “Se eu tivesse dinheiro, compraria um carro”, dependendo de vários fatores, como: quem é o locutor, com que propósito relata, que condições sócio-econômicas possui, etc. (embora a tendência seja a escolher o segundo exemplo quando o fato for menos provável).

Além disso, podemos levar em consideração o fato de que construções que têm a prótase no imperfeito do subjuntivo (-sse) (tradicionalmente classificadas como “período hipotético do irreal”), tanto com semântica de impossibilidade quanto de possibilidade, apresentam em comum a idéia de uma **negação implícita na prótase**<sup>3</sup>, ou, nos termos de Palmer (1986: 116, 189), uma espécie de “crença negativa” por parte do falante.

Utilizemos os exemplos já vistos, extraídos de Leão (1961: 86), para uma análise:

- Construção hipotética totalmente irreal:

Se eu fosse você, agiria desta maneira.

= Eu **não** sou você

- Construção hipotética irreal / improvável:

Se eu tivesse dinheiro, repartiria com você.

= Eu **não** tenho dinheiro, mas posso vir a ter um dia.

- Construção hipotética irreal / possível (referente a um tempo futuro):

Se quisesses, ainda chegarias a tempo.

= Me parece que **não** queres.

A Gramática da Língua Portuguesa de Mateus et alii (1989) realiza a mesma classificação dos períodos hipotéticos proposta por Leão (1961), de caráter estritamente semântico, pois chama de “construção condicional contrafactual” (= período hipotético do irreal) **somente** a que veicula informações totalmente pertencentes a “mundos alternativos ao mundo real” (Mateus et alii, 1989: 302), ou seja, construções do tipo:



“Se tivesse chovido em Portugal em 1981 [mas não choveu], não tinha/teria havido seca”

<sup>4</sup>, “Se o Sol girasse à volta da Terra [mas não gira], não havia/ haveria sistema solar”, etc.

Isto significa que no conjunto que a referida gramática chama de “construções condicionais hipotéticas” (= período hipotético do potencial) aparecem concomitantemente exemplos como “Se faltar outra vez água, queixo-me à EPAL” e “Se faltasse outra vez água, queixava-me à EPAL”, havendo, de acordo com as autoras, uma diferenciação no grau de probabilidade: o segundo exemplo é menos provável que o primeiro.

Concluimos, pois, que, no que tange à direcionalidade de nossa análise (cf. Nichols, 1984: 103-104), não concordamos com a posição de Leão (1961) e Mateus et alii (1989), que partem da função (= significado) para encontrar as formas que a possam preencher. Preferimos partir da forma e, com base no contexto de língua em uso, investigar os significados que esta expressa.

Assim, tomamos a **apódose** do período hipotético do irreal, com sua diversidade semântica - que exploraremos na seção 2.3 - como um dos ambientes sintáticos onde ocorre a variação analisada no presente trabalho.

Entretanto, a análise da língua em uso nos revela que a apódose nem sempre aparece como parte integrante de um período hipotético canonizado pela tradição lógico-sintática (se + prótase + apódose).

A mesma constatação foi realizada por Câmara (1967: 56-58), ainda que este tenha utilizado textos literários como fonte de suas citações. Segundo ele, a condição pode, por exemplo, ser sugerida através de expressões como: “então” (= se isso acontecesse), “desse modo”, etc., ou ainda simplesmente estar implícita, como no exemplo que o autor

extraí de Machado de Assis: “... ouvira do açougueiro que poderia pagar o dito preço mas que [se pagasse aquele preço] o quilo seria mal pesado”. (Câmara, 1967: 56.)

No esquema a seguir, apresentamos um resumo que exemplifica - através de dados extraídos de nossas amostras - os vários ambientes em que as apódoses aparecem.

## ORAÇÃO CONDICIONADA (OU APÓDOSE)

a) Em período hipotético iniciado por “se”, ou por outras conjunções subordinativas (“a menos que”, “salvo se”, “exceto se”, “contanto que”, “caso”, “quando”, etc.):

(1) ...**se** isso acontecesse eu **PIRAVA** de vez, sabia? (C. Ado., Mc. 1, L. 12)<sup>5</sup>

(2) Olha, **quando** ela casasse, eu **PRETENDIA** que ela morasse comigo, ...  
(PEUL Inf. 30 L.198 7)

b) Em período hipotético iniciado por oração reduzida de gerúndio:

(3) **Sendo necessário**, **FARIA** regime para emagrecer. (C. E., FS 2, L. 29)

c) Antecedida de adjuntos adverbiais de condição: “senão”, “caso contrário”, “nesse caso”, “assim”, “de outro modo”, “sem + substantivo”, “por mim”, “aí (= nesse caso, nessa hipótese)”, etc.:

(4) ... eu **por mim** a Beija-flor todo ano **GANHAVA**,... (PEUL Inf. 42 L.127 8)

d) Com oração condicionante (prótase) implícita:

(5) ...que me perguntou logo por que V. não tinha vindo, também. (...) [Se você tivesse vindo] A viagem **SERIA** muito mais encantadora. (C. E., CM 1, L. 31)

## 2.2 - OUTROS CONTEXTOS

Como dissemos, o fenômeno de alternância entre FP e IMP não se restringe a períodos hipotéticos. A seguir, são descritos outros tipos de contexto sintático nos quais encontramos esta variação. Porém, não nos prolongaremos nesta tarefa tendo em vista que este assunto será retomado adiante, na apresentação dos resultados, pois um dos

grupos de fatores relevantes à análise deste fenômeno de variação é justamente o ambiente sintático onde o fenômeno ocorre.

## I) ORAÇÕES INDEPENDENTES

Encontramos ocorrências variáveis de IMP e FP (ou em perífrase: IA+V e IRIA+V) de valor semântico semelhante aos exemplos anteriores, mas presentes em orações que não se ligam a prótases explícitas (como exemplos de (1) a (4)) nem implícitas (como em (5)). Nestes casos, o contexto discursivo é decisivo e suficiente para que se tenha a idéia de que o assunto de que se está tratando está no âmbito do *irrealis*. O locutor se refere a planos, sugestões, conselhos, ou qualquer outro assunto fora dos limites da factuality. Muitas vezes, o próprio co-texto contém palavras que sugerem o *irrealis*, como: suponhamos, imagine, etc. (que, no caso de entrevistas/conversas, podem estar presentes no discurso do próprio informante ou do entrevistador).

No exemplo abaixo, extraído de nossa amostra de cartas, uma escritora pede sugestões a um colega e divaga sobre possíveis títulos para uma obra por ela escrita:

- (6) Na verdade, este nome **ESTAVA** até de acordo com a forma inicial do trabalho, se V. achar longo, ou pedante, pode-se dizer: ... (C. E., CM 3, L. 10)

## II) ORAÇÃO PRINCIPAL

O FP também varia com o IMP em orações principais denotadoras de *irrealis* (aqui excluem-se as apódoses, pois serão analisadas separadamente):

- (7) ... **SERIA** pior deixar que ele fosse cada vez mais se envolvendo (...), pois **SERIA** cada vez mais difícil dizer não. (C. Adu., MC, p. 03, L.13)
- (8) [Informante explica os motivos que a levaram a abandonar o trabalho e as opiniões dos familiares sobre o assunto] ... Aí, minha mãe falou: “Pôxa, **ERA** uma boa que você continuasse, porque...” (PEUL Inf. 39 L.068 5)

### III) ORAÇÃO ENCAIXADA

#### III.a) OBJETIVA

Estes casos ocorrem principalmente em contexto de discurso indireto, onde o núcleo da oração principal é um verbo dicendi (como em (9)), ou em períodos em que o núcleo da oração principal é um verbo de opinião (como em (10) e (11)).

(9) ...chamamos ela, ela disse que não **IA VIR**. (PEUL Inf. 05 L. 134 8)

(10) Acho que eu não **TERIA** coragem de viajar em -- em navio. (PEUL Inf.23 L.091 2)

(11) Acho que um dinheiro da Loto **DAVA** para fazer muita coisa, ... (PEUL Inf.21 L.021 2)

#### III.b) ADJETIVA

(12) [Tema: criação dos filhos] Poxa! Ela [uma filha hipotética] tinha que ver, sabe? Tinha que--que ver o que que **ERA** bom para ela, o que **ERA** ruim. (PEUL Inf.05 L.172 3) (Inf. 45 L.094 4)

Seja em período hipotético, seja em discurso indireto ou outros ambientes sintáticos, a alternância FP vs. IMP encontra sempre uma característica constante: a expressão do *irrealis*. Por isso, esse será o assunto da próxima seção.

### 2.3 - A NOÇÃO DE *IRREALIS*

Sendo o traço semântico que permeia todos os contextos sintáticos onde é possível a alternância entre as formas de FP e de IMP, a noção de *irrealis* merece uma discussão mais profunda. Primeiramente, estaremos discutindo a relação entre *irrealis* e modalidade. Em seguida, trataremos especificamente do *irrealis* em tempos verbais. Por

fim, analisaremos a questão dos verbos modais, que parecem desempenhar papel peculiar dentro do sistema de variação que estudamos.

### 2.3.1 - *IRREALIS* E MODALIDADE

A modalidade é usualmente definida como a avaliação do falante sobre seu próprio enunciado, isto é, sua opinião ou atitude a respeito da proposição que a frase expressa (cf. Lyons, 1977: 452).

Palmer (1986:14-15) aproxima a distinção entre modalidade e proposição à distinção entre os conceitos de ato locucionário e ato ilocucionário, respectivamente, propostos por Austin, em sua Teoria dos Atos de Fala. A proposição corresponde a um ato locucionário, pois através dela o falante “diz” algo, enquanto a modalidade corresponde a um ato ilocucionário por ser um recurso através do qual o falante “faz” algo.

Palmer (1986), embora concebendo modalidade como uma categoria gramatical, admite a dificuldade de se delinear uma significação básica que a conceitue. A vaga noção de opinião ou atitude que o termo carrega pode ser apreendida de forma peculiar de língua para língua. Além disso, em diferentes línguas, a modalidade se encontra expressa na gramática de maneira variada. Assim, o autor cita a diferença entre o latim (e as línguas neolatinas), que possui um sistema de modos verbais - indicativo, subjuntivo, imperativo - e o inglês, que não apresenta este recurso, porém concentra a expressão de modalidade basicamente em seu conjunto de verbos modais: *may*, *must*, *can*, etc.

Assim sendo, a noção de modo não se confunde com a de modalidade. O modo é apenas uma das manifestações formais que algumas línguas apresentam para exprimir a

categoria semântica de modalidade. O termo “modo” é tradicionalmente ligado a uma categoria gramatical expressa pela morfologia verbal (modo indicativo, modo subjuntivo, etc.), assim como tempo e aspecto, ainda que sua função semântica (expressão de modalidade) se reflita em toda a frase. A modalidade, por outro lado, pode apresentar várias manifestações formais além do verbo.

Além disso, em línguas que apresentam sistema de modos, um dado modo verbal pode ser escolhido mais por critérios gramaticais do que pelo valor modal que carrega; por exemplo: o subjuntivo é tido como o modo típico das orações subordinadas. Concluindo, modo é uma categoria que se aproxima mais da gramática (morfologia verbal, subordinação) do que da semântica das línguas, enquanto a modalidade é uma categoria semântica que em algumas línguas pode ser expressa por categorias gramaticais diferentes do verbo.

Ao falarmos de modalidade não podemos deixar de lado a classificação de seus tipos, tarefa que há muito vem ocupando espaço nos trabalhos de filósofos e semanticistas. Do ponto de vista da lógica tradicional, são três os tipos de modalidade:

1- Modalidades aléticas (do grego “alético” = “verdadeiro”), lógicas ou aristotélicas: dizem respeito às relações entre o locutor e o universo de referência:

a) necessário vs. contingente;

b) possível vs. impossível.

2- Modalidades epistêmicas (do grego “epistêmico” = relativo ao “conhecimento”): dizem respeito ao tipo de conhecimento ou crença que o locutor possui sobre o conteúdo das proposições que enuncia:

- a) certo vs. contestável;
- b) plausível vs. excluído.

3- Modalidades deônticas: estão incluídas no âmbito das normas de moral e conduta, direitos e deveres:

- a) obrigatório vs. facultativo;
- b) permitido vs. proibido.

Desde a época de Aristóteles, muitos teóricos vêm tentando classificar e definir os tipos de modalidade. Até certo tempo os interesses foram concentrados basicamente no âmbito das modalidades aléticas, ou seja, na descrição da relação entre verdade e falsidade das proposições. Por este motivo, é comum que encontremos em suas obras os termos: proposição alelogicamente necessária, alelogicamente possível, etc.

Com o passar dos tempos, muitas têm sido as propostas de (re)organização, porém, os trabalhos de autores recentes têm reconhecido dois tipos principais de modalidade: a epistêmica e a deôntica (cf. Lyons, 1977: capítulo 17; Palmer, 1985: capítulos 2 e 3; Givón, 1995: 112).

Palmer (1985: 20), em concordância com outros autores, relaciona a modalidade epistêmica ao “uso da língua para informar” e a deôntica, ao “uso da língua para agir”. Segundo Lyons (1977: 681-2; 793; 823) a modalidade epistêmica diz respeito a questões de conhecimento, crença ou até mesmo opinião, enquanto a modalidade deôntica diz respeito à “necessidade ou possibilidade <sup>6</sup> de atos desempenhados por agentes moralmente responsáveis” <sup>7</sup> (p. 823).

A relação entre modalidade e *irrealis*, assunto desta seção, tem como ponto de partida a discussão sobre factualidade, não-factualidade e contrafactualidade, ricamente

explorada por Lyons (1977). Comentaremos as definições fornecidas pelo autor, porém faremos antes uma ressalva sobre os termos que utiliza.

Estamos de acordo com Palmer (1986: 17-18) quando o autor critica o emprego, por parte de Lyons (1977), do termo “factividade” (e seus derivados: “não-factividade” e “contrafactividade”). Segundo Palmer, uma definição dicionarizada relaciona “factividade” à noção de “fazer” e não à de “fato”, esta última sendo mais propriamente expressa pelo termo “factualidade”. Além disso, este autor comenta os usos idiossincráticos que os diferentes estudiosos fazem do termo.

Segundo Lyons (1977: 794), nas cláusulas factivas (para nós: factuais), o falante se compromete com a veracidade da proposição que enuncia. Logo, a modalização estaria presente sob a forma de expressões que deixam transparecer esta atitude do falante, como em: “Ele sabe que  $p$  (onde  $p$  = proposição)”, expressões às quais o autor se refere como predicadores factivos.

É justamente nas definições que Lyons (1977: 795) apresenta para não-factividade (não-factualidade) e contrafactividade (contrafactualidade) que pretendemos localizar a noção de *irrealis*, questão central deste capítulo, e da dissertação como um todo.

Convém, antes de mais nada, esclarecer que este autor não utiliza o termo *irrealis* ou “irrealidade”. Menciona apenas o adjetivo “irreal” (“unreal”; p.795), ao referir-se à oração condicional irreal, que cita como um dos exemplos mais óbvios de enunciados contrafactuais, ao lado de expressões de desejo do tipo: “eu gostaria que  $p$ ”.

Estamos, pois, considerando sob o escopo do que temos chamado de *irrealis*, as duas seguintes acepções:

- **Não-factualidade**: o falante **não se compromete com a veracidade nem com a falsidade** da proposição que enuncia.



- Contrafactualidade: o falante se compromete com a **falsidade** da proposição que enuncia.

Nossa proposta de concepção bipartida de irrealidade - proposições supostamente irreais (= não-factuais) ou absolutamente irreais (= contrafactuais) - foi a estratégia encontrada para abranger numa única categoria o contexto da variação que analisamos:

IRREALIS	
NÃO-FACTUALIDADE	CONTRAFACTUALIDADE
- Dúvida quanto à irrealidade - Não descarta possibilidade de realização	- Certeza quanto à irrealidade - Descarta qualquer possibilidade de realização

Palmer (1986: 116-17; 189), ao discutir a semântica das orações condicionais irreais (“unreal conditionals”) - do tipo “Se João viesse...” - e a de desejos irreais (“Gostaria que João viesse amanhã” [“I wish John would come tomorrow”, p.117]), conclui que em ambos os casos o falante indica algum tipo de “crença negativa” (cf. seção 2.1 desta dissertação). Acrescenta o autor que este tipo de crença se refere à **impossibilidade** ou **improbabilidade** do evento (p. 116).

Aproveitando a interpretação, também bipartida, que o autor apresenta para a irrealidade de um evento, podemos dizer que o que ele chamou de “impossibilidade” se aproxima de nosso “*irrealis* contrafactual” e o que chamou de “improbabilidade” se aproxima do que consideramos “*irrealis* não-factual”.

Abordagens mais tradicionais (por exemplo: Leão, 1961 e Câmara, 1967) costumam considerar como sinônimos os termos ‘irrealidade’ e ‘contrafactualidade’. Porém, estamos adotando o posicionamento de Givón (1995: capítulo 4) que critica tal concepção propondo que a oposição *realis* vs. *irrealis* não deva ser vista simplesmente como a oposição entre eventos reais e irreais (cf. p. 115). Ao conceber o *irrealis* como

uma dimensão escalar, o autor situa o contrafactual no grau mais baixo da escala epistêmica de certeza (cf. p.164).

Concordamos com essa perspectiva de *irrealis* como um continuum no qual o contrafactual é visto como o caso extremo. Porém, diferentemente de Givón, estamos reunindo sob o rótulo “não-factualidade” os outros níveis de *irrealis* (diferentes da contrafactualidade), estejam eles veiculando a noção de probabilidade, possibilidade ou improbabilidade, por exemplo. Assim, o que podemos caracterizar como coincidente é que em ambas as abordagens a contrafactualidade é vista como um tipo de *irrealis*.<sup>8</sup>

Posto que é uma das funções do tempo verbal a modalização de irrealidade (Lyons, 1977: 809-23; Palmer, 1986: 209-18) - para nós, *irrealis* - e estando nosso trabalho concentrado na alternância entre formas verbais que expressam essa categoria semântica, discutiremos na próxima seção a relação entre *irrealis* e tempos verbais.

### 2.3.2 - *IRREALIS* E TEMPOS VERBAIS

O futuro do pretérito é de fato um tempo verbal de definição e classificação pouco pacíficas. Além de diferentes tradições gramaticais terem suas respectivas preferências terminológicas (o termo “condicional”, comumente usado na tradição gramatical francesa, também é muito difundido entre nós), existem problemas quanto ao modo verbal a que pertence. Afinal, o futuro do pretérito é um tempo que exprime o *irrealis* e está classificado como um dos tempos do modo verbal tido como o que expressa o *realis*, isto é, do modo indicativo.

As gramáticas normativas se contradizem ao definirem o modo indicativo como o veiculador de fatos reais, ao mesmo tempo que incluem o futuro do pretérito entre os tempos que constituem esse modo verbal:

*Quando nos servimos do modo indicativo, consideramos o fato expresso pelo verbo como certo, real, seja no presente, seja no passado ou no futuro.*

*Ao empregarmos o modo subjuntivo, é diversa a nossa atitude. Encaramos, então, a existência ou não existência do fato como uma coisa incerta, duvidosa, eventual, ou, mesmo, irreal.*

(Cunha, 1985: 442)

Entre os empregos do futuro do pretérito, Cunha (1985: 441) cita os seguintes:

“para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida suposição) sobre os fatos passados” e “nas afirmações condicionadas, quando se referem a fatos que não se realizaram e que provavelmente não se realizarão”.

A tradição gramatical define modo a partir de dois critérios. Ao lado da caracterização semântica de modo, acima vista, como categoria verbal que expressa a atitude do emissor diante daquilo que enuncia (dúvida, certeza, pedido, etc.), existe a caracterização sintática, segundo a qual o modo subjuntivo seria o tipicamente utilizado em orações subordinadas, enquanto o indicativo seria, fundamentalmente, o modo da oração principal. No que tange a este segundo critério, o futuro do pretérito também não encontraria seu espaço, porque seu emprego oscila entre ambientes de orações subordinadas, principais e independentes.

Câmara (1967), no capítulo intitulado “A condição e a irrealidade”, argumenta que a forma de futuro do pretérito carrega, imanentemente, as noções de irrealidade<sup>9</sup> e de condição.

O autor começa por afirmar que o valor de irrealidade é conferido à forma de FP através do contexto, não sendo, na verdade, um valor intrínseco a este tempo verbal, mas um valor modal que comumente lhe é atribuído. De maneira análoga, o caráter modal de dúvida, como uma irrealidade em perspectiva, é atribuído ao futuro do presente (p. 55-6; 59).

Em ambos os casos (futuro do presente e futuro do pretérito) temos eventos futuros que dependem de uma condição, anterior a esses eventos, para se realizarem. No caso do futuro do presente, a realização do evento é duvidosa porque a condição ainda é desconhecida. Mas quanto ao futuro do pretérito, a condição pertence a um passado que já transcorreu, e a não realização desta condição acarreta a irrealidade do evento.

Ao falar em condição, o autor alerta para o fato de que a tradição lógica nos acostumou a enxergá-la apenas em períodos hipotéticos. O exame lingüístico puro (sem cogitações no âmbito da lógica) mostra que existem outras manifestações. A condição pode ser sugerida por adjuntos adverbiais ou simplesmente estar implícita (como vimos na seção 2.1, também nos remetendo a Câmara, 1967).

Assim, o autor explica que, independentemente da presença de uma prótase explícita ou implícita, o que confere à forma em -ria “um adendo condicionante e significação de evento irreal” é a “sua própria natureza temporal de futuro em relação a um tempo pretérito” (Câmara, 1967: 59).

Isto significa que a condição, esteja ela nítida ou vagamente sugerida, tão necessária à realização de qualquer futuro, no caso específico do futuro do pretérito, está localizada no tempo pretérito. Sendo o pretérito um tempo já transcorrido, a não realização da condição já é sabida e implica na irrealidade de um evento futuro em relação a esse tempo (p.59).

No caso de haver no contexto, explicitamente, um adendo condicionante que não se realizou, o sentido de irrealidade é reforçado, isto é, se faz mais compreensivo.

Segundo o autor (1967: 60-1), o adendo condicionante pode surgir sob forma de uma “condição imaginária” - que entendemos como sinônimo de suposição - situada no passado, ou seja, uma situação pretérita não realizada, introduzida por expressões do tipo “imaginemos...” e “suponhamos...”, à qual se seguiria um futuro irreal, naturalmente.

O autor estende a noção de “condição imaginária” para o âmbito da intemporalidade (irrealidade intemporal). Em outras palavras, uma condição pode ser irrealizável em qualquer momento, o que corresponderia a um **pretérito metafórico**. Este emprego metafórico do pretérito leva-o a ocupar funções modais. Em línguas nas quais o subjuntivo, historicamente, caiu em desuso são justamente as formas pretéritas do indicativo que servem para expressar irrealidade. Vejam-se os exemplos de língua inglesa a seguir (Jespersen, 1929; apud Câmara, 1967: 61) <sup>10</sup>, nos quais *had* exprime três significados:

1- Asserção passada, como em:

“At that time he had money enough” [Naquela época ele **tinha** dinheiro suficiente]

2- Desejo impossível, como em:

“I wish he had money enough” [Eu gostaria que ele **tivesse** dinheiro suficiente]

3- Condição irreal, como em:

“If he had money enough...” [Se ele **tivesse** dinheiro suficiente...]

No primeiro exemplo temos um emprego temporal do pretérito, enquanto nos outros dois exemplos o pretérito expressa eventos não realizados. Ainda citando Jespersen, Câmara (1967:62) explica que “o uso não-temporal mais importante das formas pretéritas é assinalar irrealidade ou impossibilidade”.

Que o pretérito do modo subjuntivo, para as línguas que possuem modos verbais, expresse eventos irreais ou desejos impossíveis (ou improváveis) parece natural, pois este modo é o que está intimamente ligado ao âmbito do *irrealis*. Mas o autor mostra que a relação entre passado e a função modal de irreabilidade é tão nítida nas línguas indo-européias que até mesmo em formas do indicativo esta relação se faz presente.

Por isso, não é raro que encontremos nestas línguas o imperfeito do indicativo em prótases...

*si j'avais de l'argent, j'acheterais cette maison.* [francês]  
*si tenia diners, compraria aquesta casa.* [catalão]

(Fabra, 1912; apud Câmara, 1967: 63)

... ou em ambas as partes: prótase e apódose:

*si tenía dinero, pagaba la cuenta.* [espanhol]

(Câmara, 1967: 63)

O que há em comum entre as formas pretéritas (incluindo entre estas o futuro do pretérito) é essa capacidade de assinalar, através de um pretérito metafórico, a expressão de uma informação irreal, imaginária. Por isso, como já vimos, o autor enfatiza que o que dá a coloração de irreabilidade ao futuro do pretérito não é a condição (vaga ou explícita) de sua realização mas a objetivação de um momento do passado:

*... a construção condicional e a significação da irreabilidade, tão características das formas em -ria, se prendem, em última análise, à sua natureza de futuro do pretérito. Há sempre, explícito ou implícito, fatural ou imaginário - não importa -, a objetivação de um momento do passado, e é daí que decorre, muito naturalmente, por meio das formas em -ria, um seu futuro, que - como todo futuro - pode ser precipuamente temporal ou precipuamente modal.*

(Câmara, 1967: 67)

Givón (1995: capítulo 4), igualmente, atesta a existência da ligação entre irrealidade e tempos pretéritos.

Ao redefinir as tradicionais modalidades epistêmicas “certo vs. contestável” (“verdade factual” e “verdade possível” - nos termos do autor - cf. Givón, 1995: 114) como, respectivamente, “asserção *realis*” e “asserção *irrealis*”, o autor dispensa sua atenção à descrição dos contextos gramaticais através dos quais a modalidade *irrealis* se distribui, já que considera o *irrealis* a modalidade marcada em oposição a *realis*, não-marcada (cf. Givón, 1995: 56 e nossa seção 3.2.2). Então, o autor cita ‘tempo-aspecto verbal’ como um destes contextos.

Em princípio, tempos do passado se relacionam ao *realis*, ao passo que o futuro está intimamente ligado ao *irrealis*. Porém, Givón (1995: 116-117; 168) comenta que algumas línguas classificam o **passado habitual** como um tempo-aspecto pertencente ao âmbito do *irrealis*.

Segundo o autor, o habitual é um tempo-aspecto híbrido porque reúne simultaneamente características do *realis* e do *irrealis*. Embora sob uma perspectiva comunicativa o habitual esteja envolvido basicamente com um certo nível de assertividade (*realis*), sob a ótica semântica, os tempos habituais se assemelham ao *irrealis*, principalmente no que diz respeito à ausência de referência temporal específica (enquanto o *realis* se relaciona a um determinado evento ocorrido em um tempo específico).

Assim como Câmara (1967), Givón (1995) considera a vaguidão temporal como uma característica possível para o pretérito verbal (especialmente o passado habitual). Provavelmente, esta noção de passado indefinido (pretérito metafórico, nas palavras de Câmara) é a explicação para o fato de que o IMP seja capaz - em português e em outras

línguas - de denotar irrealidade, noção “que tantas vezes se entranha nas formas em *-ria*, a ponto de ser considerada a sua significação básica” (Câmara, 1967: 59).

Palmer (1986) também se dedica, em certo momento, à análise da relação entre o tempo passado e a irrealidade. Segundo ele, embora o futuro seja encarado como o mais modal dos tempos verbais, na verdade, o passado é o tempo verbal que está mais interrelacionado com a modalização de irrealidade (p.209-10).

Quando diz que o futuro é visto como o tempo verbal mais modal, o autor faz referência explícita a Lyons (1977), o qual defende o ponto de vista de que “a referência ao futuro, diferentemente da referência ao passado, é uma questão mais de modalidade do que de referência puramente temporal” <sup>11</sup> (Lyons, 1977: 816).

Ambos os autores esclarecem que historicamente, no Indo-europeu, as formas de futuro têm sua origem na expressão da não-factualidade, a categoria gramatical de tempo futuro tendo surgido posteriormente. Ainda hoje, o futuro carrega significados modais, como volição, desejo, intenção, encontrados em *will*, auxiliar de futuro do inglês; e, nas línguas neolatinas, esses valores correspondem à própria origem do futuro: verbos auxiliares modais que carregavam estes significados (*amare habeo* = hei de amar).

A fim de investigar especificamente a relação entre passado e modalização de irrealidade, Palmer (1986: 210- 13) analisa diversas línguas nas quais as condições irreais são expressas através de prótases (e apódoses) contendo verbos no passado. Ele comenta explicações dadas por outros autores, que comumente conferem ao caráter ‘remoto’ do passado a possibilidade de extensão deste tempo verbal para um uso modal (ou a uma tentativa de preservação da face do locutor ao enunciar um pedido: “Eu queria...” em vez de “Eu quero...”).



Não satisfeito com tais explicações, que classifica como circulares, o autor tenta encontrar uma resposta na visão diacrônica do fenômeno, particularmente na evolução dos períodos hipotéticos. A necessidade de se diferenciar tipos de períodos hipotéticos levou ao uso de declarativas (indicativo) para a expressão do real e ao uso do subjuntivo e outras formas pretéritas para a expressão do irreal. O futuro não preencheria esta última função justamente porque já carrega outros significados modais (a saber: suposição, intenção, etc.) (cf. p. 213).

### 2.3.3 - A QUESTÃO DOS AUXILIARES MODAIS

Nesta seção discutiremos a peculiaridade dos verbos modais no conjunto de dados analisados neste trabalho. Neste ponto, faz-se necessário estabelecer uma questão fundamental: servindo as formas verbais em variação para modalizar *irrealis*, quando estas se aplicam a um verbo modal, a distribuição das formas se daria da mesma maneira que com verbos não-modais? Acreditamos que não. Compare, no exemplo a seguir, o uso do verbo “machucar” acompanhado e não acompanhado do auxiliar modal “poder”:

- (13) [Tema: diferença entre lataria de carros antigos e modernos] ... o outro, tu dava uma batida, **PODIA MACHUCAR** o outro carro [moderno], mas o outro carro [antigo] não se **MACHUCAVA**. Esse aí não, esse aí [moderno] qualquer coisinha está amassando. Parece até papel. (PEUL Inf.25 L.011 2)

Vemos que a presença de “podia” acrescenta a “machucar” uma informação a mais: o carro moderno ‘possivelmente’ ou ‘eventualmente’ é amassado com uma batida, o que está em contraste com a informação mais categórica que o informante traz sobre a lataria de carros antigos, que sob as mesmas circunstâncias, “não se machucava”.

Nossa hipótese é que a distinção entre as modalidades epistêmica (crença, verdade, probabilidade, (in)certeza, evidência, eventualidade) e deôntica (capacidade, habilidade, obrigação, manipulação, necessidade, permissão) seja relevante na escolha do IMP ou do FP quando as variantes ocorrem num verbo modal, visto que um mesmo verbo auxiliar modal pode veicular a modalidade deôntica ou a epistêmica, dependendo do contexto discursivo e pragmático em que se inclui.

Apresentando de maneira descontextualizada o exemplo a seguir, poderemos obter duas interpretações para o modal “deveria”: valor epistêmico de probabilidade ou valor deôntico de obrigação.

- (14) É - a hora que você chegou, [o portão do prédio] **DEVERIA** estar aberto.  
(PEUL Inf. 29 L. 002 4)

Em nossa pesquisa torna-se possível, na maioria das vezes, controlar os usos epistêmico ou deôntico do modal sob análise, pois, já que estamos trabalhando com amostras de língua em uso, a ambigüidade é desfeita através do contexto. No caso do exemplo acima, sabemos que os participantes da conversa (entrevistador e informante) falam sobre o mau hábito de deixar a porta do edifício aberta, praticado por alguns moradores do edifício onde vive a informante. Daí, interpretamos “deveria” como probabilidade (valor epistêmico).

Ao lado de “dever”, o modal “poder” apresenta ambas as possibilidades semânticas: deôntica (permissão, capacidade) e epistêmica (eventualidade, possibilidade):

- (15) ... e ela entrou também, porque ela **PODIA** entrar esse - nesse filme- para assistir esse filme. (PEUL Inf.30 L.074 6)

- (16) ... os médicos falaram que **PODIA** ter sido alguma plantinha... (PEUL Inf. 04 L. 121 4)

No exemplo (15) o valor de “podia” é deôntico: permissão para entrar no cinema segundo os requisitos de faixa etária. Já em (16), o valor de “podia” é epistêmico: especulações dos médicos sobre o que eventualmente teria causado uma intoxicação no filho da informante.

Tendo em vista a alta incidência de verbos modais nas amostras de fala e escrita, aliada ao fato de que os mais produtivos destes - a saber: “poder”, “dever” e “ter que” - apresentam semântica variada, que nos interessa explorar, isolamos os verbos auxiliares modais em um grupo a ser analisado e quantificado à parte, em sua especificidade.

Silva-Corvalán (1988), ao estudar a variação IMP vs. FP no espanhol falado na região de Covarrubias (Espanha), também tece breves comentários, antes de apresentar os resultados, sobre os modais “deber” e “poder” no espanhol padrão (p. 134). A autora aplica uma escala de certeza - modalidade epistêmica - para o modal “poder”, sendo “podía” (IMP), segundo sua análise, denotador de maior probabilidade do que “podría” (FP). A alternância “debía/debría”, por sua vez, revela uma escala pertencente à modalidade deôntica, ou seja: “debía” (IMP) se refere a uma necessidade ou obrigação maior do que a que temos em “debría” (FP).

Apesar de ter notado um comportamento particular dos modais na alternância FP vs. IMP, a autora não levou em conta a variedade semântica de “poder” (possibilidade, capacidade, eventualidade, etc.) e “deber” (obrigação, probabilidade, necessidade, etc.) que também existe no espanhol. Além disso, a autora não apresentou resultados separados ou comentários sobre a variação em modais em seu corpus.

Costa (1995), por outro lado, baseando-se em Palmer (1986), mostra que o mesmo verbo - “poder” ou “dever” - carrega, dependendo do contexto, a modalidade deôntica ou a epistêmica, o que também constatamos em nossa pesquisa, como vimos.

No trabalho citado, a autora estuda a modalização do *irrealis* através de vários contextos gramaticais, entre os quais estão os verbos modais. Ela dá relevo à análise dos seguintes verbos: “poder”, “dever”, “ter de (que)”, “saber” e “querer”. Não abordaremos estes dois últimos: no caso de ‘saber + infinitivo’, não houve ocorrências em nossos dados; os casos de ‘queria + infinitivo’ foram excluídos de nossa análise por terem apresentado comportamento categórico: a forma “quereria” jamais ocorreu nos dados de fala ou escrita (cf. seção 5.2).

Faremos referência mais adiante (capítulo 7) à descrição que Costa (1995) traça sobre os modais “poder”, “dever” e “ter de (que)”, da qual aproveitaremos muitas informações relevantes ao nosso trabalho.

Também encontramos em nossos dados de fala e escrita outros verbos modais, tais como: “tentar”, “preferir”, “pretender” e “precisar”, que foram incluídos entre os modais, embora não apresentem tanta produtividade quanto os outros três supracitados.

Enfim, voltaremos a este assunto no capítulo 7, no qual apresentaremos maiores detalhes e tentaremos traçar uma análise da variação em questão em auxiliares modais.

### 3 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão apresentadas as diretrizes teóricas que orientam este trabalho. Na seção 3.1 ofereceremos uma visão geral da Teoria da Variação, já que é em seu âmbito que buscamos a metodologia pela qual nos guiamos.

Ao lado da orientação variacionista, recorreremos às contribuições advindas de estudos funcionalistas, bem como da Análise do Discurso, na formulação de hipóteses e na interpretação dos resultados quantitativos. Portanto, a seção 3.2 será dedicada ao Funcionalismo Lingüístico e descreverá brevemente alguns de seus princípios e categorias abordados nesta pesquisa. Por fim, na seção 3.3, trataremos da Análise do Discurso, discutindo sua compatibilidade com as abordagens variacionista e funcionalista.

#### 3.1 - TEORIA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

Os estudos no campo da Sociolingüística Variacionista, iniciados por William Labov, têm como objeto a língua usada por uma comunidade real de fala em situação concreta de comunicação.<sup>12</sup> Logo, concebem a língua como fenômeno social e heterogêneo, tendo surgido tais estudos como uma reação à atitude da teoria gerativista em analisar a competência lingüística de um falante/ouvinte ideal numa comunidade lingüística homogênea.

A Teoria da Variação tem como pressupostos o princípio da heterogeneidade lingüística e o caráter sistemático da variação. Para ela, toda língua natural apresenta

formas que podem alternar entre si, num mesmo contexto, com um mesmo valor de verdade.

Assim, o objetivo desta abordagem teórica consiste em analisar e descrever o fenômeno de variação, ou, nas palavras de Tarallo (1990: 06), sistematizar o “caos aparente”. Pressupor o caráter “sistematizável” dos fenômenos variáveis implica descartar-se a hipótese de que a variação seja um processo aleatório. O papel do pesquisador, por conseguinte, será identificar os fatores lingüísticos e sociais que contribuem para a regularidade das variantes que analisa, fatores esses que a análise quantitativa irá confirmar.

Os primeiros estudos variacionistas foram realizados no campo da fonologia, e, apenas numa etapa mais avançada, incentivadas pelo êxito da aplicação dos métodos labovianos de análise quantitativa, surgiram as pesquisas no nível da sintaxe. Porém, esse passo adiante levou os pesquisadores a se depararem com alguns empecilhos.

Uma das dificuldades está em que a coleta de grandes quantidades de dados, uma exigência da análise quantitativa simples de ser cumprida quando se está no âmbito da fonética/fonologia, pode tornar-se problemática quando passamos à análise de fenômenos sintáticos, lexicais ou discursivos. Além disso, costumam ser consideradas mais precisas a codificação e a análise das ocorrências que estão no nível fonológico.

Em segundo lugar, a condição de se encontrar contextos idênticos para as variantes no nível fonológico é, na maioria dos casos, facilmente satisfeita, o mesmo não acontecendo em relação às variantes não-fonológicas, para as quais se torna muito difícil se identificar e definir com precisão o contexto de variação. Temos como exemplo disto a nossa própria pesquisa (cf. capítulo 2). Neste sentido, vale lembrar a seguinte declaração de Bentivoglio (1987: 14), referente aos estudos variacionistas em sintaxe: “se

quisermos encontrar contextos iguais tal como fazemos em fonologia, deveríamos renunciar antes de começar”.

Em terceiro lugar, não é simples lidar com o fato de que variantes sintáticas possam carregar alguma diferença de significado, o que põe em discussão uma outra exigência do método: a de que as duas ou mais formas alternantes devam manter uma equivalência semântica.

Lavandera (1978) questiona a validade de estudos variacionistas que pretendem analisar unidades lingüísticas encontradas além do nível fonológico (morfológico, sintático, lexical, etc.) ao afirmar que cada construção sintática tem seu significado próprio. Segundo a autora, não se pode admitir que nestes casos haja variação, visto que, 'por variação entendemos duas ou mais maneiras de dizer a mesma “coisa” num mesmo contexto com o mesmo valor de verdade.

Embora a posição tomada por Lavandera tenha tido forte repercussão entre os lingüistas, Bentivoglio (1987) não descarta a possibilidade de se aplicar ao âmbito da sintaxe a teoria e os métodos variacionistas.

Apesar de concordar com muitas das críticas dirigidas aos estudos variacionistas na sintaxe, esta autora admite que muitos trabalhos realizados neste nível estrutural realmente constituem variações sociolingüísticas e apresenta sua proposta:

*O que me parece prudente - por ora - seria adotar uma posição eclética, de forma a beneficiar nossas análises sintáticas tanto com o que aprendemos com o variacionismo, quanto com as contribuições das diferentes correntes funcionalistas-comunicativas. O que proponho, pois, é que interpretemos os resultados obtidos quantitativamente à luz de reflexões qualitativas.*

(Bentivoglio, 1987: 14)

Entre outras vantagens de se incluir o ponto de vista variacionista nos estudos sintáticos, Bentivoglio cita a possibilidade de se trabalhar com um imenso número de

dados, a inclusão dos diferentes parâmetros sociolinguísticos na caracterização dos informantes e o uso de recursos estatísticos apropriados.

Em suma, segundo a autora, a análise quantitativa deve vir aliada às contribuições de abordagens funcionalistas e da Análise do Discurso, já que todo fenômeno deve ser estudado dentro de seu contexto discursivo, o mais amplamente possível.

Acolhendo as observações de Bentivoglio (1987), bem como sua postura não-extremista, procuramos seguir o caminho por ela apontado, o qual já foi trilhado de modo bem sucedido por diversos estudos variacionistas contemporâneos (cf. Gryner (1990), Paredes Silva (1988), e os trabalhos reunidos em Macedo, Roncarati & Mollica (orgs.) (1996)).

Sobre a questão do significado, não discordamos no todo da posição de Lavandera (1978) no que diz respeito ao fato de que variantes sintáticas carreguem diferentes matizes semânticos. Porém, acreditamos, sim, que esta constatação não impede a aplicação da metodologia variacionista para esta ordem de fenômenos. Ao contrário, uma das grandes vantagens trazidas por esta metodologia aos estudos sintáticos é a capacidade de controlar possíveis condicionamentos semânticos/ pragmáticos / discursivos que nos apontarão tendências de uso de uma ou outra forma alternante. Em outras palavras, ao investigar os fatores mais relevantes à escolha de uma variante em detrimento da(s) outra(s), poderemos controlar também as diferenças semânticas entre elas.

No que tange à pesquisa ora desenvolvida, considerando a existência da variação entre formas de pretérito imperfeito e futuro do pretérito em contextos que têm em comum o fato de veicularem a noção de *irrealis*, apresentamos a seguir alguns exemplos ilustrativos:



(17) [Tema: loteria] Sei lá. Quer dizer, não **PARARIA** de estudar em parte, não é? **PARARIA** de estudar um ano, (riso) a não ser quando começar a ganhar dinheiro, eu **PARAVA** de estudar e depois **COMEÇAVA** de novo. (PEUL Inf. 38 L.171 2)

(18) [Tema: loteria] E depois, não é? um carro, o necessário. E eu **FARIA** milhões de coisas: me **VESTIA** bem, **COMIA** bem, **FAZIA** tudo do bom e do melhor. (PEUL Inf.10 L.102 2)

Nos exemplos ilustramos a alternância investigada nesta pesquisa em relação não só ao mesmo contexto - mesmo sujeito, mesmo tipo de oração, mesma sequência discursiva -, mas também ao mesmo item lexical: “pararia” vs. “parava” em (17) e “faria” vs. “fazia” em (18).

Também coletamos contextos em que se realizou a variação entre o FP e o imperfeito em perífrase (IA+V) para o mesmo verbo - “morrer”:

(19) Mas um dia você ainda vai pensar: "Poxa vida, se eu morresse hoje, eu **MORRERIA** tranquilamente." Mas tem momentos na vida que você está botando as mãos para o céu, que você não tem tempo para isso, você está pensando: "Deus me livre, eu não posso morrer agora. Se morresse agora, eu **IA MORRER** com a consciência bem ruinzinha", entendeu? (PEUL Inf.09 L.1291)

As ocorrências acima, algumas das quais figurando numa espécie de pares mínimos (cf. Bentivoglio, 1987), comprovam a existência da alternância FP vs. IMP, ou seja, são variantes morfossintáticas que aparecem num mesmo contexto expressando o mesmo valor: *irrealis*.

Não nos deteremos em maiores detalhes sobre a metodologia variacionista, assunto que se encontra bem explicitado em trabalhos precedentes (cf. Mollica (org.), 1992). No entanto, para auxiliar o leitor não familiarizado com a terminologia, faremos uma breve

apresentação de alguns itens pertencentes ao vocabulário utilizado na literatura variacionista, alguns dos quais já foram citados neste trabalho.

**Amostra**, termo comumente usado como sinônimo de **corpus**, é o conjunto de dados coletados para análise numa pesquisa. Em nosso trabalho, para o estudo da língua falada, utilizaremos uma sub-amostra extraída da Amostra <sup>13</sup> do projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua - cf. seção 5.1.1), enquanto, para a análise do fenômeno na língua escrita, teremos como fonte de dados uma amostra de cartas pessoais, parte da qual também integra o acervo do PEUL <sup>14</sup>. Essas amostras serão comentadas e detalhadas no capítulo 5.

**Fatores**, no âmbito da literatura variacionista, consistem nos “elementos condicionadores do uso de regras variáveis, de natureza lingüística e extralingüística” (Tarallo, 1990: 86). Vários **grupos de fatores** sociais e lingüísticos (ou simplesmente: ‘variáveis’ sociais e lingüísticas) <sup>15</sup>, que possivelmente influenciariam o fenômeno em pauta nesta pesquisa, foram analisados. Como exemplo, podemos citar o grupo de fatores sociais (ou ‘variável social’) ‘idade’, do qual fazem parte os fatores: ‘informantes com até 25 anos’ e ‘informantes com mais de 25 anos’.

Entende-se por **variantes** o conjunto de formas lingüísticas que compõem uma variável. Conforme foi apresentado na introdução, nossas variantes são as formas verbais de pretérito imperfeito do indicativo ({-va} para a 1ª conjugação e {-ia} para a 2ª e 3ª conjugações) e de futuro do pretérito do indicativo ({-ria}), bem como as suas respectivas perífrases com o auxiliar “ir”: ‘ia + infinitivo’ e ‘iria + infinitivo’. Nossa **variável**, portanto, consiste na ‘expressão do *irrealis*’ enquanto tarefa realizada pelas variantes que acabamos de expor.

## 3.2 - FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

### 3.2.1 - A ABORDAGEM FUNCIONALISTA

Alguns lingüistas têm se empenhado na tarefa de descrever o panorama geral dos estudos sobre Lingüística. Enquanto Schiffrin (1994) estabelece uma oposição central entre a abordagem formalista (estruturalista / gerativista) e a funcionalista, Nichols (1984) apresenta cronologicamente três abordagens teóricas que se destacam: o estruturalismo, o formalismo (ou abordagem gerativa) e o funcionalismo.

Segundo esta última autora, o estruturalismo lingüístico surge num primeiro momento como tentativa de descrever e encaixar em taxonomias os variados níveis de estruturação da língua: morfológico, fonológico, semântico, sintático e outros. Com o intuito de propor um modelo de análise que estabeleça regras de estruturação capazes de resumir mais rigorosamente a organização da língua, alguns lingüistas se voltam para uma abordagem formalista, que está logicamente enraizada na anterior.

Ao lado do modelo formalista e em oposição a este, surge mais recentemente a abordagem funcionalista, que recusa a construção de um modelo exclusivamente formal de estruturação da linguagem.

Na verdade, algumas questões de cunho funcionalista foram introduzidas no âmbito da lingüística desde a Escola Lingüística de Praga, quando já havia alguma preocupação com a perspectiva teleológica da linguagem, isto é, com o estabelecimento de finalidades discursivas para a explicação de certos fenômenos, preocupação esta que permeia todos os trabalhos da atualidade conhecidos como funcionalistas.

A definição de fonema como “feixe de traços distintivos”, ou seja, unidade mínima da língua que não carrega significado mas que funciona no sentido de opor significados; as funções da linguagem de Jakobson; o reconhecimento de que traços prosódicos (supra-segmentais) veiculam finalidades discursivas, como expressão de ênfase, espanto, indignação; a análise da frase como portadora de diferentes níveis de informação (informação conhecida: tema- versus - informação nova: rema), são alguns exemplos de questões que já eram objeto de interesse de estudiosos estruturalistas de Praga, algumas das quais retomadas pelo Funcionalismo Lingüístico de hoje.

A abordagem funcionalista parte do princípio de que a sintaxe não é autônoma, mas dependente do discurso. Formas lingüísticas devem se adequar a determinadas funções por estarem envolvidas em um processo de comunicação. A língua não pode ser descrita de forma estanque, já que toda fala ou escrita cumpre uma finalidade. Logo, o modelo funcionalista de gramática se distingue do modelo proposto pela abordagem formalista: esta faz a abstração do uso ao mesmo tempo que demonstra suas descrições e regras com exemplos artificiais e isolados, enquanto aquele tenta explicar os fatos lingüísticos de modo associado à situação comunicativa, às relações funcionais que estes estabelecem com o contexto lingüístico e fora deste âmbito, como: que características sócio-culturais o usuário possui, com quem ele fala (ou para quem escreve), com que propósito fala / escreve, que informações não-verbais interferem na formação de seu discurso, etc.

Neste sentido, nos posicionamos como seguidores do Funcionalismo Lingüístico americano de orientação em Talmy Givón, Paul Hopper e Sandra Thompson. A seguir, apresentaremos alguns princípios funcionalistas básicos pertinentes a esta pesquisa.

### 3.2.2 - ALGUMAS NOÇÕES FUNCIONALISTAS

Nichols (1984) faz uma revisão de abordagens rotuladas como funcionalistas. Inicialmente, discute a polissemia do termo ‘função’, embora constata que seus vários sentidos têm em comum a noção de dependência. Em outras palavras, o papel desempenhado por um elemento linguístico deve ser explicado em função de outros elementos, linguísticos ou não, incluídos num conjunto maior: o processo de comunicação.

Os sentidos de ‘função’ analisados pela autora são os seguintes: função/ interdependência, função/ propósito, função/ contexto, função/ relação e função/ significado. A seguir definiremos os sentidos que mais estritamente se relacionam à nossa pesquisa:

A) Função / propósito: o indivíduo usa a língua para atingir certos objetivos comunicativos ou para realizar determinados atos de fala.

Em nosso trabalho, por exemplo, testamos fatores relativos ao gênero discursivo (ou tipo de texto) que o indivíduo utiliza, em sua interação de fala ou escrita, para cumprir determinadas funções comunicativas. Isto é, consideramos que um dos critérios para a definição de gênero é o propósito comunicativo.

B) Função / contexto: termo que se refere à noção de índice; ou seja: a língua é reflexo do contexto em que se insere, sendo ‘contexto’ termo amplo que abarca duas possibilidades de interpretação:

B-1) Função/evento (contexto pragmático, extra-linguístico): abordagem da interação emissor-receptor, bem como dos papéis sociais que desempenham nesta interação.

B-2) Função/texto (contexto discursivo, lingüístico ou co-texto): inclui fatores inseridos na própria estrutura textual que servem de indício para a análise da organização discursiva.

A análise da influência que o co-texto (função/texto) juntamente com o contexto pragmático (função/evento) exercem sobre a organização da estrutura lingüística constitui característica marcante de estudos de caráter funcionalista.

C) Função / significado: muitas vezes o termo 'função' faz alusão aos significados que uma forma lingüística pode carregar de acordo com aspectos pragmáticos como o 'propósito' e o 'contexto'. Assim, acaba se tornando uma síntese destes dois tipos de função.

Nossa análise aborda fundamentalmente o sentido de 'função' como 'contexto'. Por conseguinte, utilizamos alguns princípios e categorias funcionalistas relacionados à questão do contexto que servirão como subsídios teóricos ao estudo. São eles: o princípio da iconicidade, o princípio da marcação, a noção de gramaticalização e as categorias de figura/fundo.

O princípio funcionalista da iconicidade (cf. Givón, 1990) baseia-se na interrelação entre o plano do conteúdo (função) e o plano da expressão (forma). Segundo este princípio, a forma de uma expressão lingüística raramente é arbitrária, mas sim, estritamente influenciada pelo conteúdo que transmite.

No que se refere especificamente a este trabalho, investigaremos que consequência pode ter a ordenação das cláusulas que aparecem em períodos hipotéticos (prótases e apódoses) no âmbito da relação entre conteúdo e forma.

A existência de uma relação entre iconicidade e ordenação de cláusulas já foi comprovada por outras pesquisas variacionistas, como as de Paiva (1991) e Grynier (1990). Em termos gerais, esta relação se verifica na influência da seqüência temporal dos eventos no mundo real sobre a escolha da ordem das orações. Isto significa que no caso dos períodos hipotéticos a ordem predominante é prótase + apódose, já que esta corresponde iconicamente à realização (ou não) de uma condição e o evento que resulta como consequência desta (não-)realização.

Teremos, pois, a tarefa de analisar, em nosso trabalho, em que medida a quebra da ordem icônica - prótase + apódose - influencia a escolha entre formas alternantes (cf. seção 6.2 e capítulo 7).

Quanto ao princípio da marcação, existem três critérios fundamentais que, segundo Givón (1990: 947) podem ser usados na distinção entre categoria marcada vs. não-marcada:

- 1- complexidade estrutural: a categoria marcada tende a ser estruturalmente maior ou mais complexa do que a não-marcada;
- 2- distribuição da freqüência: a categoria marcada tende a ser menos freqüente do que a não-marcada;
- 3- complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa (requer maior esforço mental, atenção ou tempo de processamento) do que a não-marcada.

O próprio autor apresenta a modalidade *irrealis* como uma categoria marcada em relação a *realis*, pois, seguindo o critério da complexidade cognitiva, eventos que ocorreram em tempo e espaço reais estão mais salientes na mente do que eventos que não ocorreram, poderão ocorrer ou poderiam ter ocorrido.

No que tange ao estudo da alternância investigada neste trabalho quando esta ocorre especificamente em verbos modais, também levaremos em consideração o princípio funcionalista da marcação.

Vimos, na seção 2.3.3, que os modais carregam a modalidade epistêmica ou deôntica, sendo que consideramos, com Givón (1995: 121), que a deôntica seja a modalidade marcada em relação à epistêmica. O autor descreve esta relação por meio da associação unívoca (“one-way association”) entre as duas modalidades (cf. Givón, 1995: capítulo 2). Isto é, a deôntica implica em noção de futuridade, por isso, carrega necessariamente o traço de incerteza epistêmica. Por outro lado, a modalidade epistêmica não carrega necessariamente algum traço característico da deôntica.

Assim, pode-se dizer que a modalidade deôntica é cognitivamente mais complexa que a epistêmica, o que leva ao preenchimento do critério da complexidade cognitiva, uma das características do princípio da marcação.

O conceito de gramaticalização (cf. Hopper & Traugott, 1993), muito presente nos estudos funcionalistas, será aplicado também ao estudo dos modais. Em linhas gerais, trata-se de um processo de mudança semântica através do qual um item de uma categoria lexical se transfere para uma categoria gramatical, ou um item já gramatical se torna ainda mais gramatical.

Tendo-se em conta uma escala de gramaticalização de *irrealis*, concebemos os modais de valor epistêmico como os mais gramaticalizados (nos quais há um esvaziamento semântico e um uso mais discursivo do verbo) e os de valor deôntico como os mais lexicalizados (nos quais há um uso do verbo em seu sentido radical).

Investigaremos a viabilidade destas hipóteses formuladas para a variação em verbos modais no capítulo 7, exclusivamente dedicado ao estudo destes.



A conversão das noções de ‘figura’ e ‘fundo’ - provenientes da psicologia da Gestalt e aprofundadas por Hopper (1979: 213-241) - em categorias funcionais será bastante útil à nossa pesquisa. De acordo com Hopper, que baseou seu estudo em discursos narrativos, eventos em plano de ‘figura’ representam o esqueleto da narrativa: ações encadeadas que obedecem a uma sucessão icônica em relação ao mundo real. Por outro lado, os eventos situados a nível de ‘fundo’ servem para comentar e/ou ampliar as informações que aparecem em plano de ‘figura’.

Essas noções serão proveitosas na distinção de eventuais quebras observadas em cadeias de ocorrências das formas alternantes. Tais ocorrências em cadeia parecem estar fortemente sujeitas ao princípio do paralelismo (cf. Scherre, 1988: 378-425), que em nosso trabalho atua da seguinte maneira: o uso de FP levaria ao uso de FP na ocorrência subsequente; o uso de IMP levaria ao IMP; o de IA+V, a uma outra ocorrência de IA+V; e o de IRIA+V, ao IRIA+V. Resta-nos analisar se a mudança de plano aflige a continuidade da forma presente na ocorrência anterior. A relação entre figura/fundo e paralelismo será melhor detalhada na seção 6.1, onde controlaremos o paralelismo como um dos grupos de fatores condicionadores da variação.

### 3.3 - ANÁLISE DO DISCURSO

O panorama atual dos estudos lingüísticos que se situam sob a denominação Análise do Discurso se mostra bastante amplo e diversificado. Entre as várias linhas e abordagens, existem aquelas que, em convergência com a pesquisa funcionalista, procuram basear-se em dados de uso espontâneo da língua, embora nem todas estejam voltadas à busca deste requisito.

A própria definição de ‘discurso’ não é consensual entre as linhas de estudo lingüístico. Em vez de adotarmos uma visão tradicional (formalista/ estruturalista), que atribui o termo a um nível estrutural que ultrapassa o nível da sentença, concebemos o discurso como “língua em uso”, conforme definição apresentada por Schifffrin (1994). Esta posição, baseada no ponto de vista funcionalista, relaciona a análise da língua a seus papéis e propósitos sociais, pressupondo a interligação ‘língua ↔ contexto’.

Assim, entre os diferentes trabalhos que se auto-rotulam como Análise do Discurso<sup>16</sup>, ao buscarmos uma perspectiva que esteja conciliada ao Funcionalismo, nos identificamos com a concepção de Brown & Yule (1983), segundo a qual:

*...a análise do discurso é, necessariamente, a análise da língua em uso. Como tal, não pode restringir-se à descrição das formas lingüísticas independentemente dos propósitos ou funções que desempenham nas relações humanas.*<sup>17</sup>

(Brown & Yule, 1983: 01)

Aliás, esta visão de análise do discurso é compatível não somente com os pressupostos funcionalistas mas também com os da Sociolingüística, a partir do momento em que estas áreas compartilham a seguinte convicção: não se pode tentar compreender e sistematizar a estrutura de uma língua sem levar-se em conta, além da sua organização discursiva, a questão do contexto discursivo (= co-texto) e pragmático (= contexto extralingüístico). Por isso, estas áreas têm como fonte de seus dados amostras de fala ou escrita coletadas a partir de um uso real, isto é, a análise dos fenômenos lingüísticos dentro de um contexto discursivo e social constitui exigência teórica.

Como já dissemos, os trabalhos de abordagem variacionista têm ampliado seu campo de análise em direção ao estudo de variáveis sintáticas e discursivas. No entanto, este tipo de estudo, ao contrário do fonológico, têm revelado pouca influência de fatores sociais e aberto perspectivas para a influência de fatores discursivos e pragmáticos na

organização estrutural da língua. Esta constatação tem levado pesquisadores variacionistas a se interessarem cada vez mais por estudos pertinentes à Análise do Discurso.

Ao mesmo tempo, a ampliação do campo da análise variacionista trouxe a necessidade de que seja redefinida a questão da variação entre formas de ‘mesmo significado’ num ‘mesmo contexto’:

*...vemos hoje uma mudança de perspectiva. Estudos que utilizam a metodologia variacionista em vez de partirem da análise de um fenômeno bem delimitado gramaticalmente, com variação por assim dizer inequívoca (pretônica aberta, pretônica fechada, [t] ou [tʃ], etc.), investigam diferentes formas de expressão para indicar um mesmo processo: indeterminação, modalização, hipótese, etc.*

(Callou et alii, 1991: 19)

Torna-se, então, necessário buscar explicações - para a preferência de uso de uma ou outra forma alternante - em campos até então não investigados:

*Nesta perspectiva, em uma abordagem mais ampla, temos sentido a necessidade de trabalhar com outros tipos de fatores que não os tradicionais, fatores esses de natureza discursiva, tais como, distância do referente, mudança do referente, status informacional, gênero discursivo, paralelismo, etc.*

(Callou et alii, 1991: 20)

Schiffrin (1994) descreve diversas abordagens associadas a uma tentativa de melhor entender o discurso. É curioso notar que, entre as linhas citadas pela autora, encontramos a “análise variacionista”, que é reconhecida como grande colaboradora de avanços teóricos sobre o estudo da língua em seu contexto. As demais abordagens citadas pela autora são: teoria dos atos de fala, sociolinguística interacional, etnografia da comunicação, análise da conversação e pragmática.

O desenvolvimento de uma abordagem variacionista ao discurso encontra-se presente na busca por estruturas textuais, na análise de variantes no nível do texto e na investigação de como o texto pode influenciar o comportamento de formas lingüísticas nele contidas. As próprias pesquisas variacionistas, como assinalou Schiffrin (1994), têm oferecido novas descobertas e evidências no âmbito discursivo que em muito interessam às investigações de outras áreas associadas ao estudo do discurso.

Na tentativa de desvendar o funcionamento textual, o pesquisador parte para dimensões no nível do discurso que possam enriquecer sua análise, entre as quais algumas já foram bastante testadas enquanto variáveis, como o status informacional do referente, o paralelismo, a troca de turno nas conversações, o grau de conexão discursiva e a questão dos gêneros discursivos (ou tipos de texto).

Schiffrin (1994) acredita que a convergência entre Análise do Discurso e Sociolingüística Variacionista pode ser encontrada desde os primórdios desta. As análises sobre a organização textual tiveram início com o interesse de Labov por narrativas orais e sua estruturação em partes que possuem uma identidade semântica e sintática definida em função do texto narrativo como um todo.

Na verdade, o interesse de Labov por narrativas orais de experiência pessoal apresentava sobretudo uma motivação sócio-política: a de derrubar, através de análise científica, o preconceito de que falantes de dialetos não-padrão (no caso, o “black English”) teriam uma menor capacidade de organização verbal. Além disso, no intuito de coletar amostras de fala vernacular, as entrevistas sociolingüísticas geralmente levam o entrevistado a narrar episódios de experiência pessoal, pois este é o tipo de assunto que o faz sentir-se mais à vontade.

Recentemente a análise variacionista tem aberto discussão sobre outros gêneros discursivos<sup>18</sup> além da narrativa, entre outros motivos, porque o tipo de texto onde está inserida a variante analisada pode ser testado como uma forte hipótese que explica o condicionamento de certas variáveis (cf. Oliveira e Silva & Macedo, 1996).

Esta constatação se aplica ao nosso trabalho, onde verificaremos a influência dos gêneros de discurso na distribuição das formas alternantes analisadas (cf. seção 6.5). Porém, a tarefa de classificar o gênero discursivo em que cada ocorrência se insere não é simples.

Dificuldades são encontradas não somente na tarefa de se estabelecer critérios para a identificação de gêneros discursivos, mas também na delimitação de onde começa e onde termina cada trecho caracterizado como uma instância de gênero.

Na maioria das situações comunicativas, os textos dificilmente são estanques, puros (do tipo: discursos/artigos acadêmicos são tipicamente expositivos; contos são tipicamente narrativos). Nas entrevistas e cartas das quais extraímos nossos dados, por exemplo, aparecem vários tipos de texto, que se apresentam de maneira seqüencial ou mesclados: uma narrativa pode conter incursões da argumentação do informante/narrador, quando este comenta alguns eventos, avaliando atitudes de personagens ou justificando suas próprias.

Paredes Silva (1997) apresenta uma proposta de tratamento da tipologia de textos através do estabelecimento de níveis de critérios, buscando conciliar as perspectivas funcional (funcionamento da língua na comunicação) e formal (estrutura interna da língua).

Uma das questões que a autora tenta resolver através da análise em níveis é a da superposição de gêneros. A autora explica que uma unidade comunicativa identificada

como um gênero pode ganhar um novo sentido dependendo do propósito a que está servindo. Assim, uma estória pode ser usada como exemplo que reforça uma argumentação ou, no caso de cartas pessoais, como uma simples narração de eventos ocorridos para alguém que se encontra distante.

Dáí a necessidade de estabelecer-se um nível de classificação, o que diz respeito à “função / propósito comunicativo” (cf. Nichols, 1984) desempenhada pelas unidades discursivas. Isto significa que cada realização de uma unidade discursiva poderá obter novos efeitos discursivos.

Voltaremos ao assunto ‘tipo de texto’ mais adiante (cf. seção 6.5), quando este será tratado como um grupo de fatores.

## 4 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Como já dissemos, a possibilidade de o imperfeito do indicativo substituir o futuro do pretérito já foi apontada por alguns estudiosos da língua portuguesa, embora não tenhamos conhecimento de que haja um trabalho específico sobre esse assunto tratando-o como fenômeno variável<sup>19</sup>. A seguir, apreciaremos estudos que se referem a esse tema.

Para começar, faremos uma apreciação histórica sobre os dois tempos verbais que estamos estudando. Em seguida, teceremos algumas considerações sobre o que algumas gramáticas normativas dizem sobre este fenômeno variável. Mais adiante, apresentaremos não somente alguns trabalhos recentes que se referem à existência deste fenômeno em português, mas também as conclusões de uma pesquisa variacionista sobre o fenômeno no espanhol.

### 4.1 - O PONTO DE VISTA HISTÓRICO

No capítulo VI de História e estrutura da língua portuguesa, Câmara (1975) traça um quadro da evolução dos tempos verbais do latim ao português. Enfocaremos sinteticamente a origem do pretérito imperfeito e a do futuro do pretérito.

Desde o século I a.C., verificou-se no latim uma diferenciação entre verbos de aspecto concluso (*perfectum* ou perfeito) e inconcluso (*infectum* = “não feito”, i.e., imperfeito). A expressão morfológica desta noção se deu através de várias formas, sendo comum a marcação do aspecto perfeito pelo afixo {-u-}.

A semântica da categoria verbal aspecto, com o passar do tempo, sofreu algumas transformações. O aspecto perfeito, de início, carregava significação de

“permansividade” (i.e., evento concluso com efeitos experienciados no presente, ex.: *odi* = “fiquei com ódio e o conservo”) (p.130), de maneira que desinências de presente começaram a ser interpretadas como pertencentes a um tempo pretérito concluso. Assim, o presente *perfectum* passa a designar o pretérito perfeito, em oposição a *amabas*, pretérito imperfeito. A forma que outrora designava pretérito perfeito deu origem ao pretérito mais-que-perfeito, ao fazer referência a um tempo concluso anterior a outro também já concluso. Visualizemos estas mudanças:

	pret. mais-que-perf.	pretérito	presente
inféctum:		<i>amabas</i>	<i>amas</i>
perfectum:	<i>amaueras</i>	← <del><i>amaueras</i></del> <i>amauisti</i>	<del><i>amauisti</i></del>

A forma *amauisti*, em sua evolução, perde a marca {-u-} de perfeito (dando origem, no caso do português, a ‘amaste’); assim, o morfema designador do imperfeito {-ba-} passa a se opor a um morfema zero de perfeito.

O tempo gramatical de futuro teve origem no latim clássico, visto que na língua espontânea e coloquial (como era o caso do latim vulgar), o presente verbal muitas vezes era (e ainda hoje é) usado na expressão de um tempo futuro. Assim, o uso do tempo verbal de futuro aparece secundariamente, na história da língua latina, como a abstração de um evento, estando este associado às noções de desejo, volição ou dúvida. Daí as formas de futuro do latim clássico terem seu início morfológico na combinação do infinitivo verbal com formas volitivas conjugadas no presente, como por exemplo: *cantare habeo* > ‘cantarei’.

Surgindo primeiramente como categoria de modo (expressão de desejo, intenção, propósito), o futuro passou à categoria temporal. Esse processo foi acompanhado da ocorrência de evoluções fonéticas, como a aglutinação dos dois vocábulos.



Estamos, portanto, diante de um fenômeno de gramaticalização, assunto ricamente explorado pelo Funcionalismo atual. Como vimos na seção 3.2.2, trata-se da transferência de um item lexical para uma categoria gramatical, ou de um item já gramatical para um nível ainda mais gramatical. Tal fenômeno é geralmente acompanhado de transformações fonéticas (cf. Hopper & Traugott, 1993).

Câmara inicia a explanação sobre o tempo ‘futuro do pretérito’ na seção que trata do sistema de indicativo em português, afirmando que, ao utilizar este tempo, o falante evoca um momento do passado posterior a outro momento pretérito, embora continue a situar-se no presente.

Lembrando que, no uso coloquial do português (assim como acontecia com o latim), a tripartição ‘passado - presente - futuro’ encontra-se comumente simplificada no sistema bipartido ‘passado - presente’, onde o presente abarca o futuro, o autor explica que, por este motivo, ao expressar-se através do discurso indireto, o falante pode usar o tempo verbal de presente para exprimir a referência ao futuro do presente: “Acho que ele vem” em vez de “Acho que ele virá”. Como “no plano temporal é o pretérito imperfeito que se opõe ao presente” (Câmara, 1975: 133) temos, paralelamente ao exemplo anterior: “Achei que ele vinha” em vez de “Achei que ele viria”. (Os exemplos são também do autor: p.134.)

Embora tenha realizado esta constatação, o autor não apresenta uma visão histórica da substituição do FP pelo IMP. Porém, no capítulo que trata do modo subjuntivo, o autor, ao referir-se ao período hipotético e ao *consecutio temporum et modorum*, volta a citar exemplos em que o IMP alterna com o FP.

Câmara relaciona o emprego do futuro do subjuntivo na prótase com o futuro do indicativo na apódose, como em “Se quiser, eu farei” (exemplo fabricado); enquanto “o

futuro do pretérito, ou o pretérito imperfeito, do indicativo, na apódose, impõe na prótase o pretérito do subjuntivo: *Faria, se quisesse - Se quisesse, eu fazia.*” (Câmara, 1975: 137.)

#### 4.2 - A VISÃO DAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS

Já na primeira metade deste século, Said Ali, conceituado gramático da língua portuguesa, faz alusão à possível alternância FP vs. IMP em orações condicionadas:

*Nas orações condicionadas, pode o futuro do preterito ser substituído pela forma do imperfeito ou do mais-que-perfeito. O imperfeito é geralmente preferido na linguagem familiar. A forma do mais-que-perfeito, também empregada na oração condicionante, encontra-se com frequência na linguagem antiga. Comparem-se estes exemplos:*

*Se chovesse, eu tomava um carro.*

*Se mais mundo houvera, lá chegara. (Camões)*

*Se fosse feriado, não havia aula.*

(Said Ali, 1969<sup>20</sup>: 165)

Algumas gramáticas da atualidade também se referem a esse fenômeno de **variação**. Ao tratar do pretérito imperfeito do indicativo, a gramática de Cunha (1985) inclui, entre a lista de possíveis empregos deste tempo verbal, um item que prevê a substituição do futuro do pretérito, porém, restringe a aplicação deste uso ao período hipotético do irreal:

*[O pretérito imperfeito é empregado] pelo futuro do pretérito, para denotar um fato que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu: “O patrão, é porque não tem força. Tivesse ele os meios e isto virava um fazendeiro.” (M. Lobato, U, 236.)*

(Cunha, 1985: 433)

Em sua Moderna gramática portuguesa, Bechara (1989), no capítulo destinado à explanação sobre o emprego dos verbos, admite a possibilidade de substituição do futuro

do pretérito pelo pretérito imperfeito do indicativo. De forma análoga a Cunha, Bechara associa este uso do imperfeito a uma expressão semântica de certeza, e como faz Said Ali, o relaciona a um registro informal/oral da língua:

*Pode substituir, principalmente na conversação, o futuro do pretérito, quando se quer exprimir fato categórico: “Se me desprezasse, morreria, matava-me” (C.C. Branco, *ibid.*, 19).*

(Bechara, 1989: 274)

A Gramática normativa da língua portuguesa de Rocha Lima (1994) curiosamente não faz referência à alternância que ora investigamos. A apresentação que este autor realiza dos verbos parece revelar preocupação maior com sua forma do que com sua semântica, se limitando praticamente a listar as classificações de voz, pessoa, modo, bem como os paradigmas de conjugação.

A conhecida obra de Othon Moacir Garcia, Comunicação em prosa moderna (1992), apesar de não ser uma gramática tradicional, mas uma espécie de guia ou manual de redação, nos interessa por se tratar de uma importante referência para consultas sobre a organização da língua escrita culta.

No capítulo intitulado “Como indicar as circunstâncias e outras relações entre as idéias”, o autor separa uma seção denominada “Tempo e Aspecto”, onde comenta o que chamou de “tonalidades aspectuais nos tempos simples e compostos”. Neste ponto da obra, o autor declara que:

*Em alguns casos, a idéia de tempo, característica de determinada forma verbal, está, por assim dizer, subvertida, (...). Nem sempre é muito fácil saber se se trata realmente de aspecto ou de diferentes acepções da mesma forma temporal.*

(Garcia, 1992: 70)

Entre os exemplos, Garcia (1992) cita o presente do indicativo, que muitas vezes é usado para indicar um futuro próximo e outras vezes funciona numa narrativa como um presente histórico. Para o pretérito imperfeito do indicativo, o autor apresenta, além das noções tradicionalmente atribuídas a este tempo verbal (simultaneidade ou duração no passado e habitualidade no passado), o seu emprego pelo futuro do pretérito:

*...na linguagem familiar, é muito comum empregar-se o pretérito imperfeito em lugar do futuro do pretérito: “Disseste que vinhas (= virias) e não vieste.” “Se pudesse, fazia-lhe (= far-lhe-ia) uma visita.” Ocorre também na linguagem escrita, literária mas quase sempre em tom coloquial: “O alfaiate vizinho venceu dificuldades para vesti-lo de improviso no último apuro, visto que os seus baús chegavam tarde.” (Camilo, apud Brandão, op. cit., p. 503).*

(Garcia, 1992: 71)

Além das acepções já citadas, o autor se refere a um emprego do pretérito imperfeito como estratégia discursiva de polidez e de envolvimento do interlocutor. Este uso se dá, segundo o autor, freqüentemente na linguagem coloquial, com os verbos “poder” (“podia”) e “querer” (“queria”), expressando “*vontade* ou *desejo*, mas em tom delicado, cortês e um tanto tímido, como que para despertar simpatia do interlocutor” (Garcia, 1992: 71).

Sobre esta função discursiva do imperfeito, Bechara (1989) concorda com Garcia (1992), ao declarar que, nos pedidos e solicitações, este tempo verbal “exprime um desejo feito com modéstia /.../ [como em:] Senhor Manuel, eu *desejava* telefonar” (Bechara, 1989: 274), e acrescenta que, neste contexto (desejo, pedido), o imperfeito pode também denotar dúvida sobre a realização de um fato, como em: ““*Queria* viver para o seu filho. - É como ele explicava o desejo da vida” (Camilo Castelo Branco, A neta do arcediogo, 22)” (Bechara, 1989: 274).

Garcia (1992), além de exemplificar o uso do IMP em discurso indireto - como vimos acima - mostra, em outro lugar de sua obra (seção 3.4, intitulada “Os verbos e os pronomes nos discursos direto e indireto”, p. 115-18), exemplos de IMP e FP em perífrase (IA+V e IRIA+V) neste contexto.

Ao tentar sistematizar, para fins didáticos, a correspondência entre tempos e modos verbais nos discursos direto e indireto, o autor mostra que quando o imperfeito do indicativo aparece em discurso direto, devemos mantê-lo ao passarmos a construção para o discurso indireto:

*O imperfeito do indicativo se mantém como tal no discurso indireto. Aliás, esse tempo e os pronomes da terceira pessoa (êle, seu) são traços característicos no discurso indireto.*

*- Ia visitá-lo mas não tive tempo - disse êle.*

*Êle disse que ia visitar-me mas (que) não teve tempo.*

(Garcia, 1992: 117)

O exemplo de futuro do pretérito em discurso indireto é apresentado em contexto de período hipotético:

*... Também o pretérito imperfeito do subjuntivo, assim como o futuro do pretérito, se mantém no discurso indireto:*

*\_ Se pudesse, iria visitá-lo, disse. Disse que, se pudesse, iria visitá-lo.*

(Garcia, 1992: 117)

Ainda mesclando discurso direto/indireto e períodos hipotéticos, o autor ensina que se a prótase estiver no futuro do subjuntivo em discurso direto, como em “\_ Se puder, irei visitá-lo”, ao passarmos para o indireto, este tempo-modo verbal pode tanto se manter como ser substituído, sendo a substituição acarretadora de mudança semântica:

*Disse que se puder, irá visitá-lo (hipótese realizável).*

*Disse que, se pudesse, iria visitá-lo (hipótese irrealizável).*

(Garcia, 1992: 117)

O exemplo acima nos leva a ratificar a incoerência encontrada em gramáticas tradicionais, ao tratar o FP como indicativo, modo do *realis*, ao mesmo tempo que o explica e exemplifica como denotador de *irrealis*.

Em linhas gerais, observamos que os gramáticos tendem a relacionar o uso do IMP pelo FP com a modalidade oral da língua e com um registro coloquial, familiar, informal, ou como estratégia de polidez, sem que apresentem maiores informações sobre o contexto semântico e sintático onde atua esta alternância.

Com exceção de Garcia (1992), as gramáticas por nós analisadas nesta seção não prevêm a possibilidade de que nas apódoses de períodos hipotéticos ocorra o IMP ou o FP em perífrase (IA + V e IRIA + V). Ademais, não encontramos nestas obras (também à exceção de Garcia) comentário ou exemplo que ilustrasse o uso do IMP pelo FP em outros contextos senão o de períodos hipotéticos.

Isto posto, urge que se realize um trabalho que dê conta da descrição da alternância IMP vs. FP (e as perífrases correspondentes) em português, o que permitirá uma melhor compreensão do sistema de tempos verbais e seu uso na fala e na escrita.

#### 4.3 - PESQUISAS RECENTES

A seguir, apreciaremos algumas pesquisas que abordaram direta ou indiretamente o tema da alternância IMP vs. FP. Entre elas, a única que tratou o tema de modo específico e sob o enfoque variacionista foi a de Silva-Corvalán, 1988 (seção 4.3.3). A ordem de apresentação seguirá critério cronológico da publicação dos trabalhos.

#### 4.3.1 - VAZ LEÃO

Vaz Leão (1961), na primeira parte de sua análise detalhada sobre o período hipotético iniciado por “se”, nos apresenta um histórico desta construção desde o latim vulgar até as línguas românicas atuais. A autora investiga as várias combinações temporais entre prótase e apódose encontradas no latim clássico e vulgar e as heranças que estas deixaram para as línguas que do latim provêm.

O imperfeito do indicativo em apódoses é considerado como proveniente do latim vulgar, como um tempo que está em concordância com o imperfeito do subjuntivo. Esta combinação, segundo a autora, “é fenômeno da linguagem popular, aproveitado pela língua literária para efeitos estilísticos” (Leão, 1961: 48), e aparece em línguas modernas como português, italiano e espanhol:

*Se fosse você, decidia isso logo.*

*Se vincessi la lotteria, mi compravo una macchina.*

*Si tuviese (tuviera) dinero, compraba esta casa.*

(Leão, 1961: 48)

A combinação simétrica de imperfeito do indicativo tanto na prótase quanto na apódose aparece como uma inovação sintática que provém da combinação latina *Si cantasset, bene faciebat* (a mesma que serviu de origem aos exemplos acima vistos). Essa nova combinação sintática é tida como tipicamente oral e popular, usando-se principalmente no espanhol e no italiano:

*Si tenía dinero, compraba esta casa.*

*Se morivo, non soffrivo tanto.*

(Leão, 1961: 50)

Na segunda parte de sua obra, Vaz Leão estuda os períodos hipotéticos do português atual sob uma perspectiva sincrônica, valendo-se de explicações baseadas no sistema gramatical ou na estilística.

Ao tratar das várias formas de se expressar o que chama de fatos potenciais, a autora acaba fazendo alusão à alternância entre o FP e o IMP em apódoses. Ela apresenta os seguintes exemplos:

- a - Se ele vem amanhã, volto com ele.*
- b - Se ele vier amanhã, voltarei com ele.*
- b' - Se ele vier amanhã, volto com ele.*
- c - Se ele viesse amanhã, voltaria com ele.*
- c' - Se ele viesse amanhã, voltava com ele.*

(Leão, 1961: 86)

Segundo a autora, a variação nas apódoses destes exemplos apresenta uma gradação de certeza:

*Em b' e c' a relação entre os dois fatos é apresentada como uma necessidade; dada a hipótese, temos a convicção de que também a sua consequência se dará, afirmamos melhor a nossa vontade. [Grifos nossos]*

(Leão, 1961: 87)

Mais adiante, a autora conclui o seguinte:

*Em todas essas diferentes construções, o conteúdo lógico da declaração é o mesmo, com leves matizes intencionais que revelam o estado de espírito do indivíduo que fala. [Grifos nossos]*

(Leão, 1961: 88)

Embora concordemos com a idéia de que os exemplos acima citados possam revelar alguma gradação sobre a convicção do emissor em relação àquilo que enuncia, discordamos da classificação intuitiva apresentada pela autora. Uma explicação baseada na intenção, vontade, estado de espírito, necessidade e convicção do falante seria



impraticável neste caso, já que os exemplos são desprovidos de contexto e sequer fazem parte de uma amostra de fala ou escrita produzida em situação real de comunicação.

Ainda que estas exigências (língua em uso, presença de contexto) fossem preenchidas, seria difícil ter acesso a informações sobre o estado psicológico do informante. O que está ao alcance do investigador são as informações fornecidas pelo contexto discursivo e pragmático, ou seja, aquilo que é expresso linguisticamente - através de pistas deixadas no texto - ou situacionalmente pelo falante, bem como as informações compartilhadas entre falante e ouvinte.

Ainda nesta segunda parte de sua obra, Leão (1961) dedica um capítulo à descrição do período hipotético iniciado por “se”, no qual expõe quatro tipos de prótase no subjuntivo presentes na língua contemporânea, entre os quais a prótase em imperfeito do subjuntivo ({-sse}). A autora comenta as possibilidades de esta combinar-se com apódoses em FP e em IMP, exemplificando (com dados de língua literária) ambas as possibilidades e apontando a segunda (IMP), mais uma vez, como denotadora de certeza, convicção:

*...o futuro do pretérito [aparece na apódose], para exprimir a relação entre os dois fatos sem nenhum matiz especial; e o imperfeito do indicativo, para exprimir a consequência da hipótese como certa.*

(Leão, 1961: 94)

Na terceira parte de seu estudo sobre o período hipotético, a autora apresenta uma contagem de ocorrências das diversas combinações verbais desta construção sintática através de períodos históricos da língua portuguesa, tendo como fonte de seus dados textos da literatura portuguesa e brasileira, distribuídos de acordo com a seguinte divisão:

- PORTUGUÊS ARCAICO - sec. XIII a meados do sec. XVI - autores: D. Afonso X, Fernão Lopes e Gil Vicente.

- PORTUGUÊS CLÁSSICO - 2ª metade do sec. XVI até o sec. XVIII - autores: Camões, D. Francisco Manuel de Melo, Padre Antônio Vieira, Antônio Diniz da Cruz e Silva e Tomás Gonzaga.
- PORTUGUÊS HODIERNO - séculos XIX e XX - autores: Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Machado de Assis, João Ribeiro, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Eduardo Frieiro, Carlos Drummond de Andrade e Waldemar Versiani dos Anjos.

Cabe aqui ratificar que os dados coletados por Leão (1961) se restringem a períodos hipotéticos iniciados pela conjunção “se”, dados estes provenientes da escrita literária. Apesar de estas características não coincidirem com as do presente trabalho, é interessante que comparemos os resultados estatísticos referentes à presença do FP e do IMP em apódoses.

Com este intuito, apresentaremos, a seguir, uma tabela na qual selecionamos, dentre os dados coletados pela autora, somente os pertinentes a esta pesquisa (os que apresentam apódoses nas quais o FP e o IMP alternam-se), excluindo os demais tipos de construção analisados pela autora.

Os totais que aparecerão em cada coluna da tabela se referem à soma das ocorrências coletadas para cada período literário, considerando-se nesses totais, todo e qualquer período hipotético iniciado por “se”.

TABELA 01: Resultados numéricos sobre a variação FUT. PRET. vs. IMP. IND. em apódoses durante três períodos literários. (Tabela criada com base em Leão, 1961.)

Construção/ Período Literário	Arcaico	Clássico	Hodierno
Se + pres.ind. + fut.pret. + imp.ind.	02/170 (1,18 %) 03/170 (1,76 %)	03/481 (0,62 %) 02/481 (0,42 %)	01/657 (0,15 %) 08/657 (1,22 %)
<b>Se + imp. subj. + fut.pret. + imp. ind.</b>	<b>19/170 (11,18 %) 08/170 (4,71 %)</b>	<b>19/481 (3,95 %) 10/481 (2,08 %)</b>	<b>97/675 (14,37 %) 43/675 (6,37 %)</b>
Se + m.q.perf.ind. + fut.pret. +pret.imp.	-- --	06/481 (1,25 %) 10/481 (2,08 %)	06/675 (0,89 %) 01/675 (0,15 %)
Se + pret.perf.ind. + fut.pret. <sup>21</sup> + imp.ind.	--	--	01/675 (0,15 %) 02/675 (0,31 %)

A linha que na tabela é apresentada em negrito é a mais significativa, pois mostra que as prótases em imperfeito do subjuntivo ocorrem em percentuais mais altos que as demais, na variação entre o IMP e FP em apódoses. Além disso, em nosso trabalho cerca de 90% dos períodos hipotéticos iniciados por “se” coletados apresentam a prótase em imperfeito do subjuntivo.

A tabela nos indica que construções com este tipo de prótase mantiveram regular, através dos três períodos literários, a variação IMP vs. FP. Ou seja: o percentual de apódoses em FP permaneceu praticamente o dobro em relação às apódoses em IMP. Esta informação pode ser um sinal de estabilidade na variação, pelo menos no que diz respeito à língua literária.

Vale observar que as formas de IMP e FP simples ou em perífrases com o verbo “ir” foram tratadas indistintamente pela autora, em sua contagem. Ou seja, uma ocorrência do tipo “ia fazer” foi classificada como imperfeito do indicativo, e “iria fazer”, como futuro do pretérito.

#### 4.3.2 - MATTOSO CÂMARA JR.

A forma verbal portuguesa em -ria de Câmara (1967) é uma obra de suma importância para o enriquecimento deste trabalho. Observe-se que o próprio título reflete a decisão do autor de não tomar partido quanto às denominações frequentemente associadas àquela forma, quais sejam: “futuro do pretérito” e “condicional”.

A expressão “condicional”, adotada pela escola gramatical francesa, é questionada por Mattoso Câmara Jr. por não ser a construção condicional (= período hipotético) o único ambiente onde se empregam as formas em -ria; acrescentado-se o fato de que as apódoses das construções condicionais utilizam outras formas verbais além desta.

Por outro lado, o termo “futuro do pretérito” excluiria a função condicional que as formas em -ria podem desempenhar e se limitaria a exprimir a semântica que carrega: ‘futuro de um tempo pretérito’, como em: “Disse que viria sem falta” (p. 8).

Ainda que tenha admitido, como acabamos de ver, dois usos principais para as formas em -ria, o autor refuta a hipótese de manterem-se os dois nomes - cada qual para a situação que expressa. Ao defender sua preferência por um nome único, Câmara (1967: 11-12) contrapõe a forma em -ria, a qual considera um caso de polissemia, a algumas outras formas gramaticais do português, as quais considera casos de homonímia.

Ele mostra que algumas formas gramaticais podem ter sua homonímia esclarecida através de confrontos paradigmáticos ou através de substituições, como: “um” artigo indefinido difere de “um” numeral por este não apresentar plural : “uns”, “umas”; “se” partícula apassivadora se distingue de “se” pronome reflexivo a partir da transformação possível somente para o primeiro caso: perdeu-se  $\Rightarrow$  foi perdido.

Visto que os critérios de bipartição acima não se aplicam a -ria, o autor explica que, para este caso, temos uma forma única desempenhando diversas funções e que “as aplicações de uma forma lingüística são necessariamente variadas” (Câmara, 1967: 11). Uma vez que esta diversidade de usos não é característica peculiar à forma -ria, outros tempos verbais igualmente podem preencher diferentes funções, elucida o autor, sem que se precise bipartir suas classificações.

É, então, nesta altura de seu livro que o autor cita pela primeira vez o nosso tema: a possibilidade de substituição do futuro do pretérito pelo imperfeito do indicativo. Ele argumenta que, embora o imperfeito possa expressar (além de seu sentido tradicional) ambos os significados de -ria (‘condicional’ e ‘futuro de um tempo pretérito’), não há especulações sobre sua bipartição:

*“Disse que vinha sem falta” — “Se eu tivesse dinheiro, comprava uma casa”.*

(Câmara, 1967: 12)

Mais adiante, em um dos sub-itens do capítulo V (“A condição e a irrealidade”) da referida obra, Câmara (1967) abre um espaço maior para a discussão sobre a possibilidade de o imperfeito do indicativo cumprir funções equivalentes às das formas em -ria.

Segundo o autor, tal substituição do futuro do pretérito tem início no latim clássico com verbos modais de obrigação, possibilidade, oportunidade e conveniência; no latim tardio, esse emprego se dá com qualquer tipo de verbo, assim como encontramos em português.

De início, o autor nos lembra que, dentro de uma evolução lingüística de tempos verbais, o futuro é uma categoria mais elaborada que surgiu posteriormente em relação à dicotomia presente vs. passado. Assim, o autor apresenta o fenômeno de substituição do

futuro do pretérito por uma categoria temporal de passado como “um emprêgo essencialmente coloquial e popular, pertencente a um plano lingüístico em que não foi introduzida a forma de futuro com a mais elaborada tripartição das categorias temporais.” (Câmara, 1967: 74).

Seguindo esta lógica, o autor estabelece uma correspondência entre a possibilidade de se usar o presente pelo futuro do presente e o imperfeito pelo futuro do pretérito:

Ele **voltará** amanhã                    ⇔ Ele **volta** amanhã  
 Ele disse que **voltaria** amanhã ⇔ Ele disse que **voltava** amanhã

[Exemplos nossos.]

Além da tonalidade coloquial, o autor relaciona o uso do IMP na função de -ria a uma falta de projeção do fato num tempo futuro. Assim, aponta um traço semântico distintivo para este emprego: atualizar um futuro, isto é, marcar “uma maneira concreta ou palpável, por assim dizer, de considerar a hipótese expressa, em vez de esfumá-la na distância”. (Câmara, 1967: 74).

Com a finalidade de confirmar seu ponto de vista sobre tal distinção entre o imperfeito do indicativo e -ria, o autor se volta à comparação de trechos de obras literárias portuguesas e brasileiras, onde aponta o uso do imperfeito como estratégia de expressão da convicção da personagem e/ou narrador, e acaba concluindo que:

*Essa propriedade estilística de concretizar a hipótese, tornando-a simultânea com o ponto de partida que a condicionou, é tão forte no pretérito imperfeito do indicativo, que pode obliterar a sua tonalidade coloquial e popular, em face da forma em -ria, e levar ao seu emprego em linguagem altamente literária; ...*

(Câmara, 1967: 77)

No que diz respeito ao uso de perífrases do tipo IR + V coexistindo com as formas em -ria e -va (ou -ia, no caso de 2ª e 3ª conjugações), Câmara (1967) levanta algumas hipóteses.

Ao analisar a origem formal do futuro do pretérito, o autor estabelece a hipótese de que este tempo tenha surgido nas línguas indo-européias sob forma de perífrases cujos auxiliares denotavam modalidade de intenção, desejo, vontade, etc. Dados que comprovam esta colocação têm sido encontrados em línguas como latim, grego e inglês.

O português herdou do latim perífrases de auxiliar modal em *uolo, possum, debeo* (quero, posso, devo), etc., que equivalem aos auxiliares *shall* e *will* do inglês no sentido de que carregam significação modal e ao mesmo tempo, mais especificamente no caso do inglês, reportam a um futuro.

De maneira análoga ao auxiliar no presente que se estende a um sentido de futuro, o auxiliar no pretérito aparece contribuindo para a noção de um futuro relativo a um tempo passado. É o que temos em inglês sob as formas de *should, would*, etc., as quais são geralmente traduzidas para português através do morfema -ria, encontrando, porém, no português atual, uma correspondência com o auxiliar “ir” no pretérito imperfeito (cf. Câmara, 1967: 42):

INGLÊS:	PORTUGUÊS:
<i>will</i> + V	vou + V
<i>would</i> + V	ia + V

Conforme vimos na seção 4.1, as perífrases verbais de auxiliar modal (*habere*) do latim se gramaticalizaram dando origem ao futuro do presente e ao futuro do pretérito. Como num processo evolutivo cíclico, começam a ser empregadas, paralelamente a estes tempos verbais, formas perifrásticas de futuro do presente e futuro do pretérito com o auxiliar “ir”. Inclusive, Câmara (1967) nota que, na fase românica, uma das possíveis

locuções usadas em substituição ao futuro tradicional tomava como auxiliar o próprio “ir” (*vadere*) (p.35-6).

Segundo o autor, o auxiliar “ir”, quando usado em locução que expressa o futuro, mantém uma conotação modal de ‘intenção do sujeito’, que é derivada de seu sentido lexical de ‘movimento físico’ (p.36).

Particularmente em relação ao futuro do pretérito, a condição ideal para a sua ocorrência, conforme assinala Câmara (1967: 46), é o estilo indireto, no qual o verbo *dicendi* conjugado no passado anuncia um evento futuro. Este evento, visto sob a perspectiva do momento da enunciação, pode ser um passado realizado, não realizado ou, ainda, um futuro, como ilustraremos a seguir através de exemplos utilizados pelo próprio autor:

- 1) *Êle disse que viria (e cumpriu a promessa)*. [Passado realizado]
- 2) *Êle disse que viria (amanhã)*. [Futuro]
- 3) *Êle disse que viria (e não apareceu)*. [Passado não realizado]

(Câmara, 1967: 45)

Segundo o autor, o primeiro exemplo é o que expressa tipicamente o que chama de “um futuro do pretérito genuinamente temporal” (p.46). O anúncio de um futuro por um verbo *dicendi* no passado corresponde ao que alguma vez já foi um presente e um futuro do presente.

Enfim, o autor toca em um assunto que nos é crucial: o da variação. Ele admite a possibilidade da alternância da forma em -ria com outras que apresentem a “mesma significação básica”, embora considere que a tendência ao uso de uma ou outra forma esteja condicionada por “impulsos estilísticos”:

*Surgem então, com efeito, as formas em -ria, a menos que se opte pela perífrase com ia ou, mesmo, por uma locução com dever, poder, etc., no*



*pretérito imperfeito. São variantes mórficas de uma mesma significação básica, [grifo nosso] que às vezes, até, alternam num dado texto sob impulsos estilísticos, em que entram o propósito de quebrar a monotonia formal e, mais ainda, o de acentuar certas diferenças modais; ...*

(Câmara, 1967: 46)

Conforme apresentamos na seção 2.3 (“A noção de irrealidade”), segundo Câmara (1967), a natureza temporal de uma ‘futuridade pretérita’ está contida nas formas em -ria, independentemente do fato de estas se encontrarem presentes no estilo indireto ou em períodos hipotéticos.

Assim, o autor volta a criticar análises que procuram classificar separadamente estes dois usos, explicando que estas são influenciadas pelo costume que a gramática histórica tem de isolar as formas lingüísticas da estruturação semântica em que funcionam. Ele também aponta como um equívoco o hábito de se esclarecer a substituição diacrônica de uma forma pela outra a partir da simples realização de analogias formais. Segundo o autor, “Com isso, se obscurece o sistema semântico intuitivo, por que se pautam os sujeitos falantes, e a razão profunda, aí imanente, que os leva a operar cada substituição” (Câmara, 1967: 69).

Constata-se, portanto, a preocupação de Mattoso Câmara Jr. com questões de ordem contextual na análise de fenômenos lingüísticos.

#### 4.3.3 - SILVA-CORVALÁN

Silva-Corvalán (1988) identificou a presença do IMP em construções condicionais irreais (= período hipotético do irreal), tanto em prótases como em apódoses, no espanhol falado em Covarrubias (região da Espanha):

PRÓTASES:

- imp.sub. <sup>22</sup> (*Si hiciesen el pántano, se podría hacer zona de regadíos.*)
- fut.pret. (*Seria feliz si no tendría este dolor.*)
- imp.ind. [raro] (*Pues lo mismo si era del Esta' o, a lo mejor pinos o que sé yo.*)

APÓDOSES:

- fut.pret. (*Si tedría mucho dinero, compraría unos terrenos,...*)
- imp.ind. (*Si ella estaría sola, se arreglaba con ese dinero.*)

Primeiramente, é preciso deixar claro que, em seu estudo, a autora separa os períodos hipotéticos simplesmente em reais e irreais. O que ela chama de “orações condicionais irreais” coincide com o nosso período hipotético do irreal.

A autora faz ainda uma subdivisão: irreais de passado e de não-passado. As primeiras correspondem ao que seria expresso em português através das formas compostas com o auxiliar “ter” (“Se ele tivesse feito isso, teria dado certo.” [Exemplo fabricado]), e serão comentadas mais adiante.

Seguindo a ordem de apresentação da autora, comecemos com as construções que ela chama de condicionais irreais de não-passado. Estas construções “apresentam uma situação que não é um fato do mundo real, mas que o falante pode julgar como mais ou menos possível num tempo futuro” <sup>23</sup> (Silva-Corvalán, 1988: 133). Segundo a autora., em espanhol, o imperfeito do indicativo quase não aparece na prótase desse tipo de construção, enquanto seu uso em apódoses já vem sendo notado desde o século XVI.

Ao analisar seus dados, a autora chega a uma conclusão interessante sobre a variação em apódoses: “o condicional [FP] é em todos os contextos irreal <sup>24</sup> e orientado para o futuro; -ba [= -va, i.e., o IMP] pode ser real e orientado para o passado” <sup>25</sup> (Silva-Corvalán, 1988: 134-5).

Apesar de a autora confessar ser difícil, para o linguista, analisar com objetividade as intenções do falante, ela mostra alguns exemplos produzidos por informantes de sua

pesquisa que ilustram a diferença de significado entre IMP e FP. Reproduziremos tais exemplos a seguir, reorganizando-os com letras de A a E:

A- *Si me darías mil pesetas, en casita me ESTABA.*

B- *Si me pagarían a mí del Esta'o, me IBA contigo por ahí.*

C- *Si ella estaría sola, se ARREGLABA con ese dinero.*

D- *SERÍA feliz si no tendría ese dolor.*

E- *Si tendría mucho dinero, COMPRARÍA unos terrenos, ya te dije, entre Retuerta y Contreras.*

[Grifos nossos]

(Silva-Corvalán, 1988: 135)

Segundo a análise da autora, todas as orações acima são irrealis, porém prováveis em um mundo futuro. O conhecimento de detalhes sobre as vidas dos informantes, relatados por eles próprios durante a entrevista, permitiu que a autora tecesse algumas considerações sobre o maior ou menor grau de probabilidade de os fatos relatados nas construções condicionais acontecerem. Assim, ela concluiu que as apódoses em imperfeito (exemplos A, B e C) relataram fatos mais prováveis, enquanto as apódoses em futuro do pretérito (exemplos D e E) relataram fatos menos prováveis.

De acordo com a autora, a presença do imperfeito do indicativo em apódoses de construções condicionais irrealis de não-passado (como as vistas acima) é aceita “com reservas” por gramáticas normativas do espanhol. O mesmo acontece em relação às construções condicionais irrealis de passado. No espanhol padrão, esta construção é formada a partir do pretérito mais-que-perfeito (pluscuamperfecto) do subjuntivo na prótase ( *si hubiera / -se + participio* [= *se tivesse + participio*]):

**PRÓTASE:**

hubiera + -do

hubiese + -do

**APÓDOSE:**

hubiera + -do → aux. em imperfeito do subjuntivo

habría + -do → aux. em FP

(había + -do) → aux. em IMP IND

No espanhol falado em Covarrubias, a variação temporal na apódose e na prótase é bem maior:

PRÓTASE:	APÓDOSE:
hubiera + -do	hubiera + -do
hubiese + -do	hubiese + -do
(habría)+ -do	(había + -do)
	(-ba) [IMP].
	(pres. indicativo)

Essa possibilidade variada de apódoses indica, segundo Silva-Corvalán (1988: 136), que os falantes têm a liberdade de quebrar a seqüência verbal de tempos para avaliar o grau de assertividade das conseqüências relatadas, isto é, o presente e o pretérito imperfeito do indicativo marcam a maior necessidade ou probabilidade da conseqüência.

Uma vez que o presente trabalho não engloba no conjunto de variantes as formas ‘tinha’ + particípio passado’ ou ‘teria + particípio passado’, não nos prolongaremos sobre as irreais de não-passado.

## 5 - METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa, como vimos, é descrever a variação sistemática entre formas de **pretérito imperfeito** e de **futuro do pretérito** nos contextos por nós já definidos, em situações reais de uso da língua falada e escrita, o que implica em trabalhar com quantidade significativa de dados. Tal tarefa será viabilizada através da metodologia da Sociolinguística Variacionista Laboviana (conforme iniciada por Labov, 1972a e 1972b).

Não nos deteremos na exposição dos pressupostos desta orientação, alguns já referidos no capítulo 3 deste trabalho. Para uma visão mais completa dos pressupostos teórico-metodológicos, veja-se Mollica (org.), 1992.

Como primeiro passo para a realização do trabalho, foi preciso coletar dados de uso natural da língua onde a nossa variável ocorresse. Obtivemos nossos dados de duas fontes: a amostra PEUL e a amostra Cartas, que serão melhor descritas adiante.

Após a coleta dos dados, levantamos as hipóteses sobre que fatores lingüísticos e sociais estariam provavelmente correlacionados ao uso de uma ou outra forma variante. Para cada grupo de fatores foi estipulado um grupo de códigos. Tendo cada dado recebido um feixe de códigos, estes foram devidamente digitados e submetidos ao pacote de programas estatísticos VARBRUL (versão PINTZUK, 1988).

Um dos programas deste pacote é o MAKECELL, que realiza a contagem das ocorrências e calcula as percentagens de aplicação para cada fator. Ou seja, quando escolhermos o IMP como valor de aplicação, o programa analisará os resultados desta variante em relação às demais. O programa IVARB compara a significância dos grupos

de fatores através da atribuição de pesos relativos para cada fator. Ao final, seleciona os grupos significativos por ordem de relevância.

Com base na quantificação obtida, os resultados foram estudados e interpretados, a fim de que fossem encontradas explicações para as situações nas quais há preferência pelo uso de uma ou outra forma. Com esta finalidade, recorreremos, sempre que possível, às noções e princípios propostos pela Linguística Funcional.

Antes que apresentemos os resultados convém que as amostras de língua falada e escrita usadas como fonte de nossos dados sejam descritas. Uma vez que possuem algumas características sociais e lingüísticas distintas, apresentam fatores condicionadores nem sempre coincidentes. Por este motivo, não foi possível unir seus resultados numa só análise.

Logo após a descrição das amostras (seção 5.1), dedicaremos a seção seguinte (5.2) ao tratamento dos dados, onde explicaremos quais tipos de ocorrências, a princípio coletados, foram posteriormente excluídos da análise por terem apresentado comportamento categórico ou comportamento desviante das possibilidades de variação aqui consideradas.

## 5.1 - DESCRIÇÃO DAS AMOSTRAS

Por termos como objeto de estudo a língua vernácula em suas modalidades falada e escrita, nossos dados são provenientes de duas fontes. Para fins de investigação do fenômeno na fala, será utilizado um corpus extraído da Amostra do Programa de Estudo sobre o Uso da Língua - PEUL (originalmente: Projeto Censo da Variação Lingüística

no Estado do Rio de Janeiro). Esta Amostra se compõe de entrevistas sociolinguísticas realizadas com informantes de escolaridade até o segundo grau, em situação de conversa semi-informal com o entrevistador (cf. seção 5.1.1, a seguir).

Para fins de estudo da escrita, será usada uma amostra de cartas pessoais de cariocas, dividida em grupos de características sócio-culturais bastante diversificadas, a serem detalhadas mais adiante (seção 5.1.2).

#### 5.1.1 - A AMOSTRA DE LÍNGUA FALADA

A Amostra Censo da Variação Lingüística se constitui de entrevistas sociolinguísticas realizadas por volta de 1983. Possui ao todo 64 informantes<sup>26</sup>, dentre os quais elegemos uma sub-amostra contendo 35 informantes, a cada qual correspondendo uma entrevista com uma hora de gravação.

Em cada entrevista, o informante é levado a conversar sobre experiências e opiniões pessoais, havendo, assim, a preocupação de que esta apresente um teor de informalidade, por conseguinte, de que se tente resolver a questão do “paradoxo do observador” (cf. Labov: 1972b). Tendo-se em vista que o objetivo do método de entrevista sociolinguística consiste em neutralizar o quanto possível o efeito negativo causado pelas presenças do pesquisador-entrevistador e de um gravador na situação de coleta de dados, procura-se, de alguma forma, alcançar a naturalidade almejada. Nesse sentido, a entrevista é direcionada a assuntos pertinentes ao próprio informante e à sua comunidade, de modo que este se envolva com o ‘o que deve falar’ e não com o ‘como

deve falar'. Assim, obtêm-se narrativas de experiência pessoal que têm demonstrado bons resultados.

No que se refere às características sociais da Amostra, esta se encontra estratificada de acordo com os parâmetros escolaridade (até o 2o. grau, como já foi dito) idade e sexo. Os informantes são moradores de diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro, com diversas realidades sócio-econômicas e culturais.

Com o objetivo de aproximar os dados de fala aos de escrita, nos restringimos, em nossa amostra de fala, à faixa etária de 15 a 56 anos, pois os conjuntos de cartas que formam nossa amostra de língua escrita foram produzidos por informantes desta faixa.

A seguir veremos o esquema que apresenta a distribuição social dos informantes do PEUL que constam desta pesquisa:

<b>IDADE:</b>	<b>ESCOLARIDADE:</b>	<b>HOMENS</b> (Informantes n°:)	<b>MULHERES</b> (Informantes n°:)
15 - 25	4ª série/1º grau 8ª série/1º grau 2º grau	01, 02 e 15 19, 20 e 21 37 e 38	04, 05 e 06 23, 24 e 56 22, 39 e 40
26 - 56	4ª série/1º grau 8ª série/1º grau 2º grau	03, 07 e 09 25, 26 e 27 41, 42 e 45	10, 12 e 17 11, 29 e 30 28, 43 e 44

A média de ocorrências que obtivemos a partir da amostra PEUL é de 24,08 ocorrências por entrevista, considerando-se verbos modais e não-modais.



### 5.1.2 - A AMOSTRA DE LÍNGUA ESCRITA

O corpus de língua escrita se compõe de cartas pessoais divididas em quatro grupos, a serem analisados mais adiante. Antes de mais nada, convém que explicitemos o motivo que nos levou a utilizar este tipo de material como fonte de nossos dados de escrita.

As cartas pessoais são caracterizadas pelo uso espontâneo e informal da língua na sua modalidade escrita. Alguns autores chegam a compará-las com uma espécie de “conversa solta”, não no sentido de linguagem desestruturada, incoerente, mas de um “uso distenso da língua” (cf. Kayser, 1967; apud Paredes Silva, 1988: 74).

Tendo-se em vista que procuraremos traçar uma comparação entre os resultados de fala e os de escrita, decidimos pela análise de cartas pessoais, pois representam, em termos de língua escrita “o que há de mais próximo a uma conversa casual” (Paredes Silva, 1988: 74).

Todavia, não se pode ignorar a existência da diferença básica entre uma conversa espontânea e uma “conversa escrita”, por assim dizer: nesta, “só um dos participantes detém o poder - é ele quem inicia a comunicação, propõe os temas (embora estes possam ter sido sugeridos em cartas anteriores), e determina seu tempo.” (Paredes Silva, 1988: 74). Em outras palavras, não há interação imediata nem possibilidade de o emissor monitorar as reações do receptor.

Prosseguindo, partiremos para a descrição de cada grupo de cartas:

#### A) Adolescentes:

Este primeiro grupo contém cartas escritas por adolescentes de até 18 anos, cursando desde a 8ª série do primeiro grau até o 2º grau ou pré-vestibular.

#### B) Jovens universitários:

O segundo grupo de cartas foi escrito por jovens pertencentes à faixa de 18 a 25 anos, com o nível superior incompleto (em curso).

#### C) Adultos (não-escritores):

Este terceiro grupo é composto de cartas escritas por pessoas pertencentes à faixa dos 26 aos 50 anos de idade, que já concluíram o nível superior, algumas das quais cursando pós-graduação.

Estes dois últimos conjuntos de cartas (B e C) têm em comum o fato de que seus remetentes pertencem a um grupo social relativamente homogêneo. Eles foram utilizados como fonte de dados para a tese de doutorado de Paredes Silva (1988) sobre a variação do sujeito na escrita informal. A facilidade de acesso a um corpus de escrita previamente coletado para uma pesquisa sociolinguística foi um dos motivos que nos despertou o interesse pela comparação entre fala e escrita, em termos da atuação do fenômeno investigado.

#### D) Escritores:

O quarto grupo, formado por escritores renomados da literatura brasileira, é bastante peculiar e necessita de uma descrição mais apurada. Foi coletado por Paredes Silva (1989) em projeto de pesquisa que tinha por objetivo dar continuidade ao trabalho desenvolvido sobre a variação do sujeito na escrita. A proposta inicial da autora era reunir um acervo de cartas de escritores cariocas, mantendo, assim, os mesmos parâmetros de comparação com o corpus já reunido para sua tese de doutorado (cf. Paredes Silva, 1988).

Ao encontrar dificuldades de manter essa uniformidade, os critérios para a coleta das cartas, em sua maioria obtidas no acervo da Casa de Ruy Barbosa, tornaram-se mais flexíveis. Desse modo, características comuns a um certo grupo de escritores foram levadas em consideração como critério de coleta:

*... o fato de os escritores pertencerem à mesma geração; terem passado por experiências comuns; exercido funções semelhantes no exterior (em consulados ou embaixadas, por exemplo). Além disso, muitos deles, embora não nascidos no Rio de Janeiro, aqui se radicaram e desenvolveram sua atividade literária, o que os torna "culturalmente" cariocas.*

(Paredes Silva, 1989)

Além das diferenças acima apontadas, vale informar que a produção das cartas pelos diferentes grupos foi realizada em épocas variadas. Os três primeiros são compostos de cartas escritas no início da década de 80, portanto, coincidindo com a época de levantamento das entrevistas que constituem nossa amostra de fala. As cartas de escritores, porém, foram escritas em um momento anterior, oscilando dos anos 40 até o final da década de 70.

A extensão de cada carta e a quantidade de cartas obtida para cada grupo também variaram, o que causou um certo desequilíbrio entre certos grupos de cartas. Nos extremos se encontram as cartas de adolescentes - poucas e, na sua maioria, com textos brevíssimos - e a dos escritores - muitas e, na sua maioria, apresentando textos longos, ricos em detalhes e divagações. Já esperávamos, portanto, que estes textos fossem os mais propícios a contextos que expressam *irrealis*, enquanto aqueles fossem os menos propícios.

Com o objetivo de melhor explicitar a distribuição irregular de dados entre os grupos de cartas, apresentamos, a seguir, um resumo sobre a quantidade de cartas

varridas em cada grupo, indicando em quantas cartas obtivemos 0 ocorrência de quaisquer das quatro formas variantes que investigamos (IMP, FP, IA+V ou IRIA+V):

- A) Adolescentes:  
Total: 27 cartas, das quais 16 (59%) apresentaram 0 ocorrência.
- B) Jovens:  
Total: 35 cartas, das quais 16 (46%) apresentaram 0 ocorrência.
- C) Adultos (não-escritores):  
Total: 35 cartas, das quais 7 (20%) apresentaram 0 ocorrência.
- D) Adultos/escritores:  
Total: 73 cartas, das quais 33 (45%) apresentaram 0 ocorrência.

Na tabela seguinte vemos o número total de ocorrências coletadas para cada grupo de cartas:

TABELA 02: Amostra Cartas. Distribuição das ocorrências entre cada grupo de cartas.  
(Verbos modais incluídos)

Adolescentes	Jovens	Adultos	Adultos/Escritores	TOTAL
14	36	40	95	185

Estes resultados nos levaram a considerar a inviabilidade de aplicar os programas do pacote VARBRUL à nossa Amostra Cartas. No intuito de não abandonar estes dados, jogando fora todo um trabalho de varredura, codificação e digitação, optamos por incluí-los na pesquisa, apresentando somente resultados percentuais sobre a atuação dos grupos de fatores.

5.2 - TRATAMENTO DOS DADOS

Como já foi dito, a variação ora estudada se apresenta em contextos que expressam *irrealis* (contrafactualidade ou não-factualidade; cf. seção 2.3). Neste sentido,

dados de IMP expressando factualidade em um passado habitual evidentemente não foram coletados, como no exemplo: “...estou ficando Maluco, como você me chamava, lembra-se?” (C.Ado. Gt.2, p.01, L.39).

Porém, alguns dados inicialmente coletados tiveram de ser excluídos do corpus a despeito de aparecerem no contexto acima especificado. A razão que nos levou a excluí-los está no fato de estes terem apresentado comportamento categórico, considerando que sua inclusão representaria um enviesamento dos resultados. São eles:

A) O verbo GOSTAR, quase categoricamente presente sob a forma de futuro do pretérito, expressando um desejo, um sonho:

(20) ... Começamos a conversar, conversar e- e a falar da vida da cidade, então eu disse para ele o - como eu GOSTARIA de morar no interior, ... (PEUL Inf.43 L.0926)

(21) ... Eu, se eu pudesse ter uma cozinha descartável, (risos) usou e joga fora, geladeira, tudo descartável, eu GOSTARIA. Que eu tenho pavor de gordura. (PEUL Inf.39 L.1724)

Na amostra de língua falada (PEUL), foi encontrada somente uma ocorrência de “ia gostar” e, na amostra de língua escrita (Cartas), foram encontradas duas ocorrências desta mesma construção perifrástica. Como esta incidência mostrou-se baixa em comparação com o grande número de “gostaria” - somando-se esta constatação à total ausência de “gostava” denotando *irrealis* (desejo, sonho) <sup>27</sup> - resolvemos descartar o verbo “gostar” de nossa análise.

B) O verbo QUERER, quase categoricamente presente sob a forma de pretérito imperfeito, também denotando desejo, sonho, aspiração:

(22) [Informante narra visita que fez a um asilo de cegos] Ela falou: “Ah, porque eu vou fazer uma operação, aí, eu tenho medo de não - de não dar certo, eu QUERIA muito enxergar, sabe?” Problema. Aí eu comecei... (PEUL Inf.39 L.0951)

(23) Se eu ganhasse na loteria não QUERIA ganhar sozinha (...) Eu QUERIA ganhar, assim, com duas pessoas ganhando. Aí eu QUERIA ganhar. (PEUL Inf.06 L.0516)

Da mesma forma que constatamos a ausência do IMP para “gostar” (“gostava”), não tivemos ocorrência alguma de FP para “querer” (“quereria”) <sup>28</sup>. Também obtivemos poucas ocorrências de “ir + querer” (“ia querer”; “iam querer”, etc.): apenas três na amostra PEUL e nenhuma na amostra Cartas.

Confira o total de ocorrências de “querer” e “gostar” distribuído pelas amostras de língua falada (PEUL) e escrita (Cartas):

TABELA 03: Distribuição das ocorrências dos verbos “querer” e “gostar”, excluídos da análise.  
Obs.: total de ocorrências válidas (incluindo verbos modais): PEUL = 843; Cartas = 185.

Amostras:	QUERIA	IR+QUERER	QUERERIA	GOSTARIA	IR+GOSTAR	GOSTAVA
Cartas	11	--	--	44	02	--
PEUL	36	03	--	55	01	--
TOTAL:	47	03	--	99	03	--

#### C) O verbo SER em construções clivadas:

(24) ... Primeira coisa que eu acho que eu faria ERA abrir um asilo. (PEUL Inf.21 L.0749)

D) Construções cristalizadas. Como o próprio nome sugere, apresentam-se numa forma fixa, sem variação. São elas do tipo:

D-I) "O que SERIA de X se não fosse Y?"

- (25) [Assunto: polícia] É! Está adiantando, sim, não é? Pô! Que SERIA de nós se não fosse ela, não é? Com essa onda de assalto por aí, hum? (PEUL Inf.05 L.0823)

D-II) "TINHA vontade de ..."

- (26) ... Queria conhecer tudo lá fora, sabe? Um montão de lugares. Mas, <->- um sonho muito alto. Mas que eu TINHA vontade de conhecer lá fora, TINHA. Não é? (PEUL Inf.05 L.1465)

D-III) "ERA para ser/ ter, ..."

- (27) [Narrativa de novela] ... essa surra ERA para ser para a Gabriela. Aí, a menina que apanhou. (PEUL Inf.05 L.1187)
- (28) ... no teste quarenta e seis, eu ERA para ser a mulher mais milionária de Paquetá. Este dia, eu fiz minha loteria. (PEUL Inf.12 L.0931)
- (29) Inclusive, eu nem ERA para ter, eu não, a patroa, tantos filho, certo? (PEUL Inf.07 L.094 7)

E) O verbo IR

Este apresentou-se somente sob a forma de “ia” e “iria”, não tendo ocorrido, portanto, como o principal em perífrases, onde ele próprio é o verbo auxiliar: “ia ir” e “iria ir”. O verbo “ir”, já gramaticalizado como o auxiliar da construção perifrástica, parece evitar tomar como verbo principal o próprio “ir”.

Hopper & Traugott (1993: 01) comentam a gramaticalização do verbo *to go* [ir], do inglês, em auxiliar que expressa futuridade imediata, dizendo que este deriva historicamente do verbo de movimento *to go*. A coexistência dos dois na mesma construção verbal é possível em inglês (“Bill is going to go to college after all”). Também em português, onde a origem do auxiliar é a mesma (verbo de movimento), essa possibilidade existe, mas é bastante evitada, possivelmente porque o auxiliar “ir” preserve algum valor semântico de locomoção contido em sua origem lexical.

F) O verbo TER como o auxiliar do futuro do pretérito composto: 'teria + particípio passado' vs. 'tinha + particípio passado'. Trata-se da formação de um outro tempo verbal, que naturalmente será empregado em outros contextos, envolvendo considerações que fogem ao âmbito deste trabalho.

G) Alguns casos nos quais o IMP, se usado, não serviria para denotar *irrealis*, pois o verbo correria o risco de ser interpretado equivocadamente como veiculador de um *realis* de tempo-aspecto habitual. Compare:

(30-A) ... fez uma cara tão-, que eu pensei que o garoto IA TER (~ teria/~iria ter) um treco. (PEUL Inf.39 L.145 3)

(30-B) ... fez uma cara tão-, que eu pensei que o garoto TINHA (= *realis*, estado do garoto) um treco.

À princípio, devido à grande quantidade de exemplos, cogitamos a possibilidade de que o contexto sintático desta situação peculiar fosse sempre o mesmo: orações encaixadas controladas por verbo de cognição conjugado no pretérito, como em (30-A). De fato, o contraste semântico ilustrado acima raramente ocorreu com casos em que o verbo principal é *dicendi*, como no exemplo abaixo, onde vemos um par mínimo contrastante entre IMP e IA+V:

(31) E (= entrevistador) - E, por que o Vasco? Porque quase todo carioca é flamenguista!

F (= falante ou informante) - Eu acho que eu não- não tenho bem certeza não sabe? Porque meu pai, quando [eu] era pequeno, ele dizia que [ele] era vascaíno, aí eu disse também que **era** - que IA SER vascaíno, até hoje eu torço pelo Vasco. (PEUL Inf. 02 L. 031 2)



Neste exemplo, a oposição semântica torna-se evidente no próprio enunciado, pois o informante realiza um reparo em relação à conjugação do verbo “ser”, provavelmente no sentido de evitar uma interpretação de ‘aspecto habitual’.

Desse modo, fosse em encaixadas controladas por verbo de cognição ou por verbo *dicendi*, sempre que o IMP causaria ambigüidade ou contraste semântico se usado no lugar de IR+V (ou FP, eventualmente), esses dados foram excluídos. Como vimos, o problema é que o IMP carregaria a idéia de um *realis* de aspecto habitual. Em muitas instâncias, além dessa idéia, o IMP denotaria também uma simultaneidade de eventos:

- (32) [O que a informante pensou quando seu filho passou mal e foi para o hospital] Ah, sei lá, eu pensei que IA PERDER (~fosse perder/ \*perdia [=estava perdendo]) meu filho. (PEUL Inf.04 L.169 2)

Logo, em (32), o IMP daria neste contexto a idéia de que os eventos expressos por “pensar” e “perder” aconteceram simultaneamente.

Isto nos leva a concluir que o ‘aspecto habitual’, característica marcante da forma de IMP, nesses casos, torna-se um empecilho à expressão do *irrealis*. Já o IA/TRIA+V é ideal para estes contextos devido à semântica de ‘ação iminente’ presente no auxiliar “ir”, que, como vimos no item E desta seção, mantém alguma noção de movimento, resquício de sua origem lexical como verbo que expressa locomoção.

Por isso, ao lado do traço ‘iminência’, o auxiliar “ir” pode ser também caracterizado, nos termos de Câmara (1967: 35), por uma “coloração modal da intenção do sujeito” (cf. nossa seção 4.3.2).

Os traços de ‘iminência’ e de ‘intenção’ estão tão presentes na construção IA/TRIA+V que muitas vezes não precisa haver verbo de cognição (ou *dicendi*) localizado no pretérito para anunciar um evento futuro em relação a esse pretérito.

Assim, essa construção - mesmo sintaticamente fora de orações encaixadas - serve para denotar *irrealis* em um futuro de um tempo pretérito. Esta é uma situação em que o uso do IMP, muitas vezes, seria impraticável<sup>29</sup>, por isso, dados como (33) foram excluídos da análise:

- (33) IA COLOCAR (\*colocava) a carta no correio quando soube que amanhã, domingo, viaja um amigo nosso para o Rio. (C.E. TM 5, p.01 L.01)

Neste exemplo, mais uma vez, a questão do aspecto verbal se faz relevante. O IMP, se usado no lugar de IA+V, transmitiria a “colocar” um aspecto durativo e simultâneo em relação a “saber”, em vez do traço semântico de ‘intenção’ expresso por “ia”.

A oposição ‘evento iminente’ vs. ‘evento habitual’ se observa no exemplo a seguir, desta vez com a combinação IRIA+V contida em oração adjetiva:

- (34) [Informante comenta a diminuição de verbas cedidas às universidades federais, o que dificulta seu trabalho de fornecimento de material de laboratório.] Hoje em dia o professor- o professor Aragão não tem mais nada, e a seção de compras do departamento da escola do professor Aragão, que <-ti> IRIA RECEBER (\*recebia) dois milhões para gastar, recebeu duzentos mil cruzeiro. (PEUL Inf.26 L. 132 4)

Aliás, com ou sem o contexto de oração encaixada, a construção IA+V (ou IRIA+V), pode expressar uma situação iminente não-realizada (contrafactual) ou realizada. Confira:

#### IMINÊNCIA NÃO-REALIZADA:

Muitas vezes, o obstáculo à concretização da situação (ou a contrafactualidade desta) aparece na oração seguinte, como em (34) e nos exemplos a seguir:

- (35) Eu pensei que ele IA FICAR até com raiva de mim, mas não ficou. (PEUL Inf.06 L. 168 1)

- (36) [Informante fala sobre os salgadinhos que vende] Hoje eu IA FAZER, mas como estava sem água ... ( PEUL Inf.12 L.079 2)

#### IMINÊNCIA REALIZADA:

O contexto discursivo ou o conhecimento de mundo nos permite saber que o evento acabou se realizando num momento intermediário entre o tempo da entrevista (enunciação) e o tempo do relato.

- (37) [Copa do Mundo de 1982] ... a gente viu que o Brasil IA PERDER mesmo, né? Todo mundo... (PEUL Inf. 23 L.083 6)
- (38) [Aulas de jazz] Eu parei porque IA ENTRAR de férias, né? na aula - nas aulas e não. Eu IA ENTRAR de férias na academia, estava ensaios todos os sábados... (PEUL Inf.24 L. 117 02)

Em suma, os dados de IA/IRIA+V ou FP que não dão margem à alternância com o IMP - para não causar ambigüidade ou oposição de significados - foram excluídos. Do mesmo modo, foram excluídos os dados em que o IMP - geralmente em encaixadas - apresentou dupla possibilidade de interpretação:

- (39) Pensei que Maury lhes ESCREVA, mas ele trabalha muito o dia inteiro... (C.E., CL 15, p.02) [*Realis* → passado habitual vs. *irrealis* → futuro de um tempo passado]

Observamos também alguns dados de IA+V que expressam uma espécie de ‘opinião contrária a uma hipótese ou sugestão’. Além deste contexto semântico, estes dados apresentam em comum o ambiente de frase negativa ou interrogativa. Confira:

- (40) [Informante adolescente fala de gravidez na adolescência] Ainda estou me criando, né? IA CRIAR alguém!? (PEUL Inf.23 L. 178 8)
- (41) [Mudar-se para outro bairro] ...tenho bastante vantagem em morar aqui, não IA MUDAR (...) as amizade- eu não IA CONSEGUIR deixar a Penha mesmo. (PEUL Inf.21 L.005 3)

- (42) [Narrativa de assalto] Roubaram meu relógio, eu nem tinha nem acabado de pagar (...) Mesmo que eu parasse de pagar, eu ia para o SPC, mas eu IA me SUJAR, por quê? (PEUL Inf.21 L.184 4)

Encontramos ocorrências em que o FP varia com IA+V neste contexto semântico:

- (43) E - Agora, você gostaria de morar em algum outro lugar do Rio de Janeiro, algum outro bairro?

F - Não, não gostaria não. Eu acho que eu não ia, assim- não- não gostaria, assim, não IA ACEITAR o- o lugar não. Que sempre eu passei por baixo, sabe? Não- não acho legal não, o movimento é demais, que eu não gosto de muito assalto por aí por baixo, não ACEITARIA outros lugar aí por baixo não. (PEUL Inf. 02 L.066 4)

Mas o mesmo não aconteceu em relação ao IMP, o que nos levou a excluir também o conjunto dos dados que se encontram nesta situação.

Tendo sido realizado o levantamento dos dados e feita a exclusão dos casos que acabamos de citar, obtivemos, para a amostra PEUL, um total geral (incluindo verbos modais) de 843 ocorrências válidas, enquanto para a amostra Cartas, o total geral é de 185 ocorrências. A distribuição das variantes é a seguinte:

TABELA 04: Distribuição geral das variantes FP, IMP, IA+V e IRIA+V entre as amostras PEUL e Cartas. (Verbs modais considerados nas contagens. )

Amostras	IMP	FP	IA + V	IRIA + V	TOTAL
PEUL	345 (41%)	287 (34%)	196 (23%)	15 (02%)	843
Cartas	49 (26%)	121 (65%)	08 (04%)	07 (04%)	185

Vale lembrar que, conforme anunciamos na seção 2.3.3, a variação FP vs. IMP (e perífrases) em verbos auxiliares modais será analisada à parte (capítulo 7), tendo-se em vista as características peculiares a estes tipos de verbo.

## 6 - GRUPOS DE FATORES ANALISADOS

Neste capítulo apresentaremos os resultados estatísticos referentes às amostras de língua falada e escrita. Como dissemos, a análise da amostra Cartas nos permitiu atribuir apenas percentagens. Assim, a seleção dos grupos de fatores relevantes e atribuição de pesos relativos a cada fator restringiu-se aos dados da amostra PEUL.

Os resultados estatísticos traduzem o desempenho dos grupos de fatores lingüísticos e sociais correlacionados ao fenômeno de variação em causa. Tais resultados nos permitem uma interpretação da atuação dos fatores.

As seções do presente capítulo serão dedicadas aos grupos de fatores selecionados e apresentarão as explicações necessárias e exemplos de cada variante para cada fator. Vale notar que os exemplos são extraídos indiferentemente tanto da amostra PEUL quanto da amostra Cartas. Então, cada seção se subdividirá em duas partes, cada qual dedicada aos resultados de uma amostra.

Isto significa que, uma vez que a seleção foi possível somente para a amostra PEUL, após a análise e interpretação de cada grupo selecionado para esta amostra, apresentaremos numa outra seção a atuação deste mesmo grupo na amostra Cartas.

Sobre os dados da amostra PEUL, realizamos rodadas distintas do programa considerando cada variante como aplicação da regra, versus as demais. Nas seções a seguir, apresentaremos os grupos de fatores lingüísticos seguidos dos sociais selecionados pelo pacote VARBRUL em ordem decrescente de relevância a partir dos seguintes critérios: a) grupos selecionados para o maior número de variantes; b) ordem de relevância na seleção do VARBRUL.

Optamos por reunir os fatores sociais nas seções finais deste capítulo já que, embora não sendo os últimos, sempre foram precedidos, na seleção, por algum fator lingüístico.

Antes da discussão de cada grupo, é necessário que tenhamos uma idéia da distribuição das variantes nas amostras PEUL e Cartas. Cabe lembrar que nestes percentuais não estão incluídos os verbos modais, que serão analisados à parte.

TABELA 05: Distribuição de ocorrências das variantes FP, IMP, IA+V e IRIA+V na amostra PEUL. (Verbos modais não considerados.)

<b>Amostra PEUL</b>	<b>IMP</b>	<b>FP</b>	<b>IA + V</b>	<b>IRIA + V</b>	<b>TOTAL</b>
Nº.	231	234	188	15	668
%	35 %	35 %	28 %	03 %	100 %

TABELA 06: Distribuição de ocorrências das variantes FP, IMP, IA+V e IRIA+V na amostra Cartas. (Verbos modais não considerados.)

<b>Amostra Cartas</b>	<b>IMP</b>	<b>FP</b>	<b>IA + V</b>	<b>IRIA + V</b>	<b>TOTAL</b>
Nº.	23	89	08	07	127
%	18 %	70 %	06 %	06 %	100 %

A análise das tabelas acima nos permite constatar o equilíbrio entre o uso das variantes IMP e FP (e, até certo ponto, IA+V) na amostra de língua falada, enquanto há uma notável preferência da amostra Cartas pelo uso de FP (70%).

## 6.1 - PARALELISMO

A importância do princípio do 'paralelismo', ocorrência em cadeia da mesma forma lingüística, já foi comprovada em muitos estudos variacionistas, os quais nem sempre utilizaram este termo para identificar o fenômeno. Dentre a variedade

terminológica, encontramos denominações como ‘gatilho’, ‘traço propulsor’, ‘repetição’, etc. Scherre (1988), em sua tese de doutorado, discute a influência do paralelismo em distintos fenômenos lingüísticos estudados a partir de várias línguas: espanhol, inglês, francês, quechua, crioulo caboverdiano e português.

Uma das primeiras autoras variacionistas a apontarem a importância deste fenômeno foi Shana Poplack, em estudos sobre o apagamento do {-s} de plural no espanhol de Porto Rico (1980a e 1980b). Nesses trabalhos, o grupo de fatores que denominamos ‘paralelismo’ é equivalente ao que a autora chama de ‘posição e marcas precedentes’ e foi atestado como um dos mais relevantes no controle da variação presença vs. ausência de marca de plural. Em uma destas obras (1980b), a autora conclui que “a ausência de marca no segmento precedente à ocorrência em questão favorece o apagamento naquela ocorrência, enquanto a presença de uma marca imediatamente precedente favorece a retenção da marca.”<sup>30</sup> (cf. Poplack, 1980b: 377). Em outros termos: marcas levam a marcas enquanto zeros levam a zeros.

No que tange à nossa análise, a hipótese formulada em relação ao paralelismo é a seguinte: no caso de acontecerem cadeias de ocorrências, o IMP levaria a IMP, o FP levaria a FP, e assim por diante. Veja-se o exemplo:

- (44) Aí eu perdi ser miss do Polo I, **GANHAVA** biquínis, sandálias. Qualquer roupa ali do Polo I eu **PODIA** escolher em cada loja grátis- e depois **DAVAM** um cartãozinho, eu **TINHA** crédito, qualquer loja, sabe? Não **PRECISAVA** pagar nada, nada meu, sabe? Uma boa. (PEUL Inf.40 L.197 6)<sup>31</sup>

O paralelismo pode se dar entre ocorrências adjacentes no discurso do próprio informante (como no exemplo acima) ou em relação ao discurso do entrevistador. Esta segunda possibilidade de paralelismo, de tipo interacional, é conhecida também como ‘gatilho’ (cf. Emmerich, 1977: 397; apud Scherre, 1988: 392).

No presente trabalho, como uma de nossas fontes de dados (PEUL) é rica em interação entrevistador/ informante, adotaremos o termo ‘gatilho’ denominando essa espécie peculiar de paralelismo. A metáfora expressa por este nome parece ideal para veicular a idéia de que na fala do entrevistador há formas que podem desencadear outras na fala do informante.

(45) [Tema: Altos ganhos de alguns jogadores de futebol]

E- Já imaginou vocês ganhando dois milhões, três milhões de cruzeiros por mês? Como é que **ia ser** para vocês?

F- Ah! Não **IA SER** muito bom não, mas-

E- Não?!

(PEUL Inf.02 L.050 2)

Em relação aos dados levantados em nossa pesquisa, devemos esclarecer que encontramos contextos nos quais ocorrências em cadeia foram quebradas por frases contendo comentários e informações de ‘fundo’.

Como vimos na seção 3.2.2, segundo Hopper (1979), numa narrativa, estão em plano de ‘figura’ os elementos que consistem no cerne daquilo que está sendo narrado, que apresentam os eventos principais, temáticos. Por outro lado, estão em ‘fundo’ os elementos que consistem no material de suporte, ampliando ou comentando os eventos da narrativa principal. Embora este autor tenha baseado seu estudo em discurso narrativo, podemos estender estas categorias à análise de outros gêneros de texto, pois todos permitem que informações de cunho parentético apareçam ao lado das informações essenciais.

Note-se, nos exemplos a seguir, a relação que há entre o paralelismo e a oposição figura/fundo. Quando os informantes retomam as informações em primeiro plano, a cadeia paralelística de formas verbais é igualmente retomada <sup>32</sup>:

(46) [Sobre a hipótese de a esposa trabalhar fora] ...se ela tivesse uma profissão maravilhosa, e não sei o quê, ela aí me **AJUDARIA** também. A gente



**BANCARIA** uma empregada, tá? sujeito a mil coisas, **que hoje em dia não *está* fácil também**, mas **TERÍAMOS**. Ela **IRIA TRABALHAR**. Ela gosta... (PEUL Inf. 26 L.192 3)

- (47) [Se a informante fosse presidente] ... Nem **PENSAVA**. Nem **PENSAVA**. **IA** <sup>33</sup> nessas favela - **porque esses morro aqui ainda é bonzinho**. **IA** nessas favelas mais ruizinhas que tem e **AJUDAVA** os pessoal. Sei lá! Não sei nem o que eu **FAZIA**. Acho que eu **MANDAVA** vim um caminhão de alimento só para dar para eles. Eu **AJUDAVA** demais. (PEUL Inf.06 L.105 0)

Observamos que nos exemplos há formas verbais que aparecem em sequência, sendo que esta se apresenta intercalada com verbos (em *itálico*) em outro tempo (em ambos os casos, no presente). Repare-se que, além da mudança temporal, houve mudança de referente do sujeito. Também podemos notar que as frases que contêm o tempo verbal distinto não figuram no mesmo plano de relevância que as demais. Assim sendo, “que hoje em dia não *está* fácil também” (exemplo (46)) transmite informação de ‘fundo’, pois não é uma consequência da hipótese de a esposa do informante ter uma “profissão maravilhosa”. Do mesmo modo, “porque esses morro aqui ainda é bonzinho” (exemplo (47)) não faz parte do conjunto de atitudes que a informante tomaria se fosse presidente.

Concluimos, por conseguinte, que o material lingüístico interveniente, por se apresentar em segundo plano, não interfere no fenômeno do paralelismo. Em casos desse tipo, nossa solução foi considerar as cadeias de ocorrências apesar das quebras no plano discursivo. Isto é, consideramos uma ocorrência como potencialmente influenciada por uma ocorrência anterior mesmo que entre ambas tenha aparecido alguma informação em segundo plano.

A relevância dos planos discursivos (figura/fundo) em dados em sequência já foi verificada em outros estudos variacionistas, como veremos a seguir.

Paredes Silva (1988) se deparou com uma situação muito similar ao estudar a variação presença/ausência de sujeitos na escrita de cartas pessoais. A autora constatou que seria uma classificação meramente mecânica e ineficiente aquela que controlasse a manutenção ou mudança de referente-sujeito levando em conta simplesmente o referente da oração anterior (como havia proposto Givón, 1983). Tal classificação ignoraria o encadeamento das orações na organização do discurso e, por conseguinte, os comentários parentéticos que porventura surgissem no decorrer das seqüências de ocorrências também seriam ignorados (i.e., igualados ao nível da ‘figura’).

A solução encontrada por Paredes Silva (1988), foi a criação de uma escala de “conexão do discurso”. Esta consiste em uma classificação em seis graus da relação de um referente como sujeito com sua menção anterior. Assim, o grau 1 reflete o nível mais alto de conexão: o referente é o mesmo do sujeito da oração anterior, com manutenção do mesmo plano, do mesmo tópico discursivo, do mesmo tempo e modo verbais, etc.

A mudança de plano discursivo é captada por meio do grau 2, no qual o referente do sujeito anterior ainda é o mesmo, embora a oração onde este se encontra esteja em outro plano. O grau 3 continua controlando a mudança do plano discursivo, mas o referente da oração anterior, em ‘fundo’, não é o mesmo da oração em questão: geralmente trata-se de sujeitos impessoais, que não interferem na seqüência discursiva. Como o corpus de Paredes Silva (1988) se compõe de cartas, houve a necessidade de uma extensão do sentido de planos discursivos, inicialmente aplicados a narrativas; isto é, também se considera mudança de plano a passagem de fatos a comentários ou do real para o irreal.

Não trabalhamos com a conexão do discurso como um grupo de fatores, ainda que tenhamos aplicado os graus 2 e 3 da escala em nosso trabalho para dar conta da

mudanças de planos. Isto é, vimos que esta mudança pode trazer uma interrupção, resultando em duas ocorrências contíguas, mas não imediatamente; ao mesmo tempo, dado que a interferência de outra forma verbal pouco afeta a conexão discursiva, consideramos as ocorrências como em cadeia.

Passemos agora à apresentação e exemplificação dos fatores que compõem o grupo 'paralelismo formal'.

O corpus de língua falada (PEUL) é rico em perguntas que exploram a reação do informante a situações hipotéticas. Por isso, pudemos investigar a influência das formas verbais das perguntas sobre as formas selecionadas nas respostas dos informantes ('gatilho').

#### 1- Ocorrência precedida de gatilho em FP:

- (48) [Hipótese de o informante vir a ter um filho: como o educaria.]  
 E- E a sua participação **seria** no sentido de quê?  
 F- **SERIA** igual a das outras pessoas- eu não sei como. (risos)  
 (PEUL Inf.41 L. 165 0)

#### 2- Ocorrência precedida de gatilho em IMP:

- (49) E- Se você for na casa dele, toca o telefone e você atende, é uma mulher chamando por ele. Que que você **fazia**?  
 F- Olha, vou te dizer a verdade. Eu **PEGARIA** o telefone e **FALAVA** assim ...  
 (PEUL Inf.40 L.021 5)

#### 3- Ocorrência precedida de gatilho em IA+V:

Exemplo (45), já visto.

#### 4- Ocorrência isolada (e sem gatilho que a preceda):

- (50) [Diferenças entre tipos de carro]  
 F- ...O amortecedor, então ele ajuda para fazer o movimento dele. Desses carro aí não tem. Esses pequenininho não têm isso.  
 E- (Inint.) não têm, não é?  
 F- Mas também se tivesse, **ESTAVA** roubado. Só carro muito pesado mesmo.  
 (PEUL Inf.25 L.015 1)

5- Primeira ocorrência de uma série, sem gatilho:

(51) E- Se você ganhasse na loteria muito dinheiro?

F- Ah! Ai não, não é? (rindo) Ai eu não **IRIA MORAR** em Botafogo mesmo. E ai não. E ai, ia para fora do país. Sei lá! **IA VIAJAR**, sabe? Ah! Eu **IA CONHECER** lugares. Ai - poxa, ai já é outra coisa. Ai eu **IA CURTIR** mesmo a vida, tudo que eu tenho vontade de fazer, sabe? (PEUL Inf.05 095 0)

6- Ocorrência em cadeia, precedida de FP (na própria fala):

(52) E- Depois que você viaja uma vez de avião, você não viaja mais de carro.

F- Eu acho que eu hoje em dia não **FARIA-** mesmo que eu fosse de, assim- eu **IRIA** de ônibus. Numa excursão de turismo, isso eu **FARIA**. Mas ... (PEUL Inf.29 L.109 7)

7- Ocorrência em cadeia, precedida de IMP (na própria fala):

Exemplo (44), anteriormente apresentado.

8- Ocorrência em cadeia, precedida de IA+V (na própria fala):

(53) ...se eu fosse [o técnico do time], eu **IA TREINAR** eles bastante, **IA DESCANSAR** eles. Sei lá. ... (PEUL Inf. 04 L.151 5)

9- Ocorrência em cadeia, precedida de IRIA+V (na própria fala):

(54) [Narrativa sobre o colégio onde estuda: expulsão de um diretor] ... quem manobrou tudo isso não percebeu, não- não... não... não achou que sendo alunos de 2o grau, de colégio noturno, não é? **IRIA** se **MOBILIZAR** ou cerca de quê? de seiscentos alunos **IRIAM** se **MOBILIZAR** para lutarem pela volta do diretor, não é? (PEUL Inf.41 L.018 6)

### 6.1.1 - PARALELISMO - AMOSTRA PEUL

Os resultados apresentados a seguir foram obtidos em rodadas que tomam cada variante como aplicação, separadamente. O grupo 'paralelismo' obteve o primeiro lugar na seleção do programa VARBRUL para as variantes IMP, FP e IA+V. Também havia

sido selecionado para a variante IRIA+V em rodadas anteriores às exclusões de alguns casos de IR+V, explicitadas na seção 5.2.

TABELA 07: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha da variante IMP.  
(Amostra PEUL.)

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>P. relativo</b>
oco. precedida de IMP na própria fala	87/118	74%	.84
oco. isolada sem gatilho	68/191	36%	.55
oco. com gatilho em IMP	01/03	33%	.55
oco. com gatilho em IA+V	08/22	36%	.53
1a. oco. da série sem gatilho	36/107	34%	.52
oco. precedida de FP na própria fala	19/103	18%	.34
oco. com gatilho em FP	06/44	14%	.25
oco. preced. de IA+V na própria fala	06/75	08%	.15
oco. preced. De IRIA+V própria fala	--	--	--

TABELA 08: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha da variante FP  
(Amostra PEUL.)

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>P. relativo</b>
oco. precedida de FP na própria fala	77/103	75%	.84
oco. com gatilho em FP	32/44	73%	.81
oco. com gatilho em IMP	01/03	33%	.56
1a. oco. da série sem gatilho	39/107	36%	.55
oco. isolada sem gatilho	74/191	39%	.52
oco. preced. de IRIA+V na própria fala	01/05	20%	.37
oco. com gatilho em IA+V	03/22	14%	.21
oco. preced. De IMP na própria fala	07/118	06%	.12
oco. preced. De IA+V na própria fala	--	--	--

TABELA 09: Influência do grupo de fatores PARALELISMO na escolha da variante IA+V.  
(Amostra PEUL.)

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>P. relativo</b>
oco. preced. de IA+V na própria fala	68/75	91%	.96
oco. com gatilho em IA+V	11/22	50%	.76
oco. com gatilho em IMP	01/03	33%	.61
1a. oco. da série sem gatilho	28/107	26%	.53
oco. isolada sem gatilho	44/191	23%	.47
oco. preced. de IMP na própria fala	24/118	20%	.44
oco. preced. de IRIA+V na própria fala	01/05	20%	.31
oco. com gatilho em FP	06/44	14%	.29
oco. precedida de FP na própria fala	05/103	05%	.14

Os resultados das tabelas confirmam a influência do paralelismo: a presença de forma idêntica em contexto imediatamente anterior, seja na fala do entrevistador ou na própria fala do informante, favorece largamente a escolha da forma em questão.

O gatilho em IMP é um caso à parte. Houve apenas três dados de IMP na fala do entrevistador em toda a amostra PEUL. Esses três “gatilhos” desencadearam uma ocorrência de cada variante (IMP, FP e IA+V), o que mostra uma atuação neutra do fator. Aliás, merece destaque a preferência dos entrevistadores, em suas perguntas ou comentários, pelo FP (44 dados) em detrimento do IMP (apenas 3 dados), enquanto o IA+V fica com a posição intermediária (22 dados). Este fato é natural, já que os entrevistadores estavam desempenhando um papel que exige uma certa polidez. Por isso, o gatilho em FP é um fator tão importante entre os resultados da variante FP (.81).

Um outro resultado interessante foi o do fator ‘ocorrência precedida de IRIA+V própria fala’: houve uma ocorrência de FP (tabela 08), forma com a qual tem em comum o tempo verbal do auxiliar “ir”, e outra de IA+V (tabela 09), forma que também é perifrástica<sup>34</sup>. Já o IMP (tabela 07) não apresentou ocorrências neste contexto, provavelmente por não compartilhar nenhuma semelhança formal com ele.

Os fatores ‘ocorrência isolada sem gatilho’ e ‘primeira ocorrência da série sem gatilho’, por definição, marcam os dados que não possuem ocorrências prévias que as influenciem. A neutralidade desta situação é refletida nos pesos relativos próximos a .50 nas três tabelas. Por outro lado, quando qualquer das variantes vem precedida de uma variante concorrente, nota-se queda acentuada do seu uso.

Visto que o grupo ‘paralelismo’ também se revelou importante para a variante IRIA+V, pois foi selecionado em rodadas anteriores à definitiva<sup>35</sup>, apresentamos, a

seguir uma tabela com as frequências desta variante (obtidas através do programa MAKECELL):

TABELA 10: Frequências obtidas para o grupo de fatores PARALELISMO em relação à variante IRIA+V na amostra PEUL.

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>
oco. precedida de IRIA+V na própria fala	03/05	60%
la. oco. da série sem gatilho	04/107	04%
oco. isolada sem gatilho	05/191	03%
oco. precedida de FP na própria fala	02/103	02%
oco. com gatilho em IA+V	01/75	01%

Sobre a tabela acima, no que diz respeito à ocorrência precedida de uma outra forma de IRIA+V, o paralelismo se confirmou (60%), tendo os demais fatores apresentado frequências bastante baixas. Note-se que, assim como não houve IMP precedido por IRIA+V (cf. tabela 07), tampouco houve IRIA+V precedido por IMP, o que reforça a atuação do princípio do paralelismo formal: o IMP e o IRIA+V são variantes que não aparecem contíguas por não compartilharem características formais (perífrase, como entre IRIA+V e IA+V; ou morfema de futuro do pretérito, como entre IRIA+V e FP).

Tendo sido o grupo de fatores selecionado em primeiro lugar de relevância em relação a três entre as quatro variantes, o paralelismo vem ratificar, em nosso trabalho, a importância que lhe foi conferida em outras pesquisas variacionistas (cf. Scherre, 1988: capítulo 7).

Neste sentido, convém que citemos o trabalho de Poplack (1992) sobre o emprego variável do subjuntivo vs. indicativo vs. condicional (= futuro do pretérito) em cláusulas encaixadas, no francês canadense. Embora tivesse começado sua pesquisa na expectativa de que fatores semânticos fossem os decisivos para a explicação do fenômeno estudado, a autora conclui que são justamente fatores de natureza formal os que mais influenciam o

emprego (ou não) do subjuntivo em cláusulas encaixadas, sejam estes: a saliência fônica e a existência de paralelismo entre o verbo da oração principal e o da respectiva encaixada.

### 6.1.2 - PARALELISMO - AMOSTRA CARTAS

Conforme já observamos anteriormente, não houve seleção de grupos de fatores relevantes para a amostra Cartas, de modo que as tabelas a serem mostradas se restringem à apresentação de percentagens.

Em primeiro lugar, convém lembrar que o ‘paralelismo interacional’ ou ‘gatilho’ está presente nesta amostra, obviamente. Em segundo lugar, os resultados, logo à primeira vista, evidenciam o paralelismo como fenômeno típico da língua falada: na tabela 11, vemos que as ocorrências isoladas representam mais do que o dobro da soma de todas as ocorrências em série. Isto nos leva a questionar se o que ocorre no texto escrito pode ser considerado realmente ‘paralelismo’ ou uma simples repetição - no caso de nossa variável - de tempos verbais. Para haver paralelismo, é preciso que haja ocorrências de uma mesma forma em série, o que dificilmente acontece na língua escrita, por esta ser geralmente mais policiada e planejada do que a língua falada. Mesmo diante desta ressalva, continuaremos denominando ‘paralelismo’ este grupo de fatores.



TABELA 11: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo PARALELISMO na amostra Cartas. (Obs.: nas tabelas da amostra Cartas, as percentagens foram calculadas sob uma perspectiva vertical de leitura.)

Fatores:	IMP	FP	IA+V	IRIA+V	TOTAL
ocorrência isolada	14 (61%)	66 (74%)	07 (87,5%)	05 (71%)	92
1ª ocorrência da série	02 (09%)	11 (12%)	01 (12,5%)	--	14
ocorrência precedida de FP	03 (13%)	08 (09%)	--	01 (14%)	12
ocorrência precedida de IMP	04 (17%)	04 (04%)	--	--	08
ocorrência precedida de IA+V	--	--	--	01 (14%)	01
ocorrência precedida de IRIA+V	--	--	--	--	--
TOTAL	23	89	08	07	127

Interpretemos a tabela acima desconsiderando a linha marcada, por se tratar das ocorrências que não se deram em série (grande maioria). Vemos na coluna do FP que esta variante aparece predominantemente na posição ‘primeira ocorrência da série’, mas quando o FP é precedido de alguma outra ocorrência, esta é preferencialmente uma outra ocorrência de FP. Também o IMP é preferencialmente precedido de outro IMP, embora tenhamos pouquíssimos dados.

A variante IRIA+V apresentou uma distribuição coincidente com a distribuição da amostra PEUL: aparece precedida de FP e de IA+V, mas não de IMP. Este resultado reforça mais uma vez o funcionamento eficaz do ‘paralelismo formal’.

A forma IA+V não figura em seqüências na amostra Cartas, com exceção de um único caso, no início de uma cadeia.

## 6.2 - AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO

A partir deste grupo de fatores, verificamos de que maneira o ambiente sintático onde se localiza a forma exerce influência sobre a escolha da variante. Vimos na seção

2.2 que o período hipotético não é o único ambiente em que ocorre a variação que pesquisamos (embora seja o predominante).

Os fatores deste grupo são os seguintes:

1- Apódose (ordem 'prótase + apódose'):

Consideramos incluídas neste fator todas as apódoses descritas neste trabalho, ao final da seção 2.1, ou seja: apódoses contidas em períodos hipotéticos iniciados por "se" ou outras conjunções subordinativas, por oração reduzida de gerúndio, por adjuntos adverbiais de condição ("senão", "caso contrário", "aí (= nesse caso)", etc.), ou apódoses com prótases implícitas <sup>36</sup>. Todas essas situações já foram devidamente ilustradas na referida seção.

Na amostra PEUL acontece uma situação peculiar ao discurso oral. Por nesta amostra haver interação imediata entre entrevistador e informante, algumas apódoses se relacionam a prótases pertencentes à fala do entrevistador. Acompanhe-se a ilustração:

(55) E- Escuta, Valéria, se você por acaso ganhasse na loteria esportiva, (risos) que que você faria?

F- Bom. **Eu primeiro eu IA FAZER jazz, sabe? Depois eu IA MONTAR uma academia**, ... (PEUL Inf.24 L.123 1)

Exemplos que ilustram o fator 'apódose (ordem 'prótase + apódose')':

FP:

(56) [Opinião do informante sobre seus pais] ... Infelizmente, talvez, acho que pegou o cara que não deveria ser, não é? para ela. Se fosse um porteiro, talvez, que- não é? **a coisa se IDENTIFICARIA mais**, não é? ... (PEUL Inf.20 L.017 8)

IMP:

(57) [Narrativa: discussão com policial] E falei: "O senhor é polícia, porque o senhor não estudou. Se estudasse **ERA um advogado, ERA um engenheiro**." (PEUL Inf.21 L.124 1)

IA + V:

Exemplo (55), já visto.

IRIA+V:

- (58) ... E por Deus que nós também não chegamos na hora, porque o meu marido, quando chegou, eles tinham saído coisa de minuto daqui. Quer dizer, eles **IRIAM PEGAR** meu marido, forçar- (hes) iam - logicamente **IRIAM FORÇAR**, não é? que ele abrisse a porta para poder - - graças a Deus. (PEUL Inf.39 L.010 6) [Se tivéssemos chegado na hora...]

Diante da coocorrência de orações principais do tipo “acho que...” e prótases, como em...

- (59) Agora se fosse -- se a gíria é-- fosse-- fosse boa, fosse uma coisa boa para -- para nós, para o nosso dialeto e tudo, **eu acho que ESTARIA** no-- nos telejornais, não é? Até no jornal, tudo. (PEUL Inf..28 L.203 0)

... a codificação que prevaleceu foi a de ‘apódose’ (e não a de ‘oração encaixada’).

Tomamos essa decisão com base no pressuposto de que os complementos de verbos proposicionais (cognitivos / epistêmicos) (conforme os termos usados por Givón, 1990)

mostram o caso de “achar” - possuem autonomia sintática e semântica <sup>37</sup>. Prova disso seria a mobilidade do verbo proposicional dentro da construção e até mesmo a possibilidade de sua supressão, sem que se obtenha perdas quanto à informação transmitida. Confira:

A- Eu acho que, se a gíria fosse boa para nós, estaria nos telejornais.

B- Se a gíria fosse boa para nós, estaria nos telejornais, eu acho.

C- Se a gíria fosse boa para nós, estaria nos telejornais.

## 2- Apódose anteposta (ordem ‘apódose + prótase’):

O motivo da inclusão deste fator no grupo ‘ambiente sintático’ foi testar a hipótese de que a anteposição da apódose possa afetar a escolha da variante. Esta hipótese está vinculada ao princípio da iconicidade (cf. Givón, 1990), já apresentado, em linhas gerais, neste trabalho (cf. seção 3.2.2).

Conforme vimos, o princípio funcionalista da iconicidade parte do pressuposto de que haja uma relação estrita entre a forma lingüística e o conteúdo que transmite, isto é, fundamenta-se na não-arbitrariedade das formas lingüísticas.

Em nossa pesquisa, ao analisar, à luz deste princípio, a ordenação de cláusulas em períodos hipotéticos (prótases e apódoses), estamos considerando como icônica a ordem ‘prótase + apódose’, pois é a que reflete a sequência temporal e/ou lógica dos fatos no mundo real: primeiramente uma condição é estabelecida, e de sua realização ou não-realização vai depender um fato conseqüente. Nossa hipótese, portanto, é de que a quebra da ordem icônica influencie a escolha de FP. Antes de explicar de que modo ocorreria essa influência, vejamos como outros trabalhos variacionistas abordam a questão da iconicidade.

A relação entre iconicidade e ordenação de cláusulas foi investigada por Paiva (1991), ao pesquisar a ordenação de cláusulas causais, e por Gryner (1990), em seu estudo sobre a variação de tempo-modo e conexão em construções hipotéticas do potencial (justapostas, prótases no futuro do subjuntivo, no presente do indicativo e no gerúndio). Como esta última pesquisa possui um tema familiar ao que estamos investigando, vamos deter-nos em seu comentário.

Gryner (1990), ao testar o grupo de fatores ‘ordem das proposições’, constatou que em seus dados não houve ocorrência de justapostas na ordem inversa (apódose + prótase) (p.364-8). Comparem-se os exemplos:

Ordem prótase + apódose:

“Corre, o bicho pega; fica, o bicho come.” (Gryner, 1990: 15)

Ordem apódose + prótase:

\* O bicho pega, corre; o bicho come, fica.

Neste caso, a influência da iconicidade na definição da ordem das proposições é irrefutável: na prótase justaposta a condição é anunciada sem a marca formal de conectivo (ou sem o morfema de gerúndio), o que diminui o grau de conexão entre as orações. A inversão da ordem mais comum - prótase + apódose - se torna, portanto, inviável, pois o único recurso estrutural que resta para o reconhecimento de qual é a oração condicionante (ou prótase) e qual é a condicionada (ou apódose) é justamente a sua ordem de apresentação. Isto significa que a expressão da ordem 'prótase + apódose' é icônica pois apresenta a linearidade: condição + consequência desta condição. Na ausência de uma outra marca gramatical que identifique a 'proposição condicionante' e a 'proposição condicionada', esta se torna a única ordem possível.

Sobre a variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito do indicativo em apódoses, esperávamos que as apódoses antepostas apresentassem preferencialmente o FP, forma mais típica da condição. Esta variante seria mais eficaz neste contexto do que o IMP, pois este último, além de significar *irrealis*, pode significar também um *realis* habitual, o que causaria uma certa ambigüidade. Por outro lado, com a ordem natural - prótase + apódose -, a interpretação correta estaria garantida pela presença de uma condição encabeçando a construção e preparando o ouvinte/leitor para o âmbito do *irrealis*.

Em outras palavras, quando a ordem deixa de ser icônica, o ouvinte/leitor ainda não sabe que a informação codificada em IMP se trata de uma consequência de certa hipótese, ou mais especificamente, que esta informação faz parte de um período hipotético. Por isso, o uso do FP em apódoses antepostas reflete a necessidade de se compensar a quebra da ordem icônica e de se evitar ambigüidade de interpretação (IMP *realis* vs. IMP *irrealis*).

Curiosamente Câmara (1975) nos oferece dois exemplos que ilustram nossa hipótese, ao explicar a relação entre tempos e modos no período hipotético. Esta explicação já foi apresentada em nossa seção 4.1, mas vale a pena retomá-la para que se perceba que o autor usa o IMP justamente em um período hipotético na ordem 'prótase + apódose' e usa o FP em apódose anteposta à sua prótase: "o futuro do pretérito, ou o pretérito imperfeito, do indicativo, na apódose, impõe na prótase o pretérito do subjuntivo: *Faria, se quisesse - Se quisesse, eu fazia.*" (Câmara, 1975: 137.)

Vejamos os exemplos retirados de nossas amostras:

Fator: apódose anteposta (ordem 'apódose + prótase'):

IMP:

(60) Eu **DELIRAVA** se pudesse te dar essa alegria. (C.E., FS 10, p.02, L.36)

FP:

(61) Eu que **LEVARIA** bomba se me mandassem escrever sobre a diferença...  
(C.E., CL 7, L.18)

IA+V:

A única ocorrência foi coletada na amostra PEUL e apresenta, além da prótase posposta, uma outra - mais remota - que havia sido formulada na pergunta do entrevistador:

(62) E- E, se a senhora pudesse, por exemplo conversar com a Sandra Cavalcanti, não é? a candidata, o que que a senhora pediria a ela para fazer para o povo?

F- Não, eu não PEDIRIA para o povo não. Eu PEDIRIA para aqui para o nosso lugar, você sabe? Para (inint) escolas melhores, por aqui tem-- se for falar assim, não é? em escolas -- tem escolas que não -- que as crianças não têm merenda, não têm água. Você vê, às vezes, aí na -- no jornal quantas coisas aí. e aquilo é verdadeiro mesmo. Não tem água, não tem tanta coisa. Mas aqui eu -- eu IA PEDIR para ela, se fosse possível. Que eu não acredito que ela faça... (PEUL Inf.30 L.059 6)

IRIA+V: não houve ocorrências.

Infelizmente, como veremos adiante, a variável ‘ambiente sintático-semântico’ não foi selecionada na rodada final para as variantes FP e IMP, somente para IA+V e IRIA+V, para as quais a anteposição da apódose não apresentou resultado expressivo (uma ocorrência para IA+V e nenhuma para IRIA+V). Porém, em rodadas anteriores, este grupo foi selecionado para a variante IMP de modo que esta era desfavorecida em apódoses antepostas, o que confirma nossa hipótese. Além disso, na rodada definitiva desta variante, o fator ‘apódose + prótase’ obteve o menor percentual: 18%.

Ainda sobre a quebra da ordem icônica, veremos no capítulo 7, dedicado aos verbos modais, que a ordem ‘apódose + prótase’ é um ambiente altamente favorecedor de verbos modais em FP e desfavorecedor de modais em IMP, o que é mais um argumento a favor de nossa hipótese.

### 3- Oração independente ou oração principal:

Esta classificação se refere às orações consideradas independentes (e/ou coordenadas) e às principais, excluindo-se as orações principais de períodos hipotéticos, pois estas foram estudadas à parte (tendo, desse modo, recebido classificação específica, como vimos nos itens 1 e 2 acima).

Conforme está posto no item 1 (referente ao fator ‘apódose’) desta seção, nem todas as orações que *a priori* poderiam ser classificadas sintaticamente de coordenadas são iguais. Há aquelas que aparecem em coordenação, mas na verdade dependem semanticamente de uma condição (prótase) formulada anteriormente pelo próprio locutor ou, no caso da amostra de fala, pelo entrevistador. Ainda há aquelas que se referem a prótases implícitas. Portanto, estamos considerando ‘orações independentes (ou coordenadas)’ apenas aquelas que são independentes não só sintaticamente mas também semanticamente.

De fato, apareceram em nossos dados orações sintaticamente e semanticamente independentes que deram margem à variação FP vs. IMP. Isto é, elas se referem a uma situação do *irrealis* sem que tenha sido preciso anunciar-se anteriormente alguma prótase implícita ou explícita. Confira-se:

- (63) ...Poxa, meu pai **QUEBRAVA** até ele [padrasto], é um, assim, monstro de homem. **QUEBRAVA** até ele no meio. (PEUL Inf.12 L. 168 3)

Neste exemplo a informante conta a história de sua vida deixando transparecer sua antipatia pelo padrasto, que costumava maltratá-la, e uma grande admiração pelo pai. Assim, descreve a superioridade física deste em relação àquele. A contrafactualidade contida em “quebrava” (em nenhum momento a informante narrou que seu pai tenha alguma vez agredido fisicamente seu padrasto) é inferida do discurso, pois não há oração condicional explícita ou implícita que sirva para anunciar uma situação hipotética, imaginária.

Outros exemplos:

FP:

- (64) ... se você merece a torcida? Puxa, claro que merece. Por que não **MERECERIA**?... (C. Adu., SA, p.02, L.12)
- (65) ...e eu não **SERIA** capaz de escrever duas cartas diferentes me declarando para uma e outra separadamente, pois o meu carinho por vocês é muito grande... (C.Adu., JO, p.01, L.13)

IMP: exemplo (63) acima (PEUL); outro (Cartas):

- (66) Oi Fátima! Fiquei muito contente ao receber sua carta! Primeiro, por saber que meu cartão chegou às suas mãos. Depois, porque você **VINHA** para cá. (C.Adu., AH, p.01, L.03)

IA+V:



Há apenas uma ocorrência na amostra PEUL, pois um grande número de dados foi excluído por não variar com o IMP. Trata-se de casos em que IA+V assume valor de intenção, opinião contrária, iminência, etc. (cf. Tratamento dos dados - seção 5.2).

No exemplo abaixo, a oração “ia ter ônibus, não é?” difere das demais, que são apódoses dependentes sintática e semanticamente da prótase “... se seu pai ganhasse sozinho? Ou se você ganhasse sozinha...”. Por isso essa oração foi classificada como independente.

(67) E- E se seu pai ganhasse sozinho? Ou se você ganhasse sozinha, se você jogasse, que que você faria com tanto dinheiro? (...) E aí você faria o quê? Seria professora de qualquer jeito?

F- Ah! Vou ser professora, ir assim para um lugar distante, IA AFUNDAR no que eu ia-- em tudo. IA PEGAR um, assim: IA TER ônibus, não é? Claro! Aí IA PEGAR o pessoal, visitar-- visitar essas criança, visitar o orfanato, doar coisa. (PEUL Inf.23 L.097 6)

IRIA+V: as ocorrências a princípio coletadas foram excluídas por não variarem com o IMP (cf. Tratamento dos dados, seção 5.2).

Este fator engloba não só as independentes, vistas acima, mas também as principais. Para este segundo tipo, não foram encontradas ocorrências em perífrases com

IR:

FP:

(68) ... Quanto ao quadro, faz-se um remendo no Rio quando eu chegar. Mas **SERIA** interessante que você obrigasse a família do vândalo a pagar o prejuízo. (C.E., MR 4, L.05)

IMP:

(69) ... E esse ano eu não pude estudar. Por causa da gravidez dela, eu tive que parar. Porque ela teve (hes) vários problemas, aí quer dizer, não **ADIANTAVA** eu estar estudando, com atenção em casa e na mulher e tudo. (PEUL Inf. 42 L.017 0)

#### 4- Encaixada contida em discurso indireto:

Neste fator separamos um tipo distinto de orações objetivas: as que aparecem em discurso indireto e são complementos de um verbo *dicendi* conjugado no passado.

FP:

- (70) ...Hoje telefonei para sua irmã Tânia ela disse que se **ENCARREGARIA** com prazer, de fazer chegar até vocês meu livro sobre a Feb e esta carta. (C.E., RB 9, p.01, L.09)

IMP:

- (71) [Tema: vaga em universidade para seu filho.] O ano passado que ele [amigo da família] falou. Falou que era trinta e poucos, que ele [meu marido] **DAVA**, e depois ele (inint.) **BOTAVA** o meu filho lá dentro. (PEUL Inf.30 L.074 5)

IA+V:

- (72) ... Inclusive num dia de festinha, não é? que nós chamamos ela, ela disse que não **IA VIR**. Eu falei: "Poxa! mas não tem nada a ver..."... (PEUL Inf.05 L.134 8)

IRIA+V:

- (73) Outro dia falei para ele que **IRIA COLOCÁ-LO** no colégio, pra pintar, brincar e desenhar, ... (C. Ado., Sd.6, p.01, L.16)

Veremos no item 5 da seção 6.3 que este ambiente sintático não coincide no total com o fator 'futuro de um tempo passado' (confira o exemplo (121) deste mesmo item).

##### 5- Encaixada com prótase implícita:

Algumas orações objetivas e adjetivas co-ocorrem com prótases que não aparecem explicitamente, mas que são inferidas do contexto. Resolvemos controlar estes casos num fator à parte para investigar se essas orações apresentam resultados mais próximos ao de encaixadas ou ao de apódoses.

##### 5a- Objetiva com prótase implícita em seu contexto:

FP:

- (74) ... O Otto falou ao irmão do Zé Olympio, que também se interessa (você queira ou não, seu nome tem prestígio pra burro) mas eu acho que [se você tentasse, quisesse...] no Zé Olympio você não **CONSEGUIRIA** a urgência de publicação que lhe interessa. (C.E., FS 9, L.16)

IMP:

- (75) [Narrativa sobre cartão lotérico que a informante preencheu mas não apostou, e que continha a combinação premiada] ... "Por quê? Como é que você sabe?" "Tio Miguel está falando lá para Gessi e para Mário que você **GANHAVA** sozinha, **FAZIA** os treze ponto sozinha."... (PEUL Inf.12 L.106 5) [Se tivesse apostado o cartão...]

IA+V:

- (76) ... e eu não **SERIA** capaz de escrever duas cartas diferentes (...) eu bem sei que no final das coisas vocês **IAM CONTAR** tudo uma para a outra... (C.Adu., JO, p.01, L.16) [Se eu fizesse isso...]

IRIA+V:

- (77) [Tema: ganhar na Loto] ...porque eu acho que o dinheiro não faz o homem, não é? Eu acho que **IA TER** uma vida mais folgada, mas que **IRIA CONTINUAR** sendo do mesmo jeito que eu sou atualmente,... (PEUL Inf.42 L.151 2)

#### 5b- Adjetiva com prótase implícita:

FP:

- (78) [Tema: ganhar na loteria.] ... Mas eu não penso em viajar, não, sabe? A última coisa que eu **FARIA** era viajar. ... (PEUL Inf.10 L.107 6)
- (79) ...Imediatamente lhes telefonei e passei um pito nela por não nos haver procurado antes, pela alegria que nos **DARIA** (C.E., FS 2, L.05) [Se nos tivesse procurado...]

IMP:

- (80) ... Coisas do nosso Paraguai e também do Chile que tinha aqui e resolvi ceder ao museu (...) e aí [= estando aí, no museu] o máximo perigo que **CORRIAM** é serem confiscados por dona Amelia, ... (C.E., MR 1, p.01, L.13)

IA+V:

- (81) [Se a informante fosse Presidente da República.] Sei lá. A primeira coisa que **IA FAZER** era procurar ver, assim o pessoal que mora em favela, ... (PEUL Inf.22 L.052 2)

#### 6- Outras encaixadas:

Neste fator estamos incluindo orações adjetivas sem prótase implícita e demais encaixadas que atuam como complementos verbais ou nominais. As orações objetivas

contidas em construções de discurso indireto com verbo *dicendi* no passado constituem um fator à parte, conforme vimos no item 4 desta seção.

#### 6a- Adjetiva:

FP:

(82) E- Ela [sua filha] quer fazer que curso?

F- Ela queria fazer o secretária executiva. Que não **SERIA** uma faculdade, mas para ela, ... (PEUL Inf.28 L.082 6)

IMP:

(83) E- Você vai deixar sua filha se educar sozinha ou vai (inint.)?

F- ... Poxa! Ela tinha que ver, sabe? Tinha que -- que ver o que **ERA** bom para ela, o que **ERA** ruim. (PEUL Inf.05 L.172 2)

IA+V (exemplo único desta variante para o fator 'outras encaixadas' na amostra Cartas):

(84) Amigão, e a televisão que você **IA** me **VENDER**? E a mesa de vidro?... (C.Adu., VG, p.02, L.06)

IRIA+V:

(85) [Tema: gírias.] ...ela preenche todo uma-- um sentido que você -- o que você quer dizer, não é? Vamos supor: "É chocante!", não é? Chocante você pe-- chocante é uma porção de coisa, não é? tu-- o que você **IRIA DESCREVER** como chocante, não é? que você vai usar todo o raciocínio, toda uma idéia, você usa simplesmente chocante. (PEUL Inf.41 L.137 6)

#### 6b- Completiva:

FP:

(86) Você acha que uns \$1.200 (bolsa + pensão do Marcos) **SERIAM** suficientes para uma vida simples? (C.Adu., RE, p.04, L.03)

IMP:

(87) Vou agora na sexta-feira. Saio daqui sexta-feira à noite, fico sábado, domingo; volto no domingo à- - eu queria ver se eu **VINHA** assim no domingo à noite, **CHEGAVA** aqui na segunda-feira, mas eu vou com meu primo, ele quer vim de dia... (PEUL Inf.23 L.021 1)

IA+V (exemplo único desta variante no fator 'outras encaixadas' na amostra PEUL):

(88) Ela [minha filha] terminou o segundo grau e não quis fazer o vestibular esse ano. ela vai se arrepender, não é? Porque ela vai-- está perdendo um ano, não é? Achou que não estava disposta a fazer o vestibular, que não **IA FAZER** esse ano. Então esse ano ela está- parou. Vamos ver se ano que vem-...(PEUL Inf.28 L.078 5)

IRIA + V:

- (89) Agora, o resultado era mais ou menos esse o esperado, não é? A gente já tinha mais ou menos em vista de que **IRIA DAR** o Brizola. (PEUL Inf.41 L.068 6)

## 6.2.1 - AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO - AMOSTRA PEUL

Este grupo foi selecionado apenas nas rodadas em que as variantes perifrásticas -

IA+V e IRIA+V - eram o valor de aplicação. Os resultados são os seguintes:

TABELA 12: Influência do grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO na escolha da variante IA+V. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
oração encaixada em discurso indireto	13/21	62%	.84
oração encaixada com prótase implícita	14/45	31%	.67
apódose (ordem normal)	158/519	30%	.54
apódose (ordem APO+PRO)	01/11	09%	.31
outras encaixadas	01/23	04%	.14
oração independente ou principal	01/49	02%	.10

TABELA 13: Influência do grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
outras encaixadas	04/23	17%	.92
oração encaixada com prótase implícita	03/45	07%	.78
apódose (ordem normal)	08/519	02%	.45
apódose (ordem APO+PRO)	--	--	--
oração encaixada em discurso indireto	--	--	--
oração independente ou principal	--	--	--

Como vimos no Tratamento dos dados (seção 5.2), muitas perífrases com o auxiliar “ir” foram excluídas por não permitirem o uso de IMP, restando somente aquelas que variam com o IMP sem que haja problemas de ambigüidade na interpretação do enunciado ou de contraste semântico do tipo *irrealis* vs. *realis* habitual (se o IMP fosse

empregado no lugar da perífrase). Vimos que uma grande parte dessas ocorrências excluídas estavam em ambiente de orações encaixadas.

Ainda que tenhamos realizado as exclusões necessárias e mantido os casos em que a variação era perfeitamente possível, constatamos, através das tabelas 12 e 13 que realmente as orações encaixadas são o ambiente ideal para a ocorrência de perífrases com o auxiliar “ir”.

O contexto sintático-semântico preferido de IA+V é a oração encaixada em discurso indireto, o que nos leva a concluir que o auxiliar “ia” mantém um traço de ‘iminência’ ou a “coloração modal de intenção” de que nos fala Câmara (1967: 35). De fato, no discurso indireto, aquilo que é anunciado pelo verbo *dicendi* ainda está no nível da expectativa, da intenção.

Seria de se esperar que o resultado do fator ‘outras encaixadas’ se encontrasse próximo aos das demais encaixadas em IA+V (mesmo porque para a variante IRIA+V este fator obteve o primeiro lugar), mas seu peso relativo foi muito baixo. Ao investigar o porquê, verificamos haver somente um dado nessa categoria: trata-se justamente de um caso muito parecido com as orações encaixadas em discurso indireto, com a diferença de que o verbo principal conjugado no passado não é *dicendi*, mas de cognição, como no exemplo (88), que será reapresentado aqui como (90):

- (90) ... Achou que não estava disposta a fazer o vestibular, que não **IA FAZER** esse ano. Então esse ano ela está- parou. Vamos ver se ano que vem-...(PEUL Inf.28 L.078 5)

No tocante ao IRIA+V, o fator ‘outras encaixadas’ somou um total de quatro dados, todos estes produzidos pelo mesmo informante, e três dos quais apresentando uma estrutura sintático-semântica igual ou equivalente ao exemplo acima:

- (91) [Tema: manifestação de alunos contra a expulsão de diretor] ... quem manobrou tudo isso, não percebeu, não, não - não achou que - que sendo alunos de segundo grau, de colégio noturno, não é? **IRIA** se **MOBILIZAR** ou -- cerca de quê? de seiscentos alunos **IRIAM** se **MOBILIZAR** para lutarem pela volta do diretor. (PEUL Inf. 41 L. 018 5)
- (92) Agora, o resultado era mais ou menos esse o esperado, não é? A gente já tinha mais ou menos em vista de que (= achava que) **IRIA DAR** o Brizola. (PEUL Inf.41 L.068 6)

O quarto dado é o único destoante, pois está em ambiente sintático de oração adjetiva: foi o apresentado no exemplo (85): “tu-- o que você **IRIA DESCREVER** como chocante, não é? (...) você usa simplesmente chocante. (PEUL Inf.41 L.137 6)”. Porém, mesmo se este fosse excluído, o fator ‘outras encaixadas’ continuaria sendo o primeiro colocado na hierarquia do grupo.

Em suma, para as variantes IA+V e IRIA+V os fatores ‘oração encaixada em discurso indireto’ e ‘outras encaixadas’ contêm dados com construções muito próximas: verbo da oração principal conjugado em tempo pretérito (disse, falei, achou, etc.) + oração encaixada. Estes dois fatores são os que encabeçam os resultados das duas tabelas. Assim, a explicação da relevância do fator ‘outras encaixadas’ pode acompanhar a explicação que demos para as encaixadas em discurso indireto, pois tanto em “disse que...” como em “achou que...”, aquilo que se pensa ou diz em um momento passado ainda é, naquele momento, uma expectativa, sendo o auxiliar “ir”, conjugado nas formas “ia” ou “iria” a forma gramatical ideal para assumir as noções de iminência, intenção ou expectativa.

A oração encaixada com prótase implícita é, na verdade, um ambiente sintático-semântico misto, intermediário entre uma oração simplesmente encaixada e uma

apódose. Vemos, nas tabelas 12 e 13, que o resultado deste fator ocupa justamente a posição intermediária (ou seja: está entre oração encaixada e apódose).

A ‘apódose (ordem normal)’ parece ser um fator indiferente à escolha das variantes perifrásticas, pois apresenta em ambas as tabelas pesos relativos próximos a .50.

Os demais fatores obtiveram pesos relativos muito baixos (no caso de IA+V) ou simplesmente não ocorreram (no caso de IRIA+V). Daí surgiu a necessidade de se investigar se sua pouca influência sobre estas variantes estaria combinada a uma forte influência sobre as demais. Neste sentido, analisamos as frequências obtidas para IMP e FP.

TABELA 14: Frequências obtidas para o grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO em relação à variante IMP na amostra PEUL.

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>
oração independente ou principal	24/49	49%
apódose (ordem normal)	184/519	35%
oração encaixada em discurso indireto	07/21	33%
outras encaixadas	06/23	26%
oração encaixada com prótase implícita	08/45	18%
apódose (ordem APO+PRO)	02/11	18%

TABELA 15: Frequências obtidas para o grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO em relação ao uso da variante FP na amostra PEUL.

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>
apódose (ordem APO+PRO)	08/11	73%
outras encaixadas	12/23	52%
oração independente ou principal	24/49	49%
oração encaixada com prótase implícita	20/45	44%
apódose (ordem normal)	169/519	33%
oração encaixada em discurso indireto	01/21	05%

O fator ‘oração independente ou principal’, que desfavorece o uso das formas perifrásticas, demonstra ser ambiente favorável às variantes FP e IMP, principalmente a esta última. Não esperávamos que o IMP apresentasse uma frequência tão alta de orações independentes, dado que, neste contexto, seria mais conveniente o uso de FP,



por ser esta a forma considerada veiculadora de *irrealis* por excelência, e que o IMP, sem a coocorrência de uma marca de irrealidade, como uma prótase, por exemplo, poderia ganhar interpretação ambígua.

No entanto, uma análise cuidadosa dos exemplos de IMP em orações independentes revelou uma certa regularidade: são opiniões do(a) informante sobre algo que julga que seria conveniente que tivesse acontecido ou que estivesse acontecendo.

Comparem-se alguns exemplos:

(93) [Tema: jogo de futebol] **DEIXAVA** todo mundo brincar também, mas não. (...) **DEIXAVA** o homem como ponta (...) **ERA** o melhor para ser o ponta direita **ERA** o Paulo Isidoro. (...) ele [o técnico] **BOTAVA** o Zico para ponta ou então (...) Então **DEIXAVA** um ponta lá. Mas não...  
(PEUL Inf. 25 L.130 2)

(94) [Tema: idem] Para que eles ganharam?... Então eles **PERDIA** duas e **DEIXAVA** para ganhar a penúltima e a última. (PEUL Inf.06 L.20 5)

(95) [Tema: água contaminada em comunidades pobres] **FERVIAM** a água, tudo bem, mas não, vão é... (22 L. 184 6)

Tais exemplos nos remetem a Câmara (1967:74) (cf. seção 4.3.2 do presente trabalho), que atribui ao IMP uma certa capacidade semântica de atualizar, concretizar uma hipótese expressa, “em vez de esfumá-la na distância”.

As frequências apresentadas nas tabelas 14 e 15 também nos permitem confirmar nossa expectativa de que nos dados em que ordem icônica ‘prótase + apódose’ é invertida, o FP seria mais utilizado do que o IMP. Realmente, o fator ‘apódose + prótase’ favorece o FP (73%) em detrimento do IMP (18%)<sup>38</sup>.

## 6.2.2 - AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO - AMOSTRA CARTAS

Na amostra Cartas (tabela 16, a seguir), a variante IA+V demonstra resultado semelhante ao encontrado na amostra PEUL: seu ambiente preferido são as orações encaixadas: ‘oração encaixada em discurso indireto’ e ‘oração encaixada com prótase implícita’. Para o IRIA+V, o fator ‘apódose (ordem normal)’ é favorecedor, como na amostra PEUL, mas diferentemente do resultado desta amostra, o IRIA+V aparece em orações independentes ou principais.

TABELA 16: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO na amostra Cartas.

Fatores:	IMP	FP	IA+V	IRIA+V	TOTAL
oração independente ou principal	07 (30%)	41 (46%)	01 (12,5%)	02 (29%)	51
apódose (ordem APO+PRO)	02 (09%)	06 (07%)	--	--	08
oração encaixada com prótase implícita	02 (09%)	04 (04%)	02 (25%)	01 (14%)	09
apódose (ordem normal)	03 (13%)	25 (28%)	02 (25%)	03 (43%)	33
oração encaixada em discurso indireto	06 (26%)	07 (08%)	02 (25%)	01 (14%)	16
outras encaixadas	03 (13%)	06 (07%)	01 (12,5%)	--	10
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>89</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>127</b>

A variante IA+V apresenta dados bastante distribuídos por entre os contextos sintático-semânticos, não tendo ocorrido em apódoses antepostas. Também IRIA+V não ocorreu em apódoses antepostas, mas se concentrou em apódoses na ordem normal. A princípio este resultado parece diferir do que foi obtido para a amostra PEUL, porém a pouca quantidade de dados para estas variantes e a ausência de pesos relativos nos impedem de chegar a conclusões mais exatas.

A variante FP, na amostra Cartas, aparece principalmente em orações independentes ou principais (46%) e em apódoses na ordem normal (28%).

Pode-se dizer que a hipótese de que a anteposição da apódose desfavoreceria o uso de IMP (cf. início do presente capítulo) foi confirmada na amostra Cartas, pois uma

das menores frequências desta variante está no fator ‘apódose (ordem APO + PRO)’. Além disso, sob uma perspectiva de leitura horizontal da tabela, temos um total de 8 dados para esse fator, dos quais 6 são de FP e 2 de IMP, o que ajuda a atestar que o IMP é desfavorecido neste ambiente.

### 6.3 - TEMPO & FACTUALIDADE

Este grupo de fatores combina duas noções semânticas que parecem ser importantes para a análise dos dados. A primeira é o tempo de referência - em relação ao momento da enunciação - ao qual estão direcionados os contextos onde as ocorrências se inserem: ‘presente’, ‘passado’ ou ‘futuro’. A segunda noção trata da contrafactualidade vs. não-factuality da informação transmitida por tais contextos.

A elaboração deste grupo foi influenciada pelo trabalho de Silva-Corvalán (1988) sobre o espanhol falado em Covarrubias, aqui apresentado na seção 4.3.3. Nele, a autora afirma que a variante IMP se refere a um tempo localizado em um passado que pode ser real, ou a um futuro mais provável; por outro lado, o ‘condicional’ (= FP) se caracteriza por estar orientado para o futuro e expressar conteúdos menos prováveis.

O texto deixa claro que a autora, para a interpretação dos dados, utilizou informações de que dispunha sobre a vida de cada informante a fim de avaliar o nível de probabilidade de os eventos expressos em períodos hipotéticos ocorrerem. Através desta análise verificou que, no conjunto denominado ‘construções irrealis de não-passado’, os eventos menos prováveis eram justamente os expressos por apódoses em FP, enquanto os mais prováveis eram os que apresentavam apódose em IMP.

Em nosso trabalho, não adotamos a divisão entre construções irreais de ‘passado’ e de ‘não-passado’, mesmo porque não nos limitamos à análise de orações condicionais. Preferimos, como anunciamos no primeiro parágrafo desta seção, controlar os três tempos básicos de referência, em vez de abranger o futuro e o presente em uma só categoria.

Combinando o tempo de referência com as noções de ‘contrafactualidade’ e ‘não-factuality’, já expostas na seção 2.3.1, os fatores estabelecidos são os seguintes:

#### 1- Passado não-factual:

Foram classificadas assim as ocorrências que se referem a um tempo passado - em relação ao momento da enunciação - e que expressam eventos cuja realização pode ou não se ter dado.

IMP:

- (96) [Informante descreve seu padrasto] ... fazia a minha mãe forrar a cama para os amigo, fazer comida para os amigo. Se minha mãe não fizesse, ele **BATIA** na minha mãe. Foi muito ruim, ... (PEUL Inf.12 L.161 1)

FP:

- (97) [Informante compara comportamento de jovens em diferentes gerações] ... Imagine! Nem um rapaz falar um palavrão perto de uma moça, não falava, não é? (...)Um rapaz não dizia nunca perto de uma moça, se falasse aquela moça nunca mais **OLHARIA** para a cara dele. ... (PEUL Inf.28 L.182 8)

IA+V:

- (98) [Informante descreve como foi o processo de seleção na ocasião em que conseguiu seu emprego] Eu entrei, tinha um número de vagas, no caso, cento e sessenta, para estatuário e - (hes) e o que ultrapassasse esse número, **ENTRARIAM** mais um bocado, **SERIA** mais cento e quarenta para perfazer quatrocentos, não é? Trezentos, aliás, **ERAM** trezentos que **IAM ENTRAR**. Depois é que entrou mais cem, precisou, aí fez quatrocentos. Quer dizer que o restante **SERIAM** celetista, pessoal regido pela consolidação das leis do trabalho. (PEUL Inf.27 L.080 8)

IRIA+V: não houve ocorrências.

## 2- Passado contrafactual:

Ocorrências relacionadas ao passado e que não se realizaram. A contrafactualidade é evidenciada no próprio contexto onde a ocorrência se insere.

FP:

- (99) ... eu não sei nem o porquê que eu não estudei mais. É, porque se nós quiséssemos o papai **FARIA**, sabe? um sacrifício, para isso ele **FARIA**. (PEUL Inf.29 L.147 7)

IMP:

A ocorrência abaixo, à primeira vista, parece se referir a um passado não-factual, mas o contexto lingüístico posterior esclarece a contrafactualidade da informação relatada. Daí percebemos a relevância do co-texto na análise de fatores semântico-pragmáticos. Confira:

- (100) [Descrição de um colega que trabalhou com o informante numa fábrica de munição] ...É o tipo do camarada que se tivesse que mexer com uma pólvora, se uma pessoa duvidasse dele botar fogo ali, ele **BOTAVA**. **Só que ninguém duvidava nunca, não é?** ... (PEUL Inf.27 L.073 9)

IA+V:

- (101) [Após narrativa de assalto, informante argumenta por que não registrou queixa em delegacia] Para quê? **IA SALTAR** do ônibus, **IA GASTAR** dinheiro, **IA FAZER** a queixa, ... (PEUL Inf. 03 L. 178 0)

IRIA+V:

- (102) ...depois de sair de casa para viver com o R., acabou estragando a própria vida, mas ela voltou para casa, depois de ser apanhada pela I., quando R. lhe deu o fora senão ela **IRIA FICAR** na rua da amargura. (C. Ado., Rg.2, p.02, L.24)

## 3- Presente contrafactual:

Consideramos ocorrências direcionadas ao presente não só as que se referem ao momento contemporâneo ao da enunciação e estão inseridas em contextos marcados por expressões adverbiais como “hoje em dia” ou “atualmente”, como no exemplo (103), mas também as que se referem a situações ou eventos atemporais.

FP:

- (103) ... Eu tenho colegas que eram mais ou menos, e tiravam notas equivalentes às minhas e são formadas hoje em dia. Quer dizer, eu me - bobeei, né? **Hoje em dia** eu não **DEIXARIA** de estudar não. Tanto que eu faço tudo para o meu filho estudar. ... (PEUL Inf.29 L.066 4)

IMP:

- (104) [Informante justifica o fato de não poder sair de casa para se divertir.] ... Com quem vai ficar a garota? Eu moro sozinha, não moro com a minha mãe. Até que se ela morasse comigo **ERA** bom. (PEUL Inf.30 L.156 4)

FP (atemporal):

- (105) [Tema: telenovelas] É uma caricatura da- da realidade. Não é a realidade, vamos dizer, em sua plenitude, porque nem **HAVERIA** condição. Tudo que - que é mostrado se torna uma caricatura,... (PEUL Inf.43 L.116 8)

IA+V (atemporal):

- (106) ... Ah, se eu pudesse fazer o mundo como eu penso, **IA SER** uma revolução total. (PEUL Inf.23 L.017 0)

IA+V:

- (107) Quanto ao T., fiquei muito satisfeita em saber, que o apelido dele, é, pepeto (o tesouro). Ele deve ficar, uma gracinha falando pepeto toda hora, xí! se eu tivesse aí! eu não **IA SAIR** de perto dele. (C. Ado. Tt.1, L.22)

IRIA+V:

- (108) ... Acho que, se eu fosse o governo, se eu fosse alguma coisa também, eu daria maior incentivo aos jovens, (...). Talvez eu acho que não. Não contribuisse muito. Mas acho que um pouco **IRIA CONTRIBUIR**. (PEUL Inf. 24 L.173 8)

#### 4- Futuro não-factual:

Foram assim classificadas as ocorrências referentes a um tempo futuro em relação ao momento da enunciação. Não estipulamos o fator 'futuro contrafactual' porque dificilmente temos acesso a informações sobre a realização ou não realização daqueles eventos hipotetizados pelos informantes na época das entrevistas. Já que a referência ao futuro não é uma "referência puramente temporal" (Lyons, 1977: 816), o que importa é

que os planos, sugestões ou hipóteses sobre um fato futuro carregam um traço de incerteza quanto à realização.

- (109) [Informante emite sua opinião sobre jogo de futebol (Brasil vs. Argentina) a ser realizado alguns dias após a entrevista] ... Porque eles também não vão deixar por menos, não é? Ah, mas tinha que dar de zero. Qualquer dois a zero, três a zero **ESTAVA** bom. ... (PEUL Inf. 05 L.194 3)

Este grupo de fatores nos ofereceu dificuldades à medida que alguns contextos oscilam entre presente e futuro, ou seja, a definição do tempo de referência nem sempre se mostra claramente. Exemplos disso são hipóteses do tipo ‘se o informante fosse presidente’, ‘se ganhasse na loteria’ e outras, comumente levantadas por entrevistadores do PEUL:

- (110) E- ... Se você ganhasse na loteria que que você ia fazer com essa grana toda?

F- Se eu ganhasse na loteria eu ia- eu **COMPRAVA** logo esse terreno lá em - como é o nome dele, do lugar?... (PEUL Inf.01 L.144 5)

- (111) E- Puxa! Se você fosse prefeito da cidade do Rio de Janeiro, que que você ia fazer para melhorar Santa Cruz? Agora que eu quero ver!

F- Se eu fosse prefeito da-daqui de Santa Cruz, eu - eu **FARIA** Santa Cruz como Campo Grande. Eu **BOTARIA** Santa Cruz para crescer mais, **BOTARIA** fábricas ... (PEUL Inf.01 L.091 8)

Em (110) não podemos descartar totalmente a possibilidade de que o informante um dia venha a ganhar um prêmio lotérico (o que nos levaria a classificar a ocorrência como ‘futuro não-factual’). Ao mesmo tempo, carecemos de informações pragmáticas que talvez nos ajudassem a resolver o impasse da classificação, como: se o informante realiza frequentemente apostas lotéricas (‘futuro não-factual’), ou se não cultiva esse hábito e está respondendo à pergunta a título de satisfazer a curiosidade do entrevistador (‘presente contrafactual’), etc. Do mesmo modo, em (111), o informante não é um candidato a prefeito de sua cidade (caso fosse, a situação discursivo-pragmática nos levaria a classificar a ocorrência como ‘futuro não-factual’); por outro lado, mesmo que

não seja candidato, não podemos descartar totalmente a possibilidade de que um dia venha a ser prefeito.

Quando há expressões temporais do tipo “um dia”, “futuramente” ou “hoje”, “hoje em dia” acompanhando ocorrências como essas, a definição do tempo de referência torna-se clara:

(112) E- ... se você tivesse uma filha **hoje**, como é que você educaria essa filha?

F- Como é que eu **EDUCARIA**? (PEUL Inf.05 L.168 3)

[A informante pode vir a ter uma filha no futuro, mas a pergunta do entrevistador se refere a "hoje".]

(113) E- É, que é que a senhora quer assim para os seus filhos, **no futuro**? deseja-

F- Ah, desejo para eles muitas coisa, (...) **DEPOSITAVA** uns trocadinho na caderneta para eles. (PEUL Inf.12 L.111 1)

Quando o contexto não apresenta essas expressões e não há outras informações na entrevista que nos ajudem a definir o tempo ao qual a ocorrência se refere, decidimos resolver a ambigüidade presente/futuro a partir do seguinte critério: ocorrências deste tipo são consideradas “atemporais”.

Como vimos no item 3 desta seção, que descreve o fator ‘presente contrafactual’, dificilmente encontramos ocorrências que se refiram a um presente *stricto sensu*. Muitas se referem a uma espécie de ‘presente atemporal’. (O próprio tempo verbal ‘presente do indicativo’ apresenta usos diversos, alguns dos quais não coincidentes com o momento da enunciação.) Assim, ocorrências como as de (108), (110) e (111) - i.e., se o informante fosse o prefeito ou o presidente, se estivesse no lugar de um autor de novela, se ganhasse na loteria, etc. - foram classificadas como ‘presente contrafactual’.

Talvez tenha sido por essa dificuldade que Silva-Corvalán (1988), no trabalho já citado, tenha dividido seus dados simplesmente em irrealis de ‘passado’ e de ‘não-passado’. Desta maneira, ela abrange numa só classificação a referência ao presente e ao



futuro. Em nosso trabalho, preferimos controlar separadamente estas referências temporais.

Os exemplos para o fator 'futuro não-factual' são os seguintes:

IA+V:

- (114) Se não fosse pelo frio, até que eu gostaria de ficar aqui mais tempo. Mas, como eu conheço meu chefe, e principalmente minha mãezinha, sei que eles **IAM** me **FUZILAR** pelo telefone! (C.Adu., p.02, L.16)

IMP:

Vejam-se os exemplos (109) e (113)

FP:

- (115) Vou torcer para eles casarem. Quem sabe me convidam para ser madrinha deles? **SERIA** a glória! (C.Adu. FA, p.03, L.17)

IRIA+V:

- (116) Estamos com muita saudade e se houvesse "grana" **IRÍAMOS PASSAR** férias aí. (C.Adu., LC, p.01, L. 04)

##### 5- Futuro de um tempo passado:<sup>39</sup>

Este fator surgiu da necessidade de classificarmos os verbos cuja referência temporal se encontra num tempo futuro, mas não em relação ao momento da enunciação e sim em relação a um tempo passado.

Tradicionalmente, a noção de um tempo futuro em relação ao passado é associada à forma verbal de futuro do pretérito. Said Ali (1969: 99) diferencia este tempo do futuro do presente, dizendo que este último anuncia um futuro em relação ao tempo presente, enquanto o futuro do pretérito "é a acção a cumprir em relação a um fato passado". O autor apresenta o seguinte exemplo: "Disse que estudaria". Porém, esse significado pode ser preenchido por formas de IMP ou de IA+V:

- (117) ... as matérias que eu queria tinham fortes pré-requisitos. Mas eu assumi e disse que **FAZIA** assim mesmo. (C. Adu., NA, p.03, L.08)

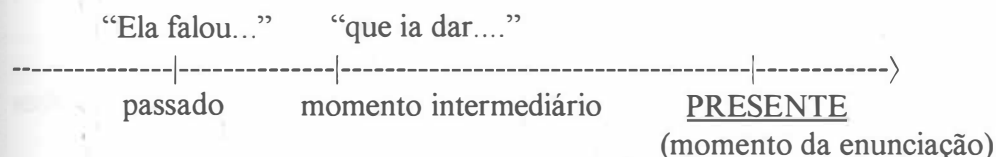
- (118) ... E já tem outra [colega de escola] que é Pentecostes. Inclusive num dia da festinha, não é? que nós chamamos ela, ela disse que não **IA VIR**. Eu

falei: “Poxa! Mas não tem nada a ver. A festinha, não é? ...”. (PEUL Inf.05 L.134 8)

A realização ou não da ação futura - em relação a um momento passado - pode estar localizada em algum intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação ou posterior a este. Comparem-se os exemplos:

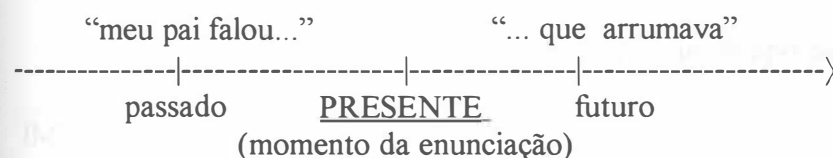
Ex. 1: (Realização potencial ANTERIOR ao momento da enunciação.)

(119) ...já fiz revolução na escola: prova de OSPB. Professora- a turma da pesada, bagunceira. Aí ela falou que **IA DAR** dois capítulos [na prova], e ela só tinha dado [= ensinado] dois. “A prova é amanhã, vai ter três capítulos.”...



Ex. 2: (Realização potencial POSTERIOR ao momento da enunciação.)

(120) [Preocupação da informante com assuntos assistencialistas.] ... eu até já falei com meu pai. Ele vai me arrumar para mim poder entrar na FUNABEM. ... Eu tinha vontade. Já até falei isso com meu pai. Meu pai falou que **ARRUMAVA** um dia para mim entrar lá dentro. Mas que adianta? Vou ficar com pena ... (PEUL Inf.23 L.048 4)



Porém não são todas as ocorrências que deixam transparecer essa diferença. Assim, não subdividimos o fator de acordo com as possibilidades apresentadas nos exemplos 1 e 2 acima. Além desta dificuldade, nem sempre o contexto nos permitiu controlar a factualidade do que foi relatado. Em alguns dados, pudemos constatar que o evento relatado no passado veio a se concretizar (factual), em outros, constatamos que o

evento não se concretizou (contrafactual) e na maioria deles esta informação fica em aberto (não-factual).

A despeito da projeção do fato/evento relatado no tempo(antes ou depois do momento da enunciação) e da sua concretização ou não, todas essas possibilidades estão no âmbito da hipótese, do *irrealis*, visto que no tempo em que o fato futuro foi anunciado (passado) ainda era dúvida se o que estava sendo declarado se tornaria realidade. Por esses motivos, tomamos a decisão de não considerar a oposição 'não-factuality' vs. 'contrafactualidade' para este fator.

Nem todas as ocorrências referentes a um 'futuro de um tempo passado' estão em ambiente sintático de oração complementadora de um verbo no passado (como nos exemplos vistos até agora). Isto quer dizer que, neste fator, o futuro nem sempre se estabelece a partir de um verbo no passado, mas pode ser um futuro em relação ao tempo da narrativa (ainda que sejam pouquíssimos os casos):

- (121) ... mas estava tão afobada que não deve ter lembrado de nada coitadinha. Porque, além do mais, **VIAJAVAM** no dia seguinte para a Europa, e o corre-corre era grande. (C.E., VM 2, p.02, L.17)

Os exemplos que ilustram o fator 'futuro de um tempo passado' são os seguintes:

IMP:

Exemplos (117), (120) e (121).

FP:

- (122) ... vovô certa vez me chamou e disse-me que me **VENDERIA** a casa da rua Guarupus por um preço a combinar. (C.Adu., DI, p.04, L.22)

IA+V:

Exemplos (118) e (119).

IRIA+V:

- (123) ... A gente já tinha mais ou menos em vista de que (hes) é-- **IRIA DAR** o Brizola, não é? na - na maioria e o Moreira Franco, depois. (PEUL Inf. 41 L. 068 6)

### 6.3.1 - TEMPO & FACTUALIDADE - AMOSTRA PEUL

Este grupo de fatores foi selecionado nas rodadas em que as variantes IMP e FP eram o valor de aplicação, em ambos os casos em terceiro lugar de relevância.

Embora o grupo combine as duas noções (tempo e factualidade), a análise dos resultados revela que para a variante IMP conta em primeiro lugar o ‘tempo de referência’ (enquanto para a variante FP, como veremos mais adiante, a hierarquia obedece, em primeiro plano, à questão da ‘factualidade’).

TABELA 17: Influência do grupo de fatores TEMPO & FACTUALIDADE na escolha da variante IMP. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
passado / não-factual	20/32	63%	.74
passado/ contrafactual	56/111	50%	.62
futuro do passado	14/36	39%	.51
presente/ contrafactual	126/407	31%	.48
futuro / não-factual	15/82	18%	.34

Na tabela acima, referente à variante IMP, vemos que o critério temporal regula a ordem dos pesos relativos atribuídos a cada fator: ‘passado não-factual’ - passado contrafactual - futuro do passado - presente - futuro’ (ordem decrescente).

O IMP, fortemente marcado com o traço de ‘passado habitual’, é a variante ideal para expressar o passado de realização possível (‘não-factual’) ou mesmo de realização necessária (no sentido de esta depender da concretização do que está expresso em uma prótase), como em “Se minha mãe não fizesse, ele **BATIA** na minha mãe...” (PEUL Inf.12 L.161 1).

Em segundo lugar, o IMP expressa contextos de ‘passado contrafactual’, ou seja, referentes a uma situação que inequivocamente não se realizou, e que por isso mesmo o informante relata com uma certa segurança, refletida na escolha desse tempo verbal. Esses casos de contrafactualidade pretérita são de dois tipos: apódoses de prótases que

não se realizaram (“Senão eu **ESTAVA** na mesma encrenca.” (PEUL Inf.06 146 1)) e os exemplos de orações independentes que relatam a opinião do falante sobre fatos que deveriam ter acontecido mas não aconteceram (cf. exemplos na seção 6.2.1 desta dissertação).

Especialmente em relação a este segundo caso, o IMP, além de expressar uma situação sobre a qual se tem uma maior certeza (a contrafactualidade é mais certa que a não-factuality), parece refletir também o realce que o informante confere a seus próprios julgamentos, trazendo para um tempo verbal típico do *realis* aquela informação do *irrealis* que convinha ter sido concretizada: “Mas na minha opinião **FICAVA** dois a dois.” (PEUL Inf. 03 L.169 1). Conforme já observamos (cf. seções 4.3.2 e 6.2.1), Câmara (1967) diz que o pretérito imperfeito (em alternância com o futuro do pretérito) carrega como “traço semântico distintivo” a capacidade de atualizar um futuro, concretizar, tornar palpável uma hipótese expressa (p.74), isto é, possui uma certa “propriedade estilística de concretizar a hipótese” (p.77). A presente pesquisa aponta que não só o futuro pode ser atualizado através de um relato em IMP, mas também um tipo especial de passado: aquele cuja realização seria ideal segundo o julgamento do locutor.

Em posição intermediária está o ‘futuro relativo a um tempo passado’. Neste fator, a referência temporal das variantes analisadas pode se localizar num tempo futuro ou passado do ponto de vista do momento da enunciação (cf. exemplos (119) e (120) e suas respectivas linhas do tempo no item 5 da seção anterior). Por conseguinte, a oposição temporal ‘futuro vs. passado’ se encontra neutralizada, daí o peso relativo deste fator ter alcançado uma posição também neutra: .51.

Em quarto lugar está o ‘presente contrafactual’, que, tendo-se em vista a sequência temporal, está mais próximo do passado (ambiente preferido do IMP) do que o futuro

(passado - presente - futuro), além de carregar o traço da contrafactualidade, o que significa que o informante fala de algo que com certeza (ainda) não se realizou (“Até que se ela morasse comigo **ERA** bom.” (PEUL Inf.30 L.156 4)) ou que é impossível de se realizar em qualquer tempo (“[Se eu estivesse no lugar do técnico do Fluminense] **PEGAVA, APLICAVA** a grana do futebol em cima de craque...” (PEUL Inf.37 L.1573)).

Em último lugar, encontramos o ‘futuro não-factual’ que, justamente por se tratar de futuro, desfavorece a escolha de IMP. Além disso, esse fator carrega o traço de não-factuality, ou seja, de insegurança quanto à realização ou não-realização do que se relata. Portanto, este deveria ser um fator favorecedor ao uso da variante FP, o que será confirmado na tabela a seguir.

TABELA 18: Influência do grupo de fatores TEMPO & FACTUALIDADE na escolha da variante FP. (Amostra PEUL.)

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>P. relativo</b>
futuro / não-factual	38/82	46%	.63
passado / não-factual	11/32	34%	.61
presente/ contrafactual	162/407	40%	.53
passado/ contrafactual	20/111	18%	.34
futuro do passado	03/36	08%	.30

Como dizíamos, a disposição dos fatores do grupo ‘tempo & factuality’ para a variante FP põe em destaque a questão da ‘não-factuality vs. contrafactuality’. Assim, na tabela 18, vemos que os fatores caracterizados pela não-factuality favorecem a aplicação da variante FP mais do que os fatores caracterizados pela contrafactuality. Isto se dá porque a informação contrafactual é mais certa, segura, pois trata de algo que realmente não se realizou (ou de uma contrafactuality cuja realização refletiria a convicção íntima do informante, como atestamos), enquanto a não-

factual é marcada pela incerteza, pela dúvida. A informação duvidosa, insegura, incerta, então, seria melhor expressa através do FP.

A tabela 18 nos mostra, ainda, que nas duplas de ‘eventos não-factuais’ e ‘eventos contrafactuais’, o tempo passado se localiza sempre em segunda posição. Constatamos, assim, mais uma vez, que a referência temporal de passado não é propícia à escolha da forma FP.

Por fim, tratamos do fator que ocupa a última posição na tabela: o ‘futuro de um tempo passado’. A grande maioria das ocorrências codificadas com esse fator se localiza em orações encaixadas que complementam orações principais de verbo no passado, do tipo: “falei que...”, “pensei que...”, “achou que...”, etc. Assim, este fator revela um aspecto, por um lado, menos referencial, no sentido de não estar direcionado a uma referência no mundo, e, por outro lado, mais informacional, ou seja, a referência está no discurso. Deste modo, a questão que se impõe não é a da não-factuality vs. contrafactuality, mesmo porque, como dissemos, algumas das situações anunciadas em um tempo anterior ao do tempo da enunciação realmente se concretizaram neste intervalo e o pesquisador dificilmente tem acesso a estas informações. Em outras palavras, o que se toma como referência é o próprio relato, e não a realização do que se está relatando.

A respeito das variantes perifrásticas, sobre as quais obtivemos somente resultados percentuais, temos algumas considerações a fazer. IRIA+V não ocorre em ‘passado não-factual’ e apresenta uma distribuição bastante homogênea entre os demais fatores. Já a variante IA+V obteve seu maior índice no ‘futuro do passado’ (44%); para os demais fatores, os índices desta variante se mostram bastante aproximados.

Logo, constata-se que o passado de realização possível raramente é expresso por uma perífrase, ao passo que o ‘futuro de um tempo passado’ é o ambiente preferido de IA+V, devido a sua característica mista: possui algo em sua forma que remete ao passado (tempo verbal do auxiliar: “ia”) e ao futuro (o próprio auxiliar “ir”, que carrega as matizes de ‘intenção’ ou ‘iminência’), simultaneamente.

Lembremos que a variante IA+V é justamente a preferida do ambiente sintático-semântico de orações encaixadas, que são típicas de texto narrativo. A coincidência desses traços - ‘futuro de um tempo passado’, ‘oração encaixada’ e ‘texto narrativo’ - pode ter inibido a seleção deste grupo para a variante IA+V em benefício do grupo ‘ambiente sintático-semântico’.

### 6.3.2 - TEMPO & FACTUALIDADE - AMOSTRA CARTAS

TABELA 19: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo TEMPO & FACTUALIDADE na amostra Cartas.

Fatores:	IMP	FP	IA+V	IRIA+V	TOTAL
futuro / não-factual	06 (26%)	53 (60%)	01 (12,5%)	03 (43%)	63
passado / contrafactual	04 (17%)	11 (12%)	--	02 (29%)	17
presente / contrafactual	02 (09%)	10 (11%)	02 (25%)	01 (14%)	15
futuro do passado	10 (44%)	15 (17%)	04 (50%)	01 (14%)	30
passado / não-factual	01 (04%)	--	01 (12,25%)	--	02
TOTAL	23	89	08	07	127

Logo à primeira vista, percebemos uma atuação do grupo ‘tempo & factualidade’ na amostra Cartas bastante distinta da que foi constatada na amostra de língua falada, com algumas exceções. As variantes perifrásticas, nestes resultados como nos da amostra PEUL, evitam o ‘passado não-factual’ e IA+V, particularmente, também ocorre de preferência na expressão do ‘futuro em relação a um tempo passado’. Ademais, o FP,



aqui como na amostra de língua falada, expressa preferencialmente o ‘futuro não-factual’.

Ao observarmos as frequências mais altas da tabela 19, vemos que as formas perifrásticas acompanham os resultados de suas contrapartes sintéticas: o ‘futuro não-factual’ favorece não só FP mas também IRIA+V, enquanto o ‘futuro do passado’ favorece IA+V e IMP. Constatamos, portanto, para a língua escrita, uma estreita relação entre o morfema {-ria} e a noção temporal de futuro.

#### 6.4 - EXTENSÃO LEXICAL

Antes de nos atermos ao grupo de fatores ‘extensão lexical’, realizaremos um breve histórico dos processos pelos quais passamos até chegar a este grupo em sua formulação final. Durante as primeiras rodadas do pacote VARBRUL, testamos separadamente as variáveis ‘extensão lexical’ e ‘saliência fônica’, mas nenhuma era selecionada. Por pertencerem ambas ao âmbito da fonética, decidimos combinar os fatores de cada uma na formação de uma nova variável: ‘extensão lexical e saliência fônica’.

No que diz respeito à extensão do verbo, levamos em conta a diferença entre a forma infinitiva deste e sua forma conjugada. Se a variante for o IMP, a diferença será de uma sílaba a mais (dar → dava; ganhar → ganhava; vender → vendia), ao passo que se a variante for o futuro do pretérito, a diferença será de duas sílabas a mais (dar → daria; ganhar → ganharia ; vender → venderia).

Nas perífrases esta diferença ocorre no auxiliar, pois o verbo principal permanece no infinitivo. Por isso, nossa hipótese é de que quanto maior o número de sílabas de um verbo (na forma infinitiva) maior a tendência a ocorrer a forma mais curta, que é a de

IMP ou uma das formas perifrásticas, dado o pressuposto de que estas últimas distribuiriam o peso de um item lexical longo em dois vocábulos.

O princípio da saliência fônica tem sido amplamente testado em trabalhos sobre concordância nominal e verbal. Segundo este princípio, “as formas mais salientes, e por isto mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes.” (Scherre, 1989: 301)

Quanto à saliência fônica em nossos dados, combinada à extensão lexical, temos as seguintes possibilidades (em ordem crescente de saliência):

- 1- Oposições nas quais a extensão lexical é neutralizada; a saliência fônica é de /r/ vs. /z/.  
Há três casos:  
Dizer: DIRIA vs. DIZIA  
Trazer: TRARIA vs. TRAZIA  
Fazer: FARIA vs. FAZIA
- 2a- Verbo com infinitivo de 2 sílabas / 2a. ou 3a. conjugação (oposição -i(e)ria vs. -ia:  
PARTIRIA vs. PARTIA.  
VENDERIA vs. VENDIA.
- 2b- Verbo com infinitivo de 3 ou mais sílabas / 2a. ou 3a. conjugação (oposição -i(e)ria vs. -ia:  
REAGIRIA vs. REAGIA  
COMPREENDERIA vs. COMPREENDIA.
- 3- Verbo com infinitivo de 1 sílaba / 2a. ou 3a. conjugação:  
VIRIA vs. VINHA;  
VERIA vs. VIA; TERIA VS. TINHA.
- 4a- Verbo com infinitivo de 1 sílaba / 1a. conjugação (oposição -ria vs. -va):  
DARIA vs. DAVA.
- 4b- Verbo com infinitivo de 2 sílabas / 1a. conjugação (oposição -ria vs. -va):  
CANTARIA vs. CANTAVA
- 4c- Verbo com infinitivo de 3 ou mais sílabas / 1a. conjugação (oposição -ria vs. -va):  
ARRUMARIA vs. ARRUMAVA
- 5- Verbo “ser”:  
SERIA vs. ERA

As oposições mais salientes são ‘era/seria’ e ‘-va /-ria’ (nesta última, inclusive, o acento se desloca do tema para a desinência). Estas, segundo nossa hipótese, favoreceriam a presença da variante FP. As menos salientes (menos contrastantes foneticamente), ‘-ia/ -i(e)ria’ e ‘/z/ vs. /r/’, favoreceriam o IMP. Nas formas perifrásticas a oposição se dá somente no auxiliar (ia/iria). Nestes casos, o foco de nossa classificação foi o verbo principal e não o auxiliar “ir” - pois esta segunda alternativa acarretaria estatisticamente um maior número de ocorrências para o fator ‘verbo com 1 sílaba / 2a. ou 3a. conjugação’.

No que diz respeito à análise da saliência fônica em IA+V e IRIA+V, essas escolhas seriam uma opção de que o locutor dispõe para não aplicar ao verbo principal nenhuma das formas contrastantes acima.

Após a exclusão de alguns dados (principalmente os casos de IA+V e IRIA+V invariáveis), tarefa descrita na seção 5.2, as rodadas da amostra PEUL somente selecionaram o grupo de fatores ‘extensão lexical e saliência fônica’ tendo a variante IRIA+V como valor de aplicação. Os resultados mostraram que a influência da extensão lexical se sobrepôs visivelmente à da saliência fônica do verbo. Isto é, a variante IRIA+V é a preferida para verbos de três ou mais sílabas. Esse fato evidenciou que a língua portuguesa, pelo menos no que tange à modalidade falada, evita as palavras longas.

Por este motivo decidimos separar novamente a ‘extensão lexical’ da ‘saliência fônica’ a fim de verificar se essa mesma lógica se aplicaria à outra variante perifrástica, IA+V. A experiência foi bem sucedida e será conferida na seção a seguir.

#### 6.4.1 - EXTENSÃO LEXICAL - AMOSTRA PEUL

Como dissemos, ao investigarmos a atuação das variáveis ‘extensão lexical’ e ‘saliência fônica’ combinadas em um só grupo de fatores, houve seleção deste grupo somente em relação a uma de nossas variantes: o IRIA+V. Além disso, os resultados demonstraram que o critério relevante era a ‘extensão lexical’, pois os fatores concernentes aos verbos com três ou mais sílabas apresentavam os pesos relativos mais altos da tabela. Vejamos, então, essa tabela:

TABELA 20: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL & SALIÊNCIA FÔNICA na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.)

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>P. relativo</b>
3 ou + sil: -ia x -i(e)ria (entender)	02/18	11%	.85
3 ou +sil.: -va x -ria (arrumar)	07/113	06%	.80
1 sil.: -va x -ria (dar)	01/34	03%	.61
1 sil.: -ia x -i(e)ria (ter, vir)	01/43	02%	.44
2 sil.: -va x -ria (cantar)	03/241	01%	.38
/r/ x /z/ (fazer, trazer, dizer)	01/88	01%	.31
2 sil.: -ia x -i(e)ria (vender)	--	--	--
ser (era, seria, ia ser, iria ser)	--	--	--

Quando analisamos novamente de modo separado a atuação das variáveis combinadas na tabela acima, houve a seleção da ‘extensão lexical’ não só para a variante IRIA+V, mas também para IA+V, ambas sendo favorecidas em palavras de três ou mais sílabas. Particularmente no caso de IRIA+V, quanto maior o número de sílabas maior o peso relativo (tabela 21).

TABELA 21: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.)

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>P. relativo</b>
3 ou + sílabas	09/131	17%	.89
2 sílabas	03/294	01%	.46
1 sílaba	02/167	01%	.20

TABELA 22: Influência do grupo de fatores EXTENSÃO LEXICAL na escolha da variante IA+V. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
3 ou + sílabas	56/131	43%	.64
1 sílaba	38/167	23%	.47
2 sílabas	71/294	24%	.45

Para IA+V a influência de verbos com uma ou duas sílabas está bastante equilibrada, o destaque sendo reservado para os com três ou mais (cf. tabela 22). Ainda assim, para ambas as tabelas, está confirmada a hipótese de que as perífrases são preferencialmente usadas com verbos longos, pois distribuem o peso deste tipo de verbo em dois vocábulos.

#### 6.4.2 - EXTENSÃO LEXICAL - AMOSTRA CARTAS

A tabela 23 mostra que as perífrases, além de ocorrerem muito pouco na escrita, só são usadas, praticamente, em verbos de duas, três ou mais sílabas, ou seja, em monossilábicos elas não funcionam.

No que se refere ao FP, quanto mais extenso o verbo, menos essa variante é utilizada, provavelmente porque entre as opções de conjugação esta é a que torna o vocábulo mais extenso (por exemplo, entre IMP e FP, teríamos as oposições: “arranjava” vs. “arranjaria”, “consegua” vs. “conseguiria”, etc.).

TABELA 23: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo EXTENSÃO LEXICAL na amostra Cartas.

Fatores:	IMP	FP	IA+V	IRIA+V	TOTAL
3 ou + sílabas	07 (32%)	16 (19%)	02 (25%)	03 (43%)	28
2 sílabas	06 (27%)	27 (33%)	06 (75%)	03 (43%)	42
1 sílaba	09 (41%)	40 (48%)	--	01 (14%)	50
TOTAL <sup>40</sup>	22	83	08	07	127

A conclusão a que podemos chegar é que os resultados de ambas as amostras coincidiram, embora estejamos tratando de modalidades falada e escrita. Nas duas amostras trabalhadas o grupo 'extensão lexical' apresentou resultado significativo. Em suma, as variantes IA+V e IRIA+V, por serem formas perifrásticas, tendem a ocorrer com verbos de maior extensão silábica, aos quais os usuários da língua evitam adicionar um sufixo, o que os tornaria ainda mais longos.

## 6.5 - TIPO DE TEXTO

Como vimos na seção 3.3, a questão da tipologia de textos é muito controversa. Nem sempre é tarefa simples identificar em que gênero ou tipo de texto está inserida a ocorrência que precisamos classificar. Isto se dá não só por conta da dificuldade de delimitar onde começa e acaba cada trecho identificado com dado tipo de texto, mas porque muitas vezes os tipos se misturam num mesmo trecho.

Conforme já foi mencionado na seção 3.3, Paredes Silva (1997) tenta resolver alguns dos problemas envolvidos na identificação e classificação de tipos de texto por meio de uma proposta que estabelece níveis de critérios que reúnem aspectos formais e funcionais da língua. A seguir, descrevemos brevemente estes níveis.

O nível denominado 'estruturas discursivas' estaria no plano das potencialidades da língua. Cada estrutura seria caracterizada por um conjunto de traços lingüísticos predominantes. Por exemplo, a estrutura narrativa tem como características predicados de ação com verbos no pretérito perfeito, a referência à primeira ou terceira pessoa, etc. Ao lado da estrutura narrativa, temos a descritiva, a expositiva/ argumentativa, a

dialógica, a procedural, a expressiva. Estas estruturas formam um grupo relativamente limitado de possibilidades.

O outro nível seria o das ‘unidades comunicativas’ e diz respeito ao uso das estruturas discursivas em situações reais de comunicação. Enquanto o nível anterior obedece a critérios formais de classificação, este nível é visto sob uma perspectiva funcional, pois se encontra no plano do discurso, da língua em uso. Estória, piada, carta pessoal, reportagem policial e receita culinária seriam apenas alguns exemplos de unidades comunicativas, cuja lista é bem mais abrangente do que a das estruturas do nível anterior.

Cada unidade comunicativa é a realização de um ou mais tipos de estrutura discursiva.<sup>41</sup> Em alguns casos é visível a predominância de uma estrutura, em outros não:

*... a estória ilustra, tipicamente, a concretização uma estrutura narrativa. A receita, de uma estrutura procedural. Outras unidades discursivas seriam, certamente, mais problemáticas pela variedade de estruturas que podem incorporar: a entrevista, entre os gêneros orais; a carta pessoal entre os escritos...*

(Paredes Silva, 1997: 10)

Em relação à nossa pesquisa, podemos dizer que cada amostra da qual extraímos nossos dados é bastante complexa, nas respectivas modalidades. Muitas vezes se torna difícil classificar o tipo de texto no qual cada ocorrência está inserida.

Em termos gerais, estruturas narrativas e argumentativas estão largamente presentes tanto na amostra de fala como na de escrita. Porém, nas cartas, há um tipo de relação entre emissor e destinatário que é ausente nas entrevistas do PEUL. Ao escreverem a seus amigos e parentes, os autores das cartas aproveitam o contato para pedir ou oferecer conselhos, sugestões, realizar solicitações, convites e ofertas.

No caso das cartas, a diversidade sócio-cultural dos autores - adolescentes, jovens universitários, adultos com nível superior e escritores - acaba por influenciar a predominância de determinadas estruturas discursivas. Os adolescentes, por exemplo, escrevem de maneira mais breve e objetiva, produzindo discursos mais factuais, portanto menos propícios à variável estudada.

No que diz respeito às cartas de escritores, a codificação de tipos de 'estrutura discursiva' foi confrontada com uma previamente realizada para outra pesquisa (cf. Paredes Silva, 1989). O resultado da comparação demonstrou coincidência de classificação.

Os fatores do grupo 'tipo de texto' são:

#### 1- Seqüências narrativas/ descritivas:

Encontramos poucas ocorrências contidas em contextos discursivos caracterizados tipicamente como descritivos. Isto porque as descrições geralmente fazem parte de uma narrativa, e daí surge certa dificuldade na distinção.

A princípio realizamos uma classificação que controlava seqüências narrativas e descritivas separadamente, mas como os resultados de ambos os fatores se mostraram muito parecidos e uma vez que houve um número reduzido de ocorrências encontradas em descrições, resolvemos amalgamar um fator ao outro.

FP:

- (124) Mesmo com base na minha "idéia" inicial o Fillmore respondeu dizendo que, se eu estivesse pensando em ir em 1985, ele **TOPARIA** me dar uma orientação e ser meu "sponsor"(a palavra que ele usou foi "supervisor", mas tudo bem). ( C.Adu., RE, p. 03, L.08)

IMP:

- (125) [Busca a um colega que fugiu do quartel] ... Eu falei : "Então corre." Se ele corresse, eu **ATIRAVA**. Nas perna dele. Mas eu **ATIRAVA**. Aí ele parou: "Pô, deixa eu ir embora, ô, compadre ..." ... (PEUL Inf.15 L.048 1)



IA+V:

- (126) Por exemplo, ela disse que **IA LEVAR** para a filha uma lata de feijoadá. Eu imediatamente quis também uma para você. (C.E., CL11, L.14)

IRIA + V:

- (127) ... E por Deus que nós também não chegamos na hora, porque o meu marido, quando chegou, eles tinham saído coisa de minuto daqui. Quer dizer, eles **IRIAM PEGAR** meu marido, forçar- (hes) iam - logicamente **IRIAM FORÇAR**, não é? que ele abrisse a porta para poder - - graças a Deus. (PEUL Inf.39 L.010 6)

## 2- Seqüências argumentativas:

FP:

- (128) E- Você se casaria de novo?  
F- Olha, eu acho- você diz assim: casamento de papel assinado?  
E- Ou do jeito que você está.  
F- Ah, bom, do jeito que eu est- eu acho que **SERIA** capaz se pintasse assim algum grilo comigo, com minha mulher, ... (PEUL Inf.42 L.047 3)

IMP:

- (129) ... realmente, o salário mínimo, eu acho que está muito pouquinho. O governo deve dar mais um pouquinho, porque inclusive agora eu estou pelo INPS e já até **ERA** uma boa para mim, não é? se viesse um aumentozinho aí. (PEUL Inf.07 L.121 2)

IA + V:

- (130) [Tema: custo de vida.]  
E- A vantagem é que vocês não pagam aluguel, não é?  
F- Não pago aluguel. É. Que se pagasse aluguel, **IA SER** meio difícil. (PEUL Inf.04 L.195 7)

IRIA + V:

- (140) [Hipótese de o PDT buscar aliança partidária com o PT] ... existe algumas pessoas que defendem assim a favor, não é? que são a favor dessa-- dessa ligação. Porque o PT teria condições de se desenvolver, ele pegaria uma secretaria e -- e (hes) **IRIA FAZER** um trabalho, não é? ... (PEUL Inf. 41 L.080 8)

## 3- Lista de atitudes hipotéticas (fator exclusivo da amostra PEUL):

Este fator foi incluído a partir da necessidade de codificação de contextos discursivos muito característicos da presença de nossa variável, e que, porém, não se

identificavam com nenhum dos pré-estabelecidos na fase inicial da pesquisa. Tal inclusão se justifica pelo fato de que nas entrevistas do PEUL há muitos dados provocados por questões envolvendo hipóteses levantadas, na maioria das vezes, pelo entrevistador.

As seqüências discursivas onde se encontram esses dados não constituem uma narrativa, tampouco têm características de argumentação; são simplesmente listas de planos que seriam realizados pelo informante sob certas condições ou caso estas condições fossem efetivadas. A solução encontrada foi encaixá-las numa classificação própria.

Listas podem conter itens (lista de compras) ou eventos (lista de afazeres do dia). Schiffrin (1994a) faz uma comparação entre listas e narrativas, dizendo que estas apresentam eventos estruturados de acordo com uma ordem temporal e de acordo com uma avaliação de tais eventos. Por outro lado,

*... o objetivo de uma lista é muito mais simples: enumerar e reunir itens específicos (mesmo quando estes itens são eventos) como realizações de um categoria geral.*<sup>42</sup>

(Shiffirin, 1994a: 390)

No nosso caso específico, coletamos listas de eventos relativas a vários temas, como: que atitudes o informante tomaria se ganhasse na loteria, se fosse o presidente da república, se fosse um determinado técnico de futebol, ou se estivesse em outra situação imaginada e sugerida pelo entrevistador ou por ele próprio.

Exemplos:

IMP e IA+V:

(141) [Tema: casa da namorada, refúgio para onde o informante se dirige sempre que há uma discussão em sua casa.]

E- A gente ter um lugar para onde a gente pode (inint.), não é?

F- Ainda bem, não é? Se eu brigasse lá e sair, que eu **IA FICAR** onde?

Aí, não **SAÍA** de casa, **FICAVA** lá mesmo, quietinho no meu canto.

**ENTRAVA** para o quarto, me **TRANCAVA**, onde ficar escutando rádio. (PEUL Inf.19 L.165 2)

FP:

- (142) [Ganhar na loteria] ... Aí talvez eu **MONTARIA** um consultório, co--  
**COLOCARIA** o dinheiro na caderneta de poupança. E **FICARIA** lá. E  
**BOTARIA** no meu consultório mais tarde. **DARIA** um pouco à minha  
família- quer dizer, **BENEFICIARIA** a minha família, não é?... (PEUL  
Inf.24 L.123 1)

IA+V e IRIA+V:

- (143) E- E se você ganhasse na loteria muito dinheiro?  
F- Ah! Aí não, não é? (rindo) Aí eu não **IRIA MORAR** em Botafogo  
mesmo. E aí não. E aí, IA para fora do país. Sei lá! **IA VIAJAR**, sabe?  
Ah! Eu **IA CONHECER** lugares. (PEUL Inf.05 L.095 0)

#### 4- Planos (fator exclusivo da amostra Cartas):

Em nossa amostra Cartas não encontramos listas de atitudes hipotéticas do tipo das que foram encontradas na amostra PEUL, mas algumas vezes o informante/remetente expõe ao seu destinatário algumas perspectivas de realização de planos e sonhos.

FP:

- (144) Olha, M., eu estou com muita saudade, e eu fosse tirar férias eu **PASSARIA** aí para te ver, mas infelizmente não tenho as mesmas. (C.Adó., Rg.2, p.02, L. 39)
- (145) Você podia marcar hora no tio Dioni prá mim? Se não puder na 6<sup>a</sup> à tarde, fica para 2<sup>a</sup> feira de manhã, aí a gente **VIRIA** de tarde... (C.Adu., DO, p.01, L.19)

IMP:

- (146) ... Quer me animar, Lúcio? Não que eu mereça ser animada, mas mereço como qualquer pessoa ter os pés em cima da terra. Eu queria fazer uma história cheia de todos os instantes, mas isso **SUFOCAVA** o próprio personagem. Acho mesmo que meu mal é querer ter todos os instantes. (C.E., CL 16, L. 47)

IA+V:

- (147) Nos nossos planos **ÍAMOS COMPRAR** as encomendas do descascador (...) Mas agora não dá mais tempo. Vou tentar ainda comprar... (C.Adu., ZI, p.01, L.08)

### 5- Seqüências com atos de fala diretivos (fator exclusivo da amostra Cartas):

Inclui convites, ofertas, conselhos, sugestões e pedidos. Só foram encontradas ocorrências em FP:

#### 5a- Conselhos ou sugestões:

- (148) O Herberto trouxe a notícia da sua pedra renal, coisa que dói como o diabo e ainda tem a inconveniência de se repetir. Portanto **SERIA** bom que você tomasse as precauções dissolventes. (C.E., MR2, p.01, L.03)

#### 5b- Pedidos:

- (149) ... Então te pergunto: se você puder comprá-lo e me enviar, não **SERIA** mais barato? Ou melhor ainda, se você pudesse fotocopiá-lo (xerocá-lo) acho que **SERIA** ainda mais barato. (C.Adu., MP, p.02, L.12)

#### 5c- Convites ou ofertas:

- (150) V. querendo algum livro daqui (ou qualquer outra coisa) me avise; (...) Mas avise mesmo; não me dá trabalho nenhum e me **DARIA** um grande prazer. (C.E., RB8, p.01, L.33)

Houve ainda - em relação à amostra PEUL - um uso denominado 'pergunta-eco' cujas ocorrências foram excluídas da contagem para o grupo 'tipo de texto' através de uma estratégia de codificação. Os casos são muito poucos e não representam de fato um gênero ou tipo de texto, são apenas frases que repetem aquilo que foi perguntado pelo entrevistador com vistas a confirmar se a pergunta foi bem ouvida ou compreendida (função fática). Exemplos:

- (151) F- Como eu **FARIA**? (PEUL Inf.56 L.175 9)  
 (152) F- Como é que eu **EDUCARIA**? (PEUL Inf.05 L.168 3)  
 (153) F- O que eu -- que eu **FAZIA** o quê? (PEUL Inf.05 L..189 8)  
 (154) F- O que eu **FARIA**? (PEUL Inf. 04 L.150 1)

### 6.5.1 - TIPO DE TEXTO - AMOSTRA PEUL

Este grupo foi selecionado somente para a variante FP. Os resultados combinam com nossas expectativas de que estruturas argumentativas fossem as que mais favoreceriam o emprego de FP, enquanto estruturas narrativas ou descritivas, as que menos favoreceriam.

O fator 'lista de atitudes hipotéticas' apresenta peso relativo ligeiramente abaixo do valor neutro .50, a saber .44.

TABELA 24: Influência do grupo de fatores TIPO DE TEXTO na escolha da variante FP. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
argumentativo	149/312	48%	.61
lista de atitudes hipotéticas	58/207	28%	.44
narrativo/ descritivo	21/141	15%	.33

Em rodadas da variante IMP anteriores à definitiva, este grupo de fatores havia sido selecionado de modo que o texto narrativo/descritivo demonstrou ser o mais favorecedor desta variante. Após obtermos os resultados finais de todas as variantes, realizamos, a título de experiência, uma nova rodada de IMP da qual foi excluído o grupo 'tempo & factualidade'. Como resultado, o programa selecionou dois novos grupos de fatores sem que a seleção dos demais (paralelismo e escolarização) e a hierarquia de seus respectivos fatores fossem afetadas. Esses grupos são 'tipo de texto' e 'ambiente sintático-semântico'.

No que se refere ao 'tipo de texto', tema da presente seção, a interferência do grupo 'tempo & factualidade' é facilmente compreendida, já que no que toca à variante IMP o tempo 'passado' e as estruturas de 'narrativa' possuem uma estreita relação. Assim, vejamos o resultado desta rodada experimental:

TABELA 25: Influência do grupo de fatores TIPO DE TEXTO na escolha da variante IMP em RODADA EXPERIMENTAL que exclui grupo ‘tempo & factualidade’.  
(Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
narrativo/ descritivo	73/141	52%	.65
lista de atitudes hipotéticas	63/207	30%	.46
argumentativo	93/312	30%	.46

Conforme podemos verificar, as estruturas narrativas e descritivas favorecem a escolha de IMP (.65), enquanto nos outros dois tipos de estruturas - a argumentativa e as listas - o IMP apresenta um desempenho equilibrado, tendo obtido o mesmo peso (.46).

A título de curiosidade, a frequência do fator ‘listas de atitudes hipotéticas’ é maior para a variante IA+V (84/207, isto é: 41%), o que leva à complementariedade entre os fatores deste grupo e as variantes. IA+V predomina neste tipo de texto provavelmente devido à noção de ‘intencionalidade’ presente no verbo auxiliar.

6.5.2 - TIPO DE TEXTO - AMOSTRA CARTAS

A variante FP apresenta, na amostra Cartas, um resultado coincidente com o que vimos na amostra PEUL: está bem mais presente em estruturas argumentativas do que em estruturas narrativas/descritivas. Nestas últimas, o IMP atinge sua maior percentagem.

TABELA 26: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo TIPO DE TEXTO na amostra Cartas.

Fatores:	IMP	FP	IA+V	IRIA+V	TOTAL
planos	02 (09%)	16 (18%)	02 (25%)	01 (14%)	21
narrativo ou descritivo	09 (39%)	14 (16%)	03 (37,5%)	02 (29%)	28
argumentativo	12 (52%)	48 (54%)	03 (37,5%)	04 (57%)	67
atos diretivos	--	11(12%)	--	--	11
TOTAL	23	89	08	07	127

Como já havíamos mencionado, o fator ‘atos de fala diretivos’, exclusivo da amostra Cartas, tem emprego categórico do FP. Este fator abrange duas características que levam à escolha desta variante. A primeira é a questão da polidez no tratamento do destinatário, visto que a categoria inclui convites, ofertas, conselhos, sugestões e pedidos. A segunda é a questão do tempo de referência destes atos. O ato diretivo coincide com a própria enunciação (tempo presente), mas se projeta em um mundo futuro, onde o que foi pedido, sugerido, aconselhado pode ou não ser acatado e realizado pelo destinatário. Como vimos na seção 6.3, referente ao grupo ‘tempo & factuality’, o futuro é a referência temporal preferida da variante FP.

Seguindo esta lógica e sabendo que os planos relatados nas cartas também se projetam em um tempo futuro, era de se esperar que este fosse um dos fatores favorecedores do uso de FP. Por outro lado, o IMP apresenta sua menor percentagem em se tratando de ‘planos’(09%).

As percentagens mais altas das variantes FP e IRIA+V se concentram no fator ‘texto argumentativo’, o que evidencia a preferência pelo morfema verbal de futuro do pretérito em situações discursivas em que os escritores das cartas expõem suas idéias sem pretenderem ser categóricos.

## 6.6 - CONTEXTO MODALIZADOR

Muitas vezes o informante, além de usar em seu discurso uma das variantes de que trata este trabalho, faz uso concomitante de outras formas lingüísticas que contribuem para a modalização do *irrealis*, e atenua, assim, consciente ou inconscientemente, sua responsabilidade sobre a verdade ou realização do seu enunciado.

Portanto, este grupo de fatores tem por objetivo o controle da presença vs. ausência de outras marcas de modalização de incerteza, além da ‘categoria gramatical de tempo/modo’, que já existe na própria ocorrência. Estas marcas podem estar no contexto antecedente ou subsequente à ocorrência. Convém que citemos a definição que o dicionário de Dubois et alii propõe para ‘modalizadores’, com a qual estamos de acordo:

*Chamam-se **modalizadores** os meios pelos quais um falante manifesta o modo como ele considera seu próprio enunciado; por exemplo, os advérbios talvez, provavelmente, as intercaladas pelo que eu creio, conforme a minha opinião, etc., indicam que o enunciado não está inteiramente assumido ou que a asserção está limitada a uma certa relação entre o sujeito e o seu discurso.*

(Dubois et alii, 1993: 415)

Ao investigar a influência da coexistência de outras expressões ou categorias gramaticais modalizadoras de *irrealis* sobre a escolha das variantes, trabalhamos com o pressuposto de que a presença de expressões do tipo “eu acho”, “quem sabe”, “suponho”, “não sei se...”, “pode ser” e “talvez”, que suavizam o grau de certeza da informação que está sendo transmitida, iniba o uso das variantes que possuem o morfema de futuro de pretérito (FP e IRIA+V) - de valor mais modal - , no sentido de se evitar uma redundância de informação.

Nesta variável os verbos modais não foram considerados, pois as variantes que analisamos podem estar presentes em sua própria conjugação (“podia”, “poderia”, “ia poder”, “devia”, “deveria” , etc.), à exceção do modal “poder” na expressão modalizadora de incerteza “pode ser”, com sujeito impessoal e conjugado no presente do indicativo, pois consideramos esta construção como gramaticalizada em advérbio de dúvida equivalente a “talvez”. Como dissemos, os verbos modais terão um tratamento à parte nesta pesquisa (capítulo 7).



Seguem-se os fatores do grupo ‘contexto modalizador’:

1- Presença de contexto modalizador:

Através do uso de expressões modalizadoras de *irrealis*, o informante não se compromete com a verdade de seus enunciados. Esse fator inclui:

- Advérbios ou expressões adverbiais: “talvez”, “quem sabe”, “de repente (= quem sabe)”, “não sei”, “sei lá”, “pode ser”, “será”;
- Orações principais com verbos de opinião/cognição que funcionam apresentando um enunciado, ao mesmo tempo que imprimem a este uma marca de incerteza, de dúvida: “acho que...”, “não sei se...”;
- Modo subjuntivo (incluindo o {-sse} da prótase);
- Prótases;
- Frase interrogativa.

Exemplos:

IMP:

(155) **PREFERIA** que você tivesse aparecido aqui. (C.Adu., MA, p.02, L.08)

(156) [Narrativa sobre cartão de loteria que a informante preencheu mas não apostou.] F- "Ele está com um negócio lá, mamãe, de jogo. negócio de loteria." Eu digo: "Será que eu GANHAVA na loteria? " ... (PEUL Inf.12 L.103 7)

FP:

O exemplo a seguir está repleto de expressões modalizadoras de incerteza:

(157) E- Você acha que se você se mudasse daqui de Inhaúma, daria certo para a sua família, para você? A coisa melhoraria?

F- De repente, pode até melhorar, né? mas sei lá, (...) Quem sabe eu até gostaria de me mudar, **SERIA** melhor para o meu pai, né?... (PEUL Inf.56 L.017 1)

IA+V e IRIA+V:

(158) Olha, se eu ganhasse [na Loto], (...) Eu acho que eu **IA TER** uma vida mais folgada, mas que **IRIA CONTINUAR** sendo do mesmo jeito que eu sou atualmente,... (PEUL Inf.42 L.150 1)

## 2- Ausência de contexto modalizador:

Foram assim codificados os dados que não co-ocorreram com nenhuma das expressões apresentadas e exemplificadas no item 1, acima, como no exemplo (159).

- (159) [Rubem Braga descreve, em uma de suas cartas, um trabalho que pretende escrever sobre a beleza feminina] ... com toda essa miséria monstruosa do cristianismo contra mulheres bonitas. Minha these **ERA** declarar patheticamente a benemerencia publica e universal da mulher bonita pelo bem enorme inapreciável que ela faz. **SUSTENTARIA** essa these com argumentos e evidências de toda a espécie, inclusive esse de que na vida diária... (C.E., RB 6, L. 16 e 18)

### 6.6.1 - 'CONTEXTO MODALIZADOR - AMOSTRA PEUL

Este grupo de fatores foi selecionado na amostra PEUL somente para uma das variantes, a saber: IRIA+V. Os pesos relativos revelam que o uso desta variante é inibido (.42) ao co-ocorrerem advérbios ou outras expressões lingüísticas modalizadoras. Pelo contrário, a forma IRIA+V parece preferir contextos onde não haja modalizadores (.95).

A explicação para este resultado pode estar nas próprias características de “iria”, que além de ser um verbo auxiliar, carrega a marca gramatical de futuro do pretérito. Esta combinação de características, em princípio, confere ao auxiliar “iria” um forte valor de modalidade. Ao optar por esta variante, o locutor pode dispensar outros modalizadores.

TABELA 27: Influência do grupo de fatores CONTEXTO MODALIZADOR na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
ausência de modalizadores de <i>irrealis</i>	05/67	07%	.95
presença de modalizadores de <i>irrealis</i>	10/601	02%	.42

### 6.6.2 - CONTEXTO MODALIZADOR - AMOSTRA CARTAS

Os modalizadores das cartas não são de quantidade e variedade equiparadas aos da amostra de língua falada. Naquelas há uma frequência de 68,5 % (87/127) de presença de modalizadores, que são basicamente prátases e orações principais (“acho que...”, “não sei se...”), enquanto nesta há 90% (601/668) de modalizadores, entre os quais figuram alguns escassos ou inexistentes nas cartas, como: “sei lá”, “quem sabe”, “pode ser”, etc.

TABELA 28: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo CONTEXTO MODALIZADOR na amostra Cartas.

Fatores:	IMP	FP	IA+V	IRIA+V	TOTAL
ausência de modalizador de <i>irrealis</i>	11 (48%)	25 (28%)	02 (25%)	02 (29%)	40
presença de modalizador de <i>irrealis</i>	12 (52%)	64 (72%)	06 (75%)	05 (71%)	87
TOTAL	23	89	08	07	127

Parece-nos que este grupo de fatores não exerce influência significativa sobre os dados na amostra Cartas, pois as variantes apresentam distribuição similar, sendo a presença de modalizador de *irrealis* um fator favorecedor em relação ao uso de todas elas. A variante IMP, porém, apresenta um certo equilíbrio entre a ausência e presença de modalizadores, o que significa que esta variável não é relevante à escolha desta forma.

### 6.7 - IDADE

Esse grupo se divide em dois fatores: informantes com idade de 14 até 25 anos e informantes com idade de 26 até 55 anos. No início da pesquisa pensamos em varrer as entrevistas de crianças da amostra PEUL, mas essa intenção foi abandonada por conta da inclusão da amostra Cartas na investigação, pois nesta última amostra as idades dos

informantes variam de 14 a 55. Assim, resolvemos equiparar as faixas etárias dos informantes.

6.7.1 - IDADE - AMOSTRA PEUL

O grupo de fatores social ‘idade’ foi selecionado para três variantes: FP, IA+V e IRIA+V. Vejamos os resultados:

TABELA 29: Influência do grupo de fatores IDADE na escolha da variante FP.  
(Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
mais de 25 anos	128/308	42%	.56
até 25 anos	106/360	29%	.45

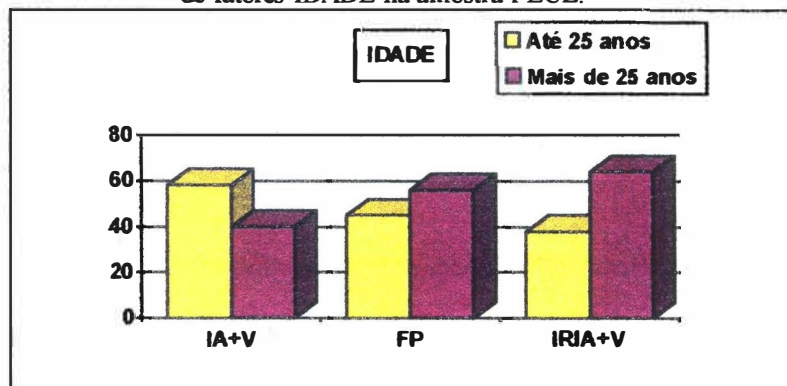
TABELA 30: Influência do grupo de fatores IDADE na escolha da variante IA+V. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
até 25 anos	131/360	36%	.58
mais de 25 anos	57/308	19%	.40

TABELA 31: Influência do grupo de fatores IDADE na escolha da variante IRIA+V. (Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
mais de 25 anos	10/308	03%	.64
até 25 anos	05/360	01%	.38

GRÁFICO 01: Pesos relativos das variantes IA+V, FP e IRIA+V no grupo de fatores IDADE na amostra PEUL.



As tabelas e o gráfico acima mostram que os informantes com mais de 25 anos de idade preferem usar o morfema de futuro do pretérito, seja na forma simples do verbo (.56) ou em sua forma perifrástica (no auxiliar “ir”) (.64). A variante IA+V, por sua vez, é a preferida dos informantes com menos de 25 anos de idade (.58).

Embora a variante IMP não tenha selecionado em suas rodadas o grupo ‘idade’, podemos dizer, a título de curiosidade, que os resultados percentuais (obtidos pelo MAKECELL) estão relativamente aproximados: 37% de ocorrências para os informantes com mais de 25 anos de idade e 33% para os com até 25 anos.

Para a Teoria da Variação e Mudança Lingüística, a variável ‘idade’ pode ser muito útil à investigação da substituição de uma variante por outra no decorrer do tempo. Quando não é viável o controle da atuação de variantes em diversas épocas, isto é, o estudo da mudança lingüística em tempo real <sup>43</sup>, pode-se optar por uma investigação da mudança em tempo aparente, o que é realizado através do grupo de fatores ‘idade’. A grosso modo, os informantes mais velhos preferem as formas mais antigas e os mais jovens, as inovadoras. Em outras palavras,

*Sob a hipótese clássica, o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente quinze anos de idade. Assim sendo, a fala de uma pessoa com sessenta hoje representa a língua de quarenta anos atrás, enquanto*

*outra pessoa com quarenta anos hoje nos revela a língua de há apenas vinte e cinco anos.*

(Naro, in: Mollica (org.), 1992: 82)

Os resultados de que dispomos sobre os usos das variantes entre as faixas etárias não nos permitem estabelecer afirmações, mas apenas especulações, sobre mudança lingüística a partir do tempo aparente, já que nossa amostra é limitada, não compreendendo, por exemplo, entrevistas com crianças. Assim, levantamos as seguintes questões sobre o português atual do Rio de Janeiro:

- Seria IA+V um uso relativamente novo, que vem conquistando espaço junto ao IMP na expressão de um significado tradicionalmente expresso pelo FP?
- Estaríamos diante da mesma tendência a substituir, na fala, as formas sintéticas de conjugação verbal pelas perifrásticas, como se observa no futuro do presente sintético (“cantarei”/ “vou cantar”) e no mais-que-perfeito simples (“cantara”/ “tinha cantado”), quase inexistentes no português falado no Brasil?
- Posto que o morfema de futuro do pretérito (característica das variantes FP e IRIA+V) é preferido dos informantes mais velhos, seria esta uma forma conservadora?

#### 6.7.2 - IDADE - AMOSTRA CARTAS

Como já havíamos dito, um dos motivos que nos impediu de aplicar à amostra Cartas o pacote VARBRUL foi justamente a má distribuição dos informantes desta amostra quanto aos fatores sociais. A despeito deste problema, mostraremos os

resultados percentuais para que alguma comparação seja realizada em relação aos resultados da amostra de língua falada.

TABELA 32: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V entre os fatores do grupo IDADE na amostra Cartas.

Fatores:	IMP	FP	IA+V	IRIA+V	TOTAL
até 25 anos	08 (35%)	22 (25%)	04 (50%)	05 (71%)	39
mais de 25 anos	15 (65%)	67 (75%)	04 (50%)	02 (29%)	88
TOTAL	23	89	08	07	127

Como na amostra PEUL, o FP é a variante preferida dos informantes com mais de 25 anos de idade (75% de uso desta variante nesta faixa etária), mas, diferentemente do resultado que obtivemos naquela amostra, IRIA+V na língua escrita é mais comum entre os mais jovens do que entre os com mais de 25 anos de idade, embora seja pequeno o número de dados para que cheguemos a qualquer conclusão significativa.

O IMP, que na fala apresentou distribuição relativamente equilibrada para a variável 'idade' (o que acarretou a não seleção desta pelo programa), na escrita, embora em número muito inferior ao FP, também é uma variante usada mais pelos mais velhos do que pelos mais jovens. Já a variante IA+V, tida na amostra de língua falada como preferida dos mais jovens, apresentou, na amostra Cartas, uma distribuição idêntica para jovens e adultos (50%). Mais uma vez chamamos a atenção sobre o pequeno número de dados desta variante, o que nos impede de traçar conclusões.

Ao comparar os resultados das perífrases nas duas amostras (tabelas 05 e 06), podemos constatar que IA+V é uma forma típica da fala: apresenta 8 casos na escrita vs. 188 na fala; quanto a IRIA+V, há 7 casos na escrita vs. 15 na fala, basicamente presentes nas cartas de informantes mais jovens. Conforme veremos na seção 6.9, uma das características dos mais jovens de nossa amostra Cartas é a artificialidade com que escrevem: devido a sua pouca experiência com a escrita culta, eles buscam artifícios para

aproximar-se desta, numa tarefa que acaba misturando informalidade (as cartas, por serem pessoais, possuem vocabulário basicamente informal) com uma tentativa de rebuscamento.

## 6.8 - ESCOLARIZAÇÃO

Sabemos que a escola exerce um papel de destaque no que diz respeito ao domínio da norma culta, prestigiada. Por conseguinte, torna-se imprescindível controlar o tempo que cada informante passou na escola, através de um grupo de fatores.

Livros didáticos não costumam fazer alusão à alternância FP vs. IMP, simplesmente definem e ilustram o uso de um e outro tempo verbal separadamente. Em linhas gerais, vinculam o IMP à idéia de um passado habitual e o FP à expressão de um evento irreal, possível, provável, ou improvável (cf. capítulo 1).

Como vimos na seção 4.2, algumas gramáticas normativas da língua portuguesa prevêem o uso do IMP pelo FP, mas costumam relacionar esse fenômeno a um emprego informal, oral e familiar da língua. O uso das perífrases IA+V e IRIA+V não é sequer comentado nas gramáticas que pesquisamos, tendo aparecido somente em exemplos de como se deve empregar os discursos direto e indireto, em Garcia (1992: 117), que não é uma gramática propriamente dita, mas uma obra direcionada a desenvolver a redação do aluno.

Ainda que a alternância que investigamos nesta pesquisa não seja objeto de ensino prescritivo e o uso do IMP no lugar de FP não seja propriamente estigmatizado pelos normativistas, nota-se que no âmbito da língua culta, o FP é a forma prestigiada. Assim, preferimos falar em forma prestigiada (FP) e forma não-prestigiada (IMP), de modo que



esperamos que quanto mais tempo de escolarização o informante tiver, maior será o uso de FP, e quanto menos anos de escolarização, maior o uso de IMP.

As perífrases com “ir”, como dissemos, não são citadas nos livros didáticos e tampouco recebem algum tipo de comentário nas gramáticas normativas, embora conforme vimos na tabela 05, a construção IA+V divida espaço equivalente com IMP e FP na língua falada.

No entanto, espera-se que o efeito da escolarização seja mais perceptível em se tratando de língua escrita, pois as atividades escolares se concentram basicamente em desenvolver as estratégias de domínio da língua através de exercícios escritos, de atividades de leitura e de elaboração de redações. Já no início do presente capítulo, as tabelas 05 e 06 anunciam a preferência da língua escrita pela forma prestigiada no ambiente escolar/acadêmico, a saber a variante FP, que representou 70% das ocorrências, enquanto a língua falada distribui equilibradamente suas ocorrências entre IMP, FP e IA+V.

#### 6.8.1 - ESCOLARIZAÇÃO - AMOSTRA PEUL

O grupo ‘escolarização’ foi selecionado nas rodadas das variantes IMP e IA+V, curiosamente apresentando uma distribuição complementar: o IMP, como esperávamos, recebe um peso relativo menor conforme aumenta o tempo de escolarização dos informantes (tabela 33, abaixo); IA+V, por outro lado, é mais usado quanto maior é o tempo de escolarização (tabela 34), embora os resultados dos dois menores níveis de escolarização estejam bastante próximos.

TABELA 33: Influência do grupo de fatores ESCOLARIZAÇÃO na escolha da variante IMP.  
(Amostra PEUL.)

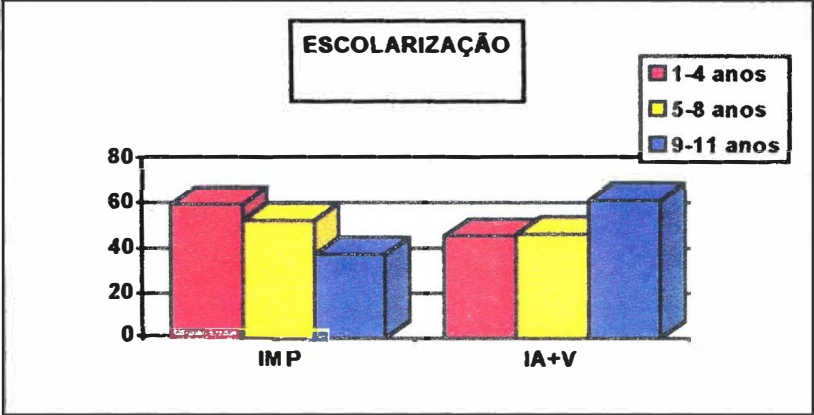
Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
até 4 anos de escolarização	110/256	43%	.59
de 5 a 8 anos de escolarização	79/213	37%	.52
de 9 a 11 anos de escolarização	42/199	21%	.37

TABELA 34: Influência do grupo de fatores ESCOLARIZAÇÃO na escolha da variante IA+V.  
(Amostra PEUL.)

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
De 9 a 11 anos de escolarização	65/199	33%	.61
De 5 a 8 anos de escolarização	48/213	23%	.46
Até 4 anos de escolarização	75/256	29%	.45

No gráfico 02 temos a visualização destes resultados:

GRÁFICO 02: Pesos relativos das variantes IMP e IA+V no grupo de fatores ESCOLARIZAÇÃO na amostra PEUL.



Com a finalidade de pesquisar o porquê da preferência da variante IA+V pelos informantes da amostra PEUL com escolaridade mais alta, investigamos se a distribuição dos dados do grupo ‘escolarização’, se comparada à distribuição do grupo ‘idade’, se encontra bem equilibrada. Como vimos na seção 6.7.1, esta variante é a preferida dos informantes mais jovens, daí a necessidade de se saber se o uso de IA+V no nível de segundo grau (de 9 a 11 anos de escolarização) está concentrado nos jovens. Para tanto, realizamos um cruzamento entre os grupos de fatores ‘escolarização’ e ‘idade’ e esta suspeita foi confirmada.

TABELA 35: Cruzamento (CROSSTAB) entre os grupos de fatores IDADE e ESCOLARIZAÇÃO, tendo a variante IA+V como valor de aplicação. (Amostra PEUL.)

<b>Escolarização/ Idade</b>	<b>Mais de 25</b>	<b>Até 25</b>	<b>TOTAL</b>
De 9 a 11 anos de escolarização	18/94 (19%)	47/105 (45%)	65/199 (33%)
De 5 a 8 anos de escolarização	16/98 (16%)	32/115 (28%)	48/213 (23%)
Até 4 anos de escolarização	23/116 (20%)	52/140 (37%)	75/256 (29%)
<b>TOTAL</b>	57/308 (19%)	131/360 (36%)	188/668 (28%)

Conforme observamos na tabela 35, há uma diferença sensível quanto ao uso da variante pelos mais escolarizados mais velhos - 19% - e mais jovens - 45%. Esta última frequência é a responsável pelo favorecimento do resultado total do fator 'de 9 a 11 anos de escolarização'.

Apesar de a rodada da variante FP não ter sido selecionada, convém que mostremos seus resultados percentuais, já que é esta a que carrega o status de variante prestigiada.

TABELA 36: Frequências obtidas para o grupo de fatores ESCOLARIZAÇÃO em relação ao uso da variante FP na amostra PEUL.

<b>Fatores:</b>	<b>Aplic./total</b>	<b>Freq. (%)</b>
De 9 a 11 anos de escolarização	84/199	42%
De 5 a 8 anos de escolarização	81/213	38%
Até 4 anos de escolarização	69/256	27%

Os resultados obtidos através do programa MAKECELL confirmam nossa expectativa: quanto menor é o tempo de escolarização do informante menor é a frequência do uso de FP.

#### 6.8.2 - ESCOLARIZAÇÃO - AMOSTRA CARTAS

Entre os totais de dados de cada fator do grupo 'escolarização' na amostra Cartas, há uma grande concentração no grupo de informantes com nível superior completo (cf.

tabela 37, abaixo), o que simplesmente reflete que esta amostra é constituída na sua maioria por este grupo (ou por universitários, em segundo lugar).

Devido a este tipo de distribuição, uma leitura vertical dos resultados mostra que as percentagens aumentam conforme aumenta o nível de escolaridade dos informantes. A exceção é IRIA+V, ou seja: são justamente os menos escolarizados os que mais usam essa variante. Essa característica será retomada na seção a seguir.

TABELA 37: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo ESCOLARIZAÇÃO na amostra Cartas.

<b>Fatores:</b>	<b>IMP</b>	<b>FP</b>	<b>IA+V</b>	<b>IRIA+V</b>	<b>TOTAL</b>
até 11 anos de escolariz.	02 (09%)	05 (06%)	01 (12,5%)	04 (57%)	12
nível superior incompleto	06 (26%)	17 (19%)	03 (37%)	01 (14%)	27
nível superior completo	15 (65%)	67 (75%)	04 (50%)	02 (29%)	88
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>89</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>127</b>

A maior percentagem da tabela (75%) se refere ao uso do FP pelos informantes mais escolarizados, o que também acontece nos resultados percentuais desta variante na amostra PEUL.

## 6.9 - TIPO DE ATIVIDADE (DO INFORMANTE) - AMOSTRA CARTAS

Este grupo de fatores é peculiar à amostra Cartas porque esta possui um conjunto de correspondências - as produzidas pelos escritores profissionais - que se destaca das demais por dois motivos: em primeiro lugar, os escritores utilizam a língua como o próprio instrumento de trabalho; em segundo lugar, conforme vimos na seção 5.1.2, o total de ocorrências coletadas para este conjunto é quase igual à soma das coletadas em todos os outros conjuntos.

Dadas estas considerações, os fatores estipulados para este grupo foram:

1- Atividade literária:

Ocorrências presentes nas cartas de informantes que exercem atividade literária: os escritores.

2- Atividade não-literária:

Ocorrências presentes nas cartas de informantes que não exercem atividade literária: os estudantes e os profissionais não-escritores.

Vejamos os resultados:

TABELA 38: Distribuição das variantes IMP, FP, IA+V e IRIA+V pelos fatores do grupo TIPO DE ATIVIDADE DO INFORMANTE (exclusivo da amostra Cartas).

<b>Fatores:</b>	<b>IMP</b>	<b>FP</b>	<b>IA+V</b>	<b>IRIA+V</b>	<b>TOTAL</b>
literária	11 (48%)	48 (54%)	02 (25%)	--	61
não-literária	12 (52%)	41 (46%)	06 (75%)	07 (100%)	66
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>89</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>127</b>

A tabela acima indica que tanto os informantes que exercem atividade literária quanto os que não a exercem utilizam a variante IMP aproximadamente na mesma proporção. Os que exercem atividade literária usam a forma FP mais do que os outros informantes e evitam usar as perífrases. A propósito, a forma IRIA+V é usada categoricamente pelos informantes que não são escritores, o que poderia parecer, à primeira vista, um resultado inesperado. No entanto, Paredes Silva (1994: 67-74) - num estudo sobre marcas de oralidade na língua escrita - constata que, surpreendentemente, esse conjunto de cartas pessoais de jovens, quando comparadas às de informantes escritores, apresentam menos marcas de oralidade do que estas últimas.

Em outras palavras, os informantes mais jovens e menos acostumados com o domínio da escrita tentam imprimir a suas cartas algumas características de texto escrito: SNs complexos, “lhe” em vez de “te”, voz passiva, etc., o que acaba por conferir a esses

textos certa artificialidade. Os escritores, por outro lado, usam mais marcas de oralidade em seus textos (discurso direto, dupla negativa, repetição, “te” no lugar de “lhe”, etc.), o que se justifica pela consciência maior por parte destes a respeito de registros de língua escrita. Sendo a carta pessoal algo como uma conversa escrita, são estes os mais bem-sucedidos na tarefa de aplicar estratégias de envolvimento a suas cartas, de modo a torná-las mais próximas da língua oral.

7 - VERBOS MODAIS

Givón (1995:115), ao tratar da distribuição do *irrealis* por contextos gramaticais (cf. nossa seção 2.3.2), considera, entre outros itens, os seguintes contextos: o tempo verbal e os auxiliares modais. Se entendemos que os verbos modais já são, em si, denotadores de *irrealis*, o que se dizer de um verbo modal conjugado no futuro do pretérito, tempo verbal por excelência denotador de irrealidade, o qual alguns gramáticos chegam a nomear como ‘condicional’? Em princípio, a hipótese é de que os próprios verbos modais já indicam a irrealidade e/ou a subjetividade do falante, de modo que a marca {-ria} seria redundante na expressão desse *irrealis*.

Esta pode ser uma explicação para a o maior uso de IMP do que de FP nos modais de nossos dados, somando-se as amostras PEUL e Cartas:

TABELA 39: Distribuição dos verbos MODAIS - em seus diversos itens lexicais - nas amostras PEUL e Cartas por entre as variantes IMP, FP e IA+V. Obs. não ocorreu IRIA+V em modais. (Perspectiva horizontal de leitura da tabela.)

ITEM LEXICAL	IMP	FP	IA+V	TOTAL
poder	53 (56%)	40 (42%)	02 (02%)	95
dever	42 (58%)	31 (42%)	--	73
ter de (que)	29 (69%)	08 (19%)	05 (12%)	42
outros *	16 (70%)	06 (26%)	01 (04%)	23
TOTAL	140 (60%)	85 (36%)	08 (03%)	233

\* Outros itens lexicais: “pretender”, “preferir”, “precisar” e “tentar”.

Na tabela acima vemos que, para todos os itens lexicais, o IMP é a flexão mais utilizada, apresentando um índice total superior à soma das outras variantes (60%), o FP tendo ocorrido em apenas 36% do total dos verbos modais.

A variante IRIA+V não foi utilizada em modais em nenhuma das amostras. Conforme constatamos na seção 6.6, sobre o grupo de fatores ‘contexto modalizador’, esta variante é favorecida quando não há expressões modalizadoras ao lado das ocorrências, pois o próprio auxiliar “iria” carrega essa semântica modalizadora. O

mesmo raciocínio nos leva a compreender a inibição do uso desta variante em verbos modais.

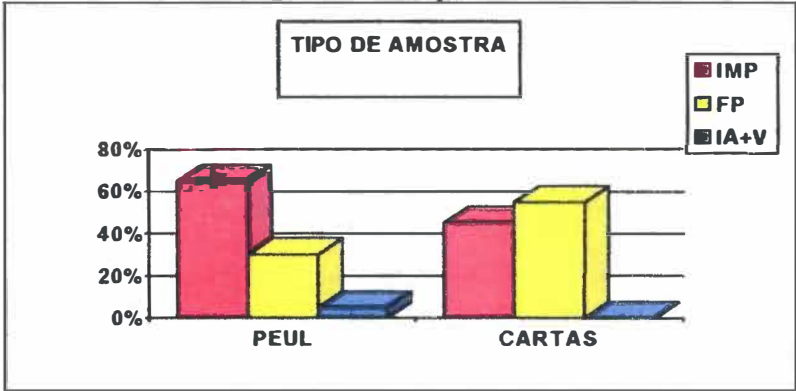
Como dissemos acima, se o modal já carrega, por definição, a marca da modalização e se quando conjugado no FP representa uma redundância de informação (*irrealis*), disso resulta o uso restrito desta forma em modais. O FP se torna, assim, a forma marcada (cf. seção 3.2.2 desta dissertação e Givón, 1990: 947). Posto isto, nos posicionamos diante de uma tarefa: a de verificar que fatores sociais e lingüísticos levam o modal em -ria a ainda persistir.

Para começar, façamos uma comparação do comportamento dos modais nas amostras de língua falada e escrita:

TABELA 40: Distribuição dos dados de verbos MODAIS das amostras de língua falada (PEUL) e escrita (Cartas) por entre as variantes IMP, FP e IA+V. (Perspectiva horizontal de leitura da tabela.)

TIPO DE AMOSTRA	IMP	FP	IA+V	TOTAL
FALA (PEUL)	114(65%)	53 (30%)	08 (05%)	175
ESCRITA (CARTAS)	26 (45%)	32 (55%)	--	58
TOTAL	140 (60%)	85 (38%)	08 (03%)	233

GRÁFICO 03: Percentagens das variantes IMP, FP e IA+V em verbos MODAIS distribuídas pelas amostras PEUL e Cartas.



A tabela 40 e o gráfico 03 mostram que o traço ‘modalidade escrita’ vs. ‘modalidade oral’ da língua se superpõe ao tipo de forma utilizada no verbo, isto é, o FP é típico da língua escrita na modalização do *irrealis* ainda que aplicado a verbos modais.



Entretanto, devemos levar em consideração que os informantes das cartas não apresentam a mesma distribuição quanto à escolaridade que os informantes do PEUL, existindo, entre aquele grupo, informantes de nível superior completo ou incompleto (cf. seções 5.1.1 e 5.1.2). Isto porque constatamos que a amostra Cartas não foi constituída visando a uma estratificação social. Assim sendo, quase todos estes dados se concentrando em informantes de nível superior completo (cf. seção 6.8.2). Vejamos a influência destes fatos na distribuição das variantes em verbos modais.

TABELA 41: Distribuição dos níveis de escolarização dos informantes pelas variantes IMP, FP e IA+V - em verbos MODAIS - nas amostras PEUL e Cartas. (Perspectiva horizontal de leitura da tabela.)

ESCOLARIZAÇÃO	IMP	FP	IA+V	TOTAL
até 4 anos (só PEUL)	47 (76%)	14 (23%)	01 (02%)	62
de 5 a 8 anos (só PEUL)	37 (61%)	22 (36%)	02 (03%)	61
de 9 a 11 anos (PEUL e Cartas)	31 (57%)	18 (33%)	05 (09%)	54
nível superior (completo ou não /só Cartas)	08 (36%)	14 (64%)	--	22
Escritores (só Cartas)	17 (50%)	17 (50%)	--	34
TOTAL	140 (60%)	85 (36%)	08 (03%)	233

O FP demonstra ser a forma preferida dos informantes da amostra Cartas com nível superior completo ou incompleto. Curiosamente, estes e os escritores não utilizaram a perífrase 'IA + modal + infinitivo' em suas cartas. O IMP é nitidamente a forma usada pelos menos escolarizados.

Submetemos a amostra de verbos modais ao pacote VARBRUL, excluindo a variante IA+V, devido à pouca representatividade de seus dados, e tomando FP como valor de aplicação, já que esta é a forma marcada em modais. A variável 'escolarização' foi selecionada em terceiro lugar, apresentando resultados parecidos com as freqüências da tabela acima, para a variante FP, ou seja os informantes de nível superior (não-escritores) são os que mais utilizam esta variante e os informantes de até 4 anos de escolarização são os que menos usam.

TABELA 42: Influência do grupo de fatores ESCOLARIZAÇÃO na escolha da variante FP na em verbos MODAIS nas amostras PEUL e Cartas.

Fatores:	Aplic./total	Freq. (%)	P. relativo
nível superior (completo ou não /só Cartas)	14/22	64%	.81
de 5 a 8 anos (só PEUL)	22/59	37%	.62
Escritores (só Cartas)	17/34	50%	.61
de 9 a 11 anos (PEUL e Cartas)	18/49	37%	.39
até 4 anos (só PEUL)	14/61	23%	.29

A seguir apresentaremos, em ordem de relevância, os grupos de fatores lingüísticos selecionados na rodada do pacote VARBRUL em verbos modais. Foram testados os mesmos grupos de fatores analisados para os verbos não-modais (capítulo 6), com o acréscimo de um outro ao qual denominamos ‘valor semântico do verbo’, que controla os diversos valores epistêmicos e deônticos que o modal pode apresentar.

O grupo selecionado em primeiro lugar de relevância foi ‘tempo & factuality’, no qual o fator ‘futuro não-factual’, assim como no resultado dos verbos não-modais da amostra PEUL (cf. seção 6.3.1) e da amostra Cartas (cf. seção 6.3.2), foi determinante na escolha de FP:

TABELA 43: Influência do grupo de fatores TEMPO & FACTUALIDADE na escolha da variante FP em verbos MODAIS nas amostras PEUL e Cartas.

Fatores:	Aplic./Total	Freq. (%)	P. relativo
Futuro não-factual	16/20	80%	.90
Presente contrafactual	51/117	44%	.64
Passado contrafactual	10/35	29%	.41
Futuro do passado	02/05	40%	.32
Passado não-factual	06/48	13%	.12

A seleção apontou em segundo lugar de relevância o grupo de fatores ‘semântica do verbo’, que explicitaremos a seguir, antes da análise de seus resultados.

Anteriormente (cf. seções 2.3.3 e 3.2.2) havíamos formulado a hipótese de que a distinção entre as modalidades epistêmica e deôntica provavelmente exerceria alguma

influência sobre a escolha das variantes em verbos modais. Vamos, a partir deste momento, deter-nos na investigação desta hipótese.

Conforme vimos na seção 2.3.3, Silva-Corvalán e (1988) e Costa (1995) tratam da relação entre os verbos modais e as modalidades epistêmica e deôntica. Ainda que somente aquela autora o tenha feito em um texto sobre a variação IMP vs. FP, sua apresentação é bastante breve, aborda a língua padrão e utiliza exemplos fabricados e não os dados de seu corpus. É no trabalho de Costa (1995) que encontramos informações relevantes a este capítulo. Portanto, retomemos algumas de suas idéias.

Costa (1995) disserta sobre várias estratégias discursivas das quais o falante dispõe para criar a modalização do *irrealis*. Entre estas, a autora destaca três tipos a serem detalhados: os verbos auxiliares modais, os advérbios modais e as categorias gramaticais tempo/modo. Os auxiliares modais desfrutam de um enfoque especial em seu trabalho, em primeiro lugar, por terem apresentado uma alta frequência de ocorrências e, em segundo lugar, por revelarem uma complexidade semântica que carece de análise cuidadosa.

A partir da distinção entre modalidades epistêmica e deôntica realizada por Palmer (1986) para os verbos modais ingleses *may*, *must* e *should*, a autora traça uma comparação com “poder”, “dever” e “ter que”, que, respectivamente, parecem ser seus correspondentes e que, como em inglês, apresentam variedade semântica (Costa, 1995: 50-5).

Para o modal “poder” (p. 87-110), a autora aponta as seguintes noções, que acompanham uma gradação que vai de um valor mais lexicalizado e radical <sup>44</sup> até o mais gramaticalizado, epistêmico e discursivo (este último tendo como exemplo prototípico a

expressão “pode ser”, usada praticamente como um advérbio epistêmico que relativiza o enunciado do falante, correspondendo a “talvez”):

### PODER

- (1) capacidade
- (2) permissão          uso mais lexicalizado (valor lógico, radical)
- (3) possibilidade: uso mais gramaticalizado (valor epistêmico)
- (4) eventualidade: uso mais discursivo (valor epistêmico)

No que diz respeito às noções que o modal “dever” (p.111-133) carrega, a autora igualmente as localiza em uma gradação que vai do valor mais radical ao mais epistêmico e discursivo (este último sendo concretizado pela expressão “deve ser” significando ‘suposição’):

### DEVER

- (1) necessidade
- (2) obrigação          uso mais lexicalizado (valor lógico, radical)
- (3) conveniência
- (4) probabilidade : uso mais gramaticalizado (valor epistêmico)
- (5) suposição : uso mais discursivo (valor epistêmico)

Costa (1995: 113) apresenta uma tabela com a distribuição estatística dos valores semânticos de “dever” em seu corpus, na qual constata uma alta frequência do uso deste modal com valor epistêmico. A hipótese da autora é a de que este modal esteja em processo de gramaticalização, sendo cada vez mais usado como modalizador epistêmico de todo o enunciado. Caberia, então, ao modal “ter de (que)” a expressão dos valores lógicos ‘obrigação’ e ‘necessidade’.

## TER DE (QUE)

(1) necessidade

(2) obrigação

Assim, “ter de (que)”, segundo a autora, varia com “dever” na expressão destes valores lógicos, e, em suas palavras, este uso constitui um “mecanismo compensatório provocado pelo esvaziamento semântico de *dever* no processo de gramaticalização...” (Costa, 1995: 114).

Ilustraremos com exemplos retirados de nossas amostras a variedade de valores semânticos expressos pelos modais:

### 1- NECESSIDADE (ter de (que), dever):

Segundo Costa (1995: 111), em relação ao valor ‘necessidade’, “O falante atribui a fatores externos, de caráter não-facultativo, a imposição para a realização ou não do verbo predicator.”

(160) [Tema: loteria] E- Para você conhecer tudo, tudo, precisa ganhar muito!  
F- Pois é! **TINHA QUE** ganhar sozinha, não é? Sozinha. (PEUL Inf.05 L.146 5)

(161) [Tema: assalto] a polícia de lá [Tijuca] não adianta, porque o Salgueiro ali, não é? **DEVERIA** ter uma patrulhinha toda hora rondando. (PEUL Inf.24 L.165 6)

### 2- OBRIGAÇÃO (ter de (que), dever):

Segundo Costa (1995: 56), a ‘obrigação’ é “normalmente derivada de norma moral, moda ou convenção social: ex: [o bom governante *deve* fazer de tudo para melhorar as condições de vida do povo]”. Já o valor ‘conveniência’ é definido pela autora como expressando um uso “em que a motivação não parte de uma imposição social e sim de uma exigência pessoal, voltada mais para o bem-estar físico ou psíquico:

ex.: [você *deveria* parar de fumar porque senão vai morrer cedo]”.(idem.) Os nossos exemplos para o valor ‘obrigação’ são os seguintes:

(162) ... dei adiantado ao Borges 10 mil, exatamente no dia em que ele **TERIA DE** pagar o susto que raspou a filhinha foi operada de súbito de apêndice. (C.E., MR1, p.02, L.16)

(163) [Tema: associações de moradores da favela onde mora] ...se hoje a gente tem as associações desorganizadas, as pessoas que estão lá dentro preocupadas com a-- realmente com-- com o que **DEVERIAM** estar preocupadas, não é? Que, não é? que no fundo a associação é uma mini prefeitura dentro da comunidade. (PEUL Inf. 20 L.083 4)

### 3- CONVENIÊNCIA (dever, ter de (que) e poder):

(164) [Escritor comenta livro do colega com quem se corresponde] Acho perfeitamente inútil você usar o nome Montanha para nossa Minas. A meu ver **DEVIA** ser Minas mesmo. E Cristália **DEVERIA** aparecer como Belo Horizonte. (C.E., OL1, p.02, L.40) [= ...seria conveniente que fosse Minas mesmo. E seria conveniente que Cristália aparecesse como Belo Horizonte.]

Como já vimos, Costa (1995) diferencia ‘obrigação’ de ‘conveniência’ opondo um decorrente de imposição ou convenção social a outro resultante de exigência pessoal.

Entendemos, portanto a ‘obrigação’ como refletindo uma abordagem mais objetiva, social, e a ‘conveniência’, uma abordagem mais subjetiva, que parte das opiniões pessoais do próprio informante.

Nos esquemas que elaboramos, a partir de Costa (1995), sobre os modais “poder”, “dever” e “ter de (que)”, verificamos que a autora não prevê que este último seja usado com semântica de ‘conveniência’, mas em nosso trabalho muitas ocorrências deste modal apresentaram este valor, como no exemplo abaixo, onde o fato de a seleção do Brasil vencer um jogo de cinco a zero não constitui uma necessidade, tampouco uma obrigação:

(165) [Tema: Copa do Mundo/ Brasil x Argentina]... Aí, o Brasil **TINHA QUE** dar de zero sabe? De cinco a zero... (PEUL Inf.05 L.194 1) [= Seria conveniente que o Brasil desse de zero.]

A nosso ver, o que temos no exemplo acima é um uso que se distancia dos valores ‘obrigação’ e ‘necessidade’, os quais apresentam propriedades externas de cunho social ou moral, e se aproxima do valor ‘conveniência’, pois parte inteiramente da opinião, da convicção íntima do informante, que a seleção brasileira devesse ganhar “de goleada”, já que a obrigação dos jogadores seria simplesmente ganhar.

O modal “poder” igualmente não recebeu classificação de conveniência no trabalho de Costa (1995), mas identificamos este valor em alguns casos, como no exemplo abaixo:

- (166) [Tema: desvantagens de ter-se dinheiro demais] Se ele [meu filho] fosse um filho de milionário, ele não **PODERIA** [ir à escola de ônibus]. (PEUL Inf.29 L.091 7) [= Não seria conveniente que ele fosse à escola de ônibus.]

#### 4- PERMISSÃO (poder):

- (167) ... O meu pai também ia do-- do serviço para o hospital, não é? **PODIA** entrar todo dia. Ela estava no CTQ. (...) Só **PODIA** entrar uma pessoa. ... (PEUL Inf.06 L.146 1)
- (168) ... Eu acho que -- eu acho que os padres **PODERIAM** casar, não é? Por que não, não é? (...) Ah, se eu pudesse fazer o mundo como eu penso (...) Ah, não fala não. Os padres **IAM PODER** casar, as- como é? as freiras também... (PEUL Inf.23 L.115 6)

#### 5- POSSIBILIDADE (poder):

- (169) ... No Canecão, eu ia com a minha comadre, meu marido e meu compadre, não é? Não deu! (...) Porque eu (inint.) Eu não tinha, minha mãe não **PODIA** vim para cá [cuidar da minha filha], eu não **PODIA** deixar - a minha comadre tem empregada, ... (PEUL Inf.30 L.156 6)
- (170) [Tema: influência do Papa João Paulo II sobre os povos] ... Aqui ele **PODERIA** dar certo, sabe? Porque comentam, na época que ele esteve aqui diminuiu o assalto,... (PEUL Inf.39 L.179 3)

#### 6- EVENTUALIDADE (poder):

- (171) Então ele se lembrou que eu estava bem resfriada, que **PODIA** pegar uma pneumonia, etc. (C.E., CL16, p.02, L.32)

- (172) Vim dormir em casa pois **PODERIAM** aparecer coisas para se fazer hoje de manhã. (C.Adu., LE, p.02, L.08)

## 7- PROBABILIDADE E SUPOSIÇÃO (dever):

Como os valores ‘probabilidade’ e ‘suposição’ estão próximos e dificilmente distinguimos um do outro na classificação de nossos dados, resolvemos uni-los em um só fator para fins de tratamento estatístico.

- (173) ... Então eu vim para cá, eu me lembro, eu acho que **DEVIA** ter uns seis anos, por aí, para esta casa. (PEUL Inf.11 L.055 7)

- (174) É - a hora que você chegou, [o portão do prédio] **DEVERIA** estar aberto. (PEUL Inf. 29 L. 002 4)

Classificamos os modais de nossas amostras de acordo com os valores acima, com a ressalva de que nem sempre esta categorização revelou-se pacífica. Na verdade, algumas vezes nos deparamos com impasses, como no exemplo a seguir:

- (175) [Tema: Copa do Mundo] Quem quer ir jogar com amor à pátria e quem não quer. Esse é meu raciocínio. Nisso o técnico **TINHA QUE** chamar a atenção deles aqui na concentração antes de viajar para lá.

(PEUL Inf. 03 L. 162 7)

[Obrigação ou necessidade do técnico derivada da responsabilidade de sua profissão, ou conveniência expressa através da opinião pessoal do informante?]

A solução encontrada em instâncias como esta foi verificar se o contexto deixa transparecer alguma marca de subjetividade do informante, como expressões do tipo: “eu acho”, “eu considero”, “na minha opinião”, etc. Casos deste tipo foram considerados como ‘conveniência’. Por exemplo, em (175) encontramos uma expressão veiculadora da subjetividade do informante: “Esse é meu raciocínio”.

Antes de apresentar os resultados referentes a essa classificação, precisamos expressar qual a nossa hipótese sobre a influência das modalidades epistêmica e deôntica em verbos modais nas variantes.



Na seção 3.2.2 dissemos estar de acordo com Givón (1995: 121) no estabelecimento da modalidade deôntica como sendo a marcada em relação à epistêmica. A explicação se baseia no critério da complexidade cognitiva (Givón, 1990: 947), segundo o qual a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a não-marcada. Assim, a modalidade deôntica possui o traço de incerteza epistêmica, entre outros, mas a epistêmica não possui traços da deôntica (cf. Givón, 1995: capítulo 2).

Já que a modalidade deôntica é a marcada, trabalhamos com a hipótese de que a variante FP se encaixaria como a expressão morfológica desta modalidade, pois como estipulamos no início desta seção, a aplicação desta variante FP em modais seria também um uso marcado.

Nossa expectativa em relação aos modais, portanto, é que o FP expresse os usos mais próximos do valor original do verbo, isto é, do valores deônticos: capacidade, permissão, necessidade, obrigação e conveniência. O IMP, por sua vez, expressaria os usos mais gramaticalizados dos verbos modais, de valor epistêmico (pois relativizam a veracidade do que está sendo relatado) como: possibilidade, eventualidade, probabilidade e suposição.

Na rodada computacional, em que tomamos o FP como valor de aplicação, o valor ‘suposição’ foi amalgamado ao valor ‘probabilidade’, pois aquele apresentou poucos dados, além de serem muito semelhantes entre si.

Segundo o resultado que obtivemos (tabela 44, abaixo), o FP de fato aparece preferencialmente com os valores deônticos de ‘capacidade’, ‘necessidade’, ‘obrigação’ e ‘permissão’, enquanto os valores epistêmicos ‘possibilidade’ e ‘probabilidade’ exercem uma influência neutra (.54) na escolha de FP. O valor deôntico de ‘conveniência’ e o epistêmico de ‘eventualidade’ são os que desfavorecem a escolha desta variante.

TABELA 44: Influência do grupo de fatores SEMÂNTICA DO VERBO na escolha da variante FP em verbos MODAIS nas amostras PEUL e Cartas. Os valores semânticos em *itálico* se referem ao uso mais gramaticalizado e epistêmico do modal.

Fatores: <sup>45</sup>	Aplic./Total	Freq. (%)	P. Relativo
capacidade (poder)	07/11	64%	.78
necessidade (dever/ ter que)	13/20	65%	.77
obrigação (dever/ ter que)	05/13	38%	.70
permissão (poder)	04/14	29%	.61
<i>possibilidade</i> (poder)	16/38	42%	.54
<i>probabilidade</i> (dever)	02/08	25%	.54
conveniência (pod./dev./ter que)	27/85	32%	.38
<i>eventualidade</i> (poder)	05/14	36%	.20

Embora à primeira vista o resultado do valor ‘conveniência’ pareça contrariar nossas expectativas, este baixo uso de FP em modais com valor de ‘conveniência’ pode ser facilmente explicado. Como dissemos, os modais que carregam este valor vêm muitas vezes acompanhados de expressões indicativas da subjetividade e opinião do informante, do tipo: “na minha opinião...”, “eu acho que...”, “no meu pensamento...”. Aliás, este foi um dos critérios utilizados na distinção entre o valor ‘conveniência’ e outros, como ‘necessidade’, por exemplo, quando havia ampla possibilidade de interpretação.

É de se esperar que estas expressões apareçam concomitantes à ocorrência deste valor modal já que este transmite uma informação sobre algo que seria conveniente que aconteça ou que tivesse acontecido segundo a avaliação do próprio informante. Ao mesmo tempo, a presença destas expressões modalizadoras entre os modais veiculadores de ‘conveniência’ inibe o uso de FP pois isto sobrecarregaria a ‘modalização’ da informação transmitida: ‘expressão modalizadora’ + ‘verbo modal’ + ‘FP’.

Em terceiro lugar de relevância foi selecionada a variável social ‘escolarização’, sobre a qual já comentamos neste capítulo; em quarto e último lugar o programa selecionou o ‘ambiente sintático-semântico’. Segundo o que podemos analisar neste grupo de fatores, apesar de haver poucos dados de apódoses “antepostas”, a hipótese -

baseada no princípio da iconicidade (cf. seções 3.2.2 e 6.2) - de que este seria o ambiente propício ao FP foi confirmada.

TABELA 45: Influência do grupo de fatores AMBIENTE SINTÁTICO-SEMÂNTICO na escolha da variante FP em verbos MODAIS nas amostras PEUL e Cartas.

Fatores:	Aplic./Total	Freq. (%)	P. relativo
apódose (ordem APO+PRO)	04/05	80%	.81
oração encaixada adjetiva	13/25	52%	.68
apódose (ordem normal)	24/42	57%	.65
orações encaixadas objetivas	18/57	32%	.53
oração independente	26/96	27%	.35

## 8 - CONCLUSÃO

Uma das primeiras constatações que podemos traçar a partir dos resultados obtidos pelo presente estudo é a preferência indubitável da modalidade escrita pela forma de FP, ainda que se tenha investigado um registro informal da língua portuguesa. Já na fala informal constata-se uma alternância equilibrada entre esta variante, IMP e IA+V.

Estes resultados, de certa forma, confirmam as observações que fazem os gramáticos tradicionais sobre o uso do IMP pelo FP, relacionando-o à modalidade oral e ao registro coloquial da língua (cf. seção 4.2). O que eles sequer mencionam é a possibilidade da alternância com a construção perifrástica IA+V, que, no entanto, preenche uma parcela significativa dos dados de fala (28%). Tal perífrase, porém, é bastante evitada quando se trata de língua escrita (6%). A construção IRIA+V, por sua vez, é mais rara tanto na fala como na escrita (3% e 6%, respectivamente).

O traço semântico-discursivo que une todas as variantes sob análise foi definido como *irrealis* (neste trabalho compreendido como o não-factual + o contrafactual; cf. seção 2.3). Neste sentido, somente os contextos lingüísticos que partilhavam esse traço foram coletados para este estudo variacionista.

A análise apontou que o IMP é a variante própria do texto narrativo, mesmo significando *irrealis*, dado que o próprio contexto comunicativo impede que se instale uma ambigüidade do tipo ‘passado *realis*’ vs. ‘passado *irrealis*’. A variante FP, por outro lado, é usada idealmente em contextos argumentativos, pois é um recurso de que o informante dispõe para emitir suas opiniões sem pretender ser categórico, ou seja, sem se comprometer com a veracidade ou realização de suas asserções. Já no que diz respeito às perífrases, o tipo de texto em que se encontram não interfere em sua escolha, não tendo sido considerado significativo pelo VARBRUL.

Quanto ao tempo de referência, o IMP, acompanhando a preferência por textos narrativos, é favorecido em se tratando de tempo passado. O FP, por outro lado, aparece em contextos que remetem a um tempo prospectivo e, quanto à questão da factualidade, está associado preferencialmente à informação incerta (não-factualidade) e não a uma irrealidade certa (contrafactualidade).

Por aparecerem predominantemente no contexto sintático de discurso indireto, as perífrases parecem veicular um tipo de *irrealis* peculiar: uma espécie de irrealidade sobre a expectativa do que se está anunciando (seja com verbo *dicendi*, seja com verbo de cognição), isto é, a iminência de um evento, de uma situação ou a intenção de se realizar algo. Esta característica permaneceu nas construções perifrásticas a despeito das exclusões realizadas de dados nos quais as perífrases não dão margem ao uso de IMP.

Além disso, esta pesquisa nos levou a conferir ao auxiliar “iria” um valor modal de incerteza mais forte do que o veiculado por “ia”, tendo-se em vista que o resultado do grupo de fatores ‘contexto modalizador’ mostra que a presença de expressões modalizadoras desfavorece o auxiliar “iria”: ele próprio carrega essa marca de modalização, não precisando co-ocorrer com nenhuma outra marca. Outra prova ainda mais contundente de seu valor modal é o resultado categórico para os verbos modais: nenhum verbo modal aparece, em nossos dados, sob a forma perifrástica com o auxiliar “iria” (cf. capítulo 7).

Pelo que se tem observado, as perífrases IA+V e IRIA+V parecem não ser simplesmente formas substitutas de suas correspondentes (IMP e FP, respectivamente), pois possuem contextos sociais e lingüísticos próprios. Além das características acima apresentadas, podemos dizer que estas formas têm em comum o fato de serem preferidas quando o verbo é extenso. Quando informantes mais velhos optam por uma perífrase,

preferem o uso de IRIA+V, enquanto os mais jovens usam IA+V. Em termos sintático-semânticos, as construções perifrásticas ocorrem mais em estruturas encaixadas, seja com verbo *dicendi* ou de opinião.

Quanto a outros resultados de fatores sociais, a análise quantitativa evidencia que a forma FP é a mais conservadora, pois, na língua falada, esta é a variante usada pelos mais velhos e pelos que foram mais expostos à instrução formal. Acompanhando a preferência dos mais velhos pelo morfema {-ria}, entre as formas perifrásticas, a escolha desta faixa etária recai sobre IRIA+V, como dissemos. A variante IA+V, por sua vez, possui traços próprios de uma forma inovadora, pois tende a predominar entre os mais jovens e, como já vimos, é típica da fala. Essa pesquisa, no entanto, não apresenta elementos suficientes para definir um quadro de mudança em curso.

No que se refere aos verbos modais, este estudo confirmou a necessidade de analisá-los separadamente, devido à sua própria natureza semântica. Os valores deônticos e epistêmicos se revelaram influenciadores na escolha das formas alternantes. Ao mesmo tempo, um dos resultados mais interessantes sobre os modais é a predominância do FP quando há inversão da ordem icônica 'prótase + apódose', em se tratando de períodos hipotéticos.

Os grupos de fatores que analisamos não esgotam as possibilidades de sistematização de uso das variantes. Não pretendemos, com a presente pesquisa, traçar um perfil definitivo da variável lingüística analisada, mas procuramos colaborar com a sua descrição no funcionamento da língua portuguesa usada informalmente.

O trabalho de sistematização de fenômenos variáveis, como este, envolve interesses de âmbito teórico e prático.

Acreditamos que a análise demonstrou ser viável trabalhar-se com fatores semântico-discursivos, como 'tempo & factuality' e 'tipo de texto', que trouxeram contribuições importantes à compreensão do fenômeno investigado.

Quanto à aplicabilidade desta pesquisa ao campo pedagógico, particularmente em relação à cadeira de Língua Portuguesa, a Lingüística é a área das ciências humanas que tem oferecido as maiores contribuições ao desempenho do professor, pois toma como objeto de estudo a própria língua, sob o ponto de vista de sua organização estrutural e de sua funcionalidade como instrumento de comunicação social. Assim, a cada dia esta área vem sugerindo um repensar da prática pedagógica, apontando novos caminhos.

Os resultados obtidos no estudo em questão são úteis ao trabalho do educador que lida com o ensino do português como língua materna, posto que os livros didáticos e gramáticas normativas, por exemplo, raramente citam perífrases verbais como possibilidades de uso, mas se limitam a mostrar paradigmas de conjugações verbais em suas formas flexionadas apenas.

No que se refere à prática de ensino de português como língua estrangeira, uma pesquisa de âmbito variacionista, como esta, exerce papel fundamental, já que, muitas vezes o estudante ouve e aprende em sala de aula certos padrões de uso que, na verdade, variam com outros escutados (e lidos) no dia-a-dia: em propagandas, conversas, novelas televisivas, etc.

Em relação a uma descrição diacrônica da variação aqui estudada, seria interessante que se investigasse, em trabalhos futuros, outras faixas etárias de falantes (crianças, principalmente), para que se ampliasse a análise do fenômeno em tempo aparente. Ou ainda, poderia-se examinar o uso das variantes em outros períodos (mudança em tempo real). Assim, seria possível verificar, por exemplo, se a forma IA+V

- preferida pelos mais jovens - vem ganhando espaço na língua falada e em que proporção este fato estaria ocorrendo, ou se simplesmente estamos diante de uma variação estável na língua.



## 9 - BIBLIOGRAFIA

- 01) AMMON, Ulrich et alii. (eds.) Sociolinguistics - an international handbook of the science of language and society. New York, 1988.
- 02) ANAIS do I Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras / UFRJ, 1995.
- 03) BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 33ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- 04) BENTIVOGLIO, Paola A. A variação nos estudos sintáticos. In: Estudos lingüísticos XIV. Anais de seminários do GEL, Campinas, 1987. p. 7-29.
- 05) BEZERRA, Alba Maria Cavalcante. A forma em -ria na língua culta falada na cidade de São Paulo. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos 24. Campinas, Jan./Jun.1993. p.179-230.
- 06) BROWN, Gillian & YULE, George. Discourse Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- 07) CALLOU, Dinah M. I., OMENA, Nelize & SILVA, Vera P. da. Teoria da Variação e suas relações com a Semântica, a Pragmática e a Análise do Discurso. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos 20, Campinas, Jan./Jun. 1991. p. 17-21.
- 08) CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. A forma verbal portuguesa em -ria. Washington D.C.: Georgetown University Press, 1967.
- 09) \_\_\_\_\_. História e estrutura da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.
- 10) CEZARIO SOARES, Maria Maura da Conceição. A variação do sujeito na primeira pessoa do singular. Dissertação de Mestrado em Lingüística. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1994.
- 11) COSTA, Maria Cristina Rigoni. A expressão do irrealis como estratégia discursiva. In: VOTRE, Sebastião J. (org.). Funcionalismo em lingüística - Iconicidade. UFRJ, Faculdade de Letras, Cursos de pós-graduação em Letras, 1993.
- 12) \_\_\_\_\_. Modalidade e gramaticalização. Estratégias discursivas na fala carioca. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1995. 203 fls. mimeo. Tese de doutorado em Língua Portuguesa.
- 13) CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática da língua portuguesa. 11ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.
- 14) DUBOIS, Jean et alii. Dicionário de Lingüística. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

- 15) GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- 16) GIVÓN, Talmy. On understanding grammar. New York: Academic Press, 1979a.
- 17) \_\_\_\_\_. (ed.) Syntax and semantics - v.12 - Discourse and syntax., New York: Academic Press, 1979b.
- 18) \_\_\_\_\_. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch-reference. In: HAIMAN, John & MUNRO, Pamela (eds.) Switch-reference and universal grammar. Amsterdam, John Benjamins, 1983. p. 51-82.
- 19) \_\_\_\_\_. Syntax: a functional-typological introduction. vol. I. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins, 1984.
- 20) \_\_\_\_\_. Syntax: a functional-typological introduction. vol. II. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins, 1990.
- 21) \_\_\_\_\_. Functionalism and grammar. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins, 1995.
- 22) GRYNER, Helena. A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1990. 543 fls. mimeo. Tese de Doutorado em Linguística inédita.
- 23) HAIMAN, John & MUNRO, Pamela (eds.) Switch-reference and universal grammar. Amsterdam, John Benjamins, 1983.
- 24) HOPPER, Paul J. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (ed.) Syntax and semantics - v. 12 - Discourse and syntax. New York: Academic Press, 1979. p.213-241.
- 25) \_\_\_\_\_. & TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- 26) KOCH, I. (org.) Gramática do Português Falado - v. VI. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- 27) LABOV, William. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.
- 28) \_\_\_\_\_. Language in the inner city. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1972b.
- 29) \_\_\_\_\_. (ed.) Locating language in time and space. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1980.

- 30) LAEUFER, Christiane & MORGAN, Terrell A. (eds.) Current Issues in Linguistics Theory - v.74 - Theoretical Analysis in Romance Linguistics, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1992.
- 31) LAVANDERA, Beatriz R. Where does the sociolinguistic variable stop? Language in Society, London, 7: 171-82, 1978.
- 32) LEÃO, Ângela Vaz. O período hipotético iniciado por se. Belo Horizonte, Impresso na Universidade de Minas Gerais, 1961. 234 p.
- 33) LYONS, John. Semantics. Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- 34) MACEDO, A., RONCARATI, C. & MOLLICA, C. (orgs.): Variação e discurso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- 35) MAIA, João Domingues. Língua, literatura e redação. Segundo grau, volume 2. São Paulo: Ática, 1989.
- 36) MATEUS, Maria Helena Mira et alii. Gramática da língua portuguesa. 3ª edição. Ed. Caminho - Coleção Universitária - série Lingüística - Lisboa, 1989.
- 37) MOLLICA, Maria C. de Magalhães. (org.) Introdução à Sociolingüística Variacionista. Cadernos didáticos da UFRJ, Faculdade de Letras, UFRJ, 1992.
- 38) NICHOLS, Johanna. Functional theories of grammar. In: Annual Antropological Review. Berkeley, Annual Reviews Inc., 13, 97-113, 1984.
- 39) OCHS, Elinor. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, Talmy (ed.) Syntax and semantics - v.12 - Discourse and syntax. New York, Academic Press, 1979. 51-80.
- 40) OLIVEIRA E SILVA, G. & MACEDO, A. Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A., RONCARATI, C. & MOLLICA, C. (orgs.). Variação e discurso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- 41) PAIVA, M. da C. A. de. Ordenção das cláusulas causais: forma e função. Rio de Janeiro. UFRJ, Faculdade de Letras, 1991. 232 fl. mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística.
- 42) PALMER, F. R. Mood and Modality. Cambridge textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- 43) PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal. Rio de Janeiro. UFRJ, Faculdade de Letras, 1988. 330 fl. mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística.

- 44) \_\_\_\_\_. Aspectos sintáticos e dicursivos da correspondência de escritores brasileiros contemporâneos. Relatório Parcial do Projeto Relativo ao Ano de 1989. Departamento de Lingüística e Filologia - Faculdade de Letras, UFRJ, 1989. mimeo.
- 45) \_\_\_\_\_. Por trás das frequências. In: Organon 18 - A variação do português no Brasil. Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Volume 5. Número 18. Porto Alegre, 1991.
- 46) \_\_\_\_\_. Marcas de oralidade na escrita como sinais de interação. In: Tempo Brasileiro 117 - Linguagem, interação e cognição. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1994.
- 47) \_\_\_\_\_. Forma e função nos gêneros de discurso. ALFA - UNESP (no prelo), 1997. 16p. mimeo.
- 48) PINTZUK, Suzan. VARBRUL programs. 1988. mimeo. (Original e tradução de Ivone Isidoro Pinto, revisão de Maria Thereza Gomes Fioretti e coordenação de Maria Marta Pereira Scherre.)
- 49) POPLACK, Shana. The notion of the plural in Puerto Rican Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, William (ed.) Locating language in time and space. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1980. p. 55-67.
- 50) \_\_\_\_\_. Deletion and disambiguation in Puerto Rican Spanish. Language, LSA, volume 56, number 2, 1980b. p.371-385
- 51) \_\_\_\_\_. The inherent variability of the French subjunctive. In: LAEUFER, Christiane & MORGAN, Terrell A. (eds.) Current Issues in Linguistics Theory - v.74 - Theoretical Analysis in Romance Linguistics, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 1992.
- 52) RISSO, M., OLIVEIRA e SILVA, G. M. & URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. (org.) Gramática do Português Falado - v. VI. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- 53) ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 32<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- 54) SAID ALI, Manoel. Grammatica Secundaria de Lingua Portuguesa. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos Editora, 1969.
- 55) SANKOFF, David. Variable Rules. In: AMMON, Ulrich et alii. (eds.) Sociolinguistics - an international handbook of the science of language and society. New York, 1988.
- 56) SCHERRE, Maria M. P. Reanálise da concordância nominal em português. Tese de doutorado em Lingüística. Faculdade de Letras - UFRJ, 1988. 2 vol. 555p.

- 57) \_\_\_\_\_. Sobre a atuação do princípio da saliência fônica na concordância nominal. In: TARALLO, F. (org.) Fotografias sociolingüísticas. (Coleção linguagem - crítica.) Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- 58) \_\_\_\_\_; BARROS, E. F.; PINTO, I. I. & FIORETT, M. T. G. Programas VARBRUL. Dicas para o uso do computador. Versão 2. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, 1992. mimeo.
- 59) SCHIFFRIN, Deborah. Approaches to discourse. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell Publishers, 1994.
- 60) \_\_\_\_\_. Making a list. Discourse processes, 17, 1994a. p. 337-406.
- 61) SILVA, Mário Camarinha da, BRAYNER, Sonia. Normas técnicas de editoração-teses, monografias, artigos, papers. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- 62) SILVA-CORVALÁN, C. Sociolingüística - Teoría y Análisis. Madrid: Alhambra, 1988.
- 63) TARALLO, Fernando. (org.) Fotografias sociolingüísticas. (Coleção linguagem - crítica.) Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- 64) \_\_\_\_\_. A pesquisa sociolingüística. 3ª ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.
- 65) VOTRE, Sebastião J. (org.). Funcionalismo em lingüística - Iconicidade. UFRJ, Faculdade de Letras, Cursos de pós-graduação em Letras, 1993.

## 10 - NOTAS

### CAPÍTULO 1

- 1 - A data se refere à 8ª edição do livro, o qual provavelmente foi escrito durante a década de trinta.

### CAPÍTULO 2

- 2 - Como este esquema serve como simples ilustração, estamos abstraindo outras formas de período hipotético potencial: justaposição, prótase no gerúndio, etc. (cf. Gryner, 1990).
- 3 - Nem todos os períodos hipotéticos do irreal por nós coletados apresentaram a prótase canônica: 'se + verbo no imperfeito do subjuntivo' (cf. esquema localizado ao final desta mesma seção (2.1)). No entanto, a 'negação implícita' é mantida em outras manifestações de prótases: "Tendo dinheiro [= não tenho dinheiro], repartiria com você" [exemplo fabricado].
- 4 - Note-se que nesse caso há um tempo composto (perfeito).
- 5 - Informações sobre a fonte aparecerão entre parênteses após cada exemplo:
  - Para a amostra extraída do PEUL (Programa de Estudo sobre o Uso da Língua), as abreviações são as seguintes:  
Inf.= informante ; L. = linha onde está transcrito em listagem o trecho coletado.

- Para os corpora de língua escrita, seguiremos as seguintes convenções:

Corpus "cartas de escritores": C. E.

Corpus "cartas de adolescentes": C. Ado.

Corpus "cartas de jovens e adultos (não escritores)": C. Adu.

Em seguida, aparecerá o nome abreviado do respectivo informante, seguido do número da carta (se houver mais de uma), do número da página (se houver mais de uma) e do número da linha onde aparece a ocorrência. No caso dos escritores, por serem conhecidos, apresentamos aqui as abreviações que utilizaremos:

Cecília Meireles : CM

Clarice Lispector : CL

Fernando Sabino : FS

Rubem Braga: RB

Vinícius de Moraes: VM

Marques Rebelo : MR

Thiago de Melo : TM

João Cabral de Melo Neto : JC

Exemplo: C.E., CM 1, L. 31 ⇒ Carta de escritor, Cecília Meireles, carta 1, linha 31.

Cabe aqui a observação de que os exemplos provenientes das cartas de adolescentes e de escritores foram coletados a partir de cartas digitadas, ou seja, fora de seu estado original. Apenas as cartas dos informantes adultos (não escritores) foram utilizadas em sua versão manuscrita.

- 6 - Aliás, as noções de possibilidade e de necessidade - como vimos acima, originalmente sub-tipos da modalidade alética, e conceitos centrais nos estudos da lógica tradicional - são atualmente reinterpretadas à luz das modalidades epistêmica e deôntica, de modo que comumente encontramos na literatura lingüística termos como: ‘necessidade epistêmica’, ‘necessidade deôntica’, etc.
- 7 - Texto original: *the necessity or possibility of acts performed by morally responsible agents*. (Lyons, 1977: 823).
- 8 - A rigor, Givón (1995: capítulo 4) não utiliza o termo “não-factuality”, mas apenas “non-fact”, ao referir-se ao sub-grupo de modalidades epistêmicas composto por “asserção irrealis” (“irrealis assertion”) e “asserção negativa” (“NEG-assertion”), em contraste com o sub-grupo “fact”, do qual fazem parte a “pressuposição” (“presupposition”) e a “asserção realis” (“realis-assertion”). (Cf. esquema em Givón, 1995: 114 e nota 3 referente a este esquema.)
- 9 - Note-se que o autor considera ‘irrealidade’ o que estamos chamando de ‘contrafactualidade’.
- 10 - Fonte da citação presente em Câmara (1967: 61-62):  
JESPERSEN, O. The Philosophy of Grammar. London, 1929.
- 11 - Texto original: ... *reference to the future, unlike reference to the past, is as much a matter of modality as it is of purely temporal reference*. (Lyons, 1977: 816)

### CAPÍTULO 3

- 12 - Alguns autores variacionistas, entre os quais o próprio Labov, evitam o termo Sociolingüística, pois este resulta redundante, visto que toda interação comunicativa, fonte dos dados empíricos nos quais se baseia a teoria, é necessariamente social.
- 13 - Tendo-se em vista que o termo ‘amostra’ é comumente empregado como ‘parte representativa de um corpus’, podendo também designar ‘parte representativa de um universo lingüístico’, como é o caso da Amostra do PEUL, resolvemos evitar possíveis ambigüidades usando letra maiúscula para nos referir à esta, e, minúscula para nos referir à nossa “sub-amostra” de 35 informantes, desta extraída. Para manter uma certa coerência, chamaremos também de ‘amostra’ o conjunto de cartas utilizadas como fonte de dados de língua escrita. Logo, temos: Amostra do PEUL (= conjunto total de informantes do programa), amostra PEUL e amostra Cartas.

- 14 - Nossa amostra Cartas é dividida em três grupos: adolescentes, adultos (não-escritores) e escritores. Destes, o grupo de cartas escritas por adultos (não-escritores) é o único que não faz parte do acervo do programa PEUL, tendo sido utilizado por Paredes Silva (1988) em sua Tese de Doutorado.
- 15 - Na literatura variacionista, é comum usar-se indistintamente os termos ‘grupo de fatores’ e ‘variável’, este último se distinguindo da ‘variável dependente’: fenômeno de variação em foco na análise.
- 16 - Nosso trabalho se baseia na análise do uso espontâneo da língua, por isso, a Análise do Discurso de linha francesa não nos diz respeito. Estamos abordando a linha americana.
- 17 - Texto original: *The analysis of discourse is, necessarily the analysis of language in use. As such, it cannot be restricted to the description of linguistic forms independent of the purposes or functions which those forms are designed to serve in human affairs.* (Brown & Yule, 1983: 01)
- 18 - Por enquanto, estamos considerando intercambiáveis os termos ‘gênero discursivo’ e ‘tipo de texto’. Mas na seção 6.5, onde trataremos deste assunto como um grupo de fatores, o termo adotado será ‘tipo de texto’.

#### CAPÍTULO 4

- 19 - Temos notícia de duas dissertações - em andamento - de abordagem variacionista sobre a alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito, ambas vinculadas ao projeto VARSUL: uma na Universidade Federal de Santa Catarina, de autoria da mestrande Tereza Santos da Silva, orientada pela Professora Doutora Edair Gorsky; outra na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de autoria de Lenara Karam, orientada pela Professora Doutora Ana Maria Zilles.
- 20 - Conferir nota nº 1, no capítulo 1 desta dissertação.
- 21 - Exemplos - coletados pela autora - de construções **com prótase no pretérito perfeito do indicativo** :
- Com apódose em IMP:  
 [...] “o dia 15 de Novembro, se não feneceu de todo, chegava a passar despercebido” [...] - C.D. ANDRADE, p.115.\*  
 \* Texto: Carlos Drummond de Andrade, Fala, Amendoeira, Livr. José Olympio Ed., Rio, 1957.
  - Com apódose em FP:  
 “E se entre os apóstolos, um deles disse que não casar é melhor, o que não diria o apóstolo das gentes” [...] - J. RIBEIRO, p. 137.\*\*  
 \*\* Texto: João Ribeiro. Floresta de Exemplos, 2a. ed., Revisão críticas e notas finais de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Livr. São José, Rio, 1959.



- 22 - O pretérito imperfeito do subjuntivo no espanhol é morfologicamente expresso por {-ra} (pudiera, hubiera,...) ou {-se} (pudiese, hubiese,...).
- 23 - Texto original: ... *presentan una situación que no es un hecho en el mundo real, pero el hablante la puede juzgar como más o menos posible en el futuro.* (Silva-Corvalán, 1988: 133)
- 24 - A autora chama de “condições irreais ou contrárias à realidade” (p.133) as que possuem um grau menor ou maior de probabilidade de realização. Seu conceito de ‘irreal’, portanto, coincide com o que decidimos chamar de *irrealis* (cf. seção 2.3).
- 25 - Texto original: *el condicional es en todos los contextos irreal y orientado hacia el futuro; -ba puede ser real y orientado hacia el pasado.* (Silva-Corvalán, 1988: 134-5)

## CAPÍTULO 5

- 26 - Recentemente, a esta amostra, somou-se um grupo de oito entrevistas de recontato.
- 27 - É curioso que o uso de “gostava” com esse mesmo sentido seja tão natural no português europeu.
- 28 - A raridade do uso de “quereria” parece estar associada ao fenômeno morfofonêmico conhecido como ‘haplologia’: tendência de suprimir-se uma sílaba no caso de, na mesma palavra, aparecerem contíguas duas sílabas (quase) idênticas.
- 29 - Somente duas ocorrências de IMP foram coletadas nestas condições, na amostra de cartas. No entanto, seus contextos lingüísticos garantem a noção de ‘futuro de um passado’: “... mas estava tão afobada que não deve ter lembrado de nada coitadinha. Porque, além do mais, **VIAJAVAM no dia seguinte** para a Europa, e o corre-corre era grande.” (C.E., VM 2, p.02, L.17) e “Oi Fátima! Fiquei muito contente ao receber sua carta! Primeiro, por saber que meu cartão chegou às suas mãos. Depois, porque você **VINHA** para cá.” (C.Adu., AH, p.01, L.03).

## CAPÍTULO 6

- 30 - Texto original: ... *the absence of a marker on the segment preceding the token in question favors deletion on that token, whereas presence of an immediately preceding marker favors retention of a marker on the token.* (Poplack, 1980b: 377).
- 31 - Utilizaremos para todos os exemplos as seguintes convenções gráficas:
- Ocorrências em análise no exemplo: caixa alta e negrito;
  - Ocorrências vizinhas à que está em análise: caixa alta;
  - Trecho relevante ao exemplo: negrito;
  - Prótases a serem destacadas na análise, quando conveniente: sublinhadas.

- 32 - Nos exemplos, as informações em segundo plano ('fundo') que intervêm entre duas ocorrências sucessivas aparecerão em negrito e caixa baixa.
- 33 - Conforme apresentado na seção 5.2 (Tratamento dos dados), o verbo "ir" foi excluído da contagem, mas, para efeitos de investigação do grupo 'paralelismo', este e outros verbos que são ocorrências excluídas da análise podem funcionar como marcas precedentes, portanto, influenciadoras potenciais do fenômeno.
- 34 - As outras três ocorrências deste fator são as seguidas do próprio IRIA+V (cf. tabela 10, que aparece em seguida).
- 35 - Além disso, este grupo de fatores obteve valor de significância .003 no primeiro nível da rodada definitiva de IRIA+V como valor de aplicação .
- 36 - Em um primeiro momento, realizamos uma contagem que separava as apódoses implícitas das que apareciam na ordem 'prótase + apódose' e 'apódose + prótase'. Ao verificarmos que as implícitas mostraram resultado estatístico muito semelhante ao das apódoses na ordem dita 'canônica' - 'prótase + apódose' - resolvemos amalgamar estes dois fatores.
- 37 - Logo, estamos tratando "acho que" como um marcador discursivo (cf. RISSO, M., OLIVEIRA e SILVA, G.M. & URBANO, H., 1996)
- 38 - Em relação à variante FP, diante da suspeita de que a variável 'tipo de texto' pudesse estar interferindo na escolha do 'ambiente sintático-semântico', realizamos, posteriormente, uma rodada da qual excluímos aquela variável. Como, nestas condições, o 'ambiente sintático-semântico' foi selecionado, a hipótese da interferência foi confirmada. A explicação pode estar no fato de que o ambiente sintático de discurso indireto seja típico de textos narrativos, o que causa uma superposição de fatores.
- 39 - Não aplicamos as noções de não-factuality e contrafactuality a este fator porque este enfatiza a questão da referência temporal em detrimento da factuality, o que será explicado no corpo do texto, mais adiante.
- 40 - Os números totais das variantes IMP e FP são inferiores aos encontrados nas demais tabelas porque entre os verbos dissílabos coletados para estas variantes foram excluídos os casos de "fazer", "dizer" e "trazer", verbos no qual a extensão lexical entre as duas possibilidades se neutraliza: "faria" vs. "fazia"; "traria" vs. "trazia"; "diria" vs. "dizia". Estes tipos de dados não ocorreram em perífrases.
- 41 - Para a classificação dos tipos de estrutura discursiva, os termos 'tipo de texto' e 'gênero discursivo' se alternam na literatura das áreas pertencentes à Linguística. Optamos pela primeira alternativa porque o vocábulo 'gênero' também é muitas vezes empregado na designação de textos completos ('unidades comunicativas', nos termos de Paredes Silva (1997: 13), ou seja: gênero carta, gênero entrevista, etc.

- 42 - Texto original: *The point of a list is much simpler: to enumerate and link together specific items (even when those items are events) as realizations of a general category.* (Shiffrin, 1994a: 390)
- 43 - Sobre mudança lingüística em tempo real: na amostra de Vaz Leão (1961) (cf. nossa seção 4.3.1) baseada em dados extraídos de textos literários, a autora, infelizmente, não separou as ocorrências perifrásticas (IR+V) das simples, tendo simplesmente classificado o tempo do verbo auxiliar “ir”, de modo que não podemos comparar o uso dessas perífrases nas diferentes épocas literárias e em relação aos nossos resultados.

## CAPÍTULO 7

- 44 - Valor radical: este é definido pela autora em oposição ao valor epistêmico. O primeiro se refere ao modal que constitui parte do enunciado e que tem como função “expressar as condições que permitem a existência do evento”, isto é, diz respeito à “modalização do predicado” (Costa, 1995: 53); o segundo se refere à atuação do modal sobre todo o enunciado e à manifestação da cognição do informante sobre a verdade da proposição.
- 45 - Esta tabela exclui os modais “precisar”, “preferir”, “pretender” e “tentar”, pois cada um desses apresenta uma semântica própria.

COSTA, Ana Lúcia dos P. A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. Dissertação de Mestrado em Linguística.

## RESUMO

Este trabalho trata da variação entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito - considerando tanto suas formas flexionadas como as perífrases com o verbo auxiliar "ir"- na expressão do modo *irrealis*, no português informal falado (entrevistas sociolinguísticas: Projeto PEUL) e escrito (cartas pessoais) no Rio de Janeiro. A princípio, traçamos uma definição da noção que as variantes apresentam em comum: a expressão do *irrealis*. Adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística, associados a hipóteses de base funcionalista. Revisamos textos que abordam o fenômeno em questão do ponto de vista não só gramatical mas também linguístico. Descrevemos as amostras de língua falada e escrita utilizadas. Trabalhamos com os fatores sociais convencionais e com fatores linguísticos de natureza sintática, semântica e discursiva. Por último, avaliamos o desempenho peculiar deste fenômeno variável em verbos modais.

COSTA, Ana Lúcia dos P. A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. Dissertação de Mestrado em Linguística.

## ABSTRACT

This dissertation deals with the variation among tenses of the conditional and the past-imperfect indicative - considering both their inflected and periphrastic forms with the auxiliary verb 'ir' ['to go'] - in the expression of the *irrealis* mode, in the informal Portuguese which is spoken (sociolinguistic interviews) and written (personal letters) in Rio de Janeiro. First of all, we delineate a definition for the notion which the variants have in common: the *irrealis*. We adopt the theoretical and methodological principles of the Theory of Linguistic Variation and Change, associated with hypotheses based on the Functional Linguistics. We review texts which treat this phenomenon according to either a grammatical or a linguistic approach. Then, the samples of spoken and written language used in this research are described. We work with the conventional social factors and with linguistic factors of a syntactic, semantic or discursive nature. Finally, we evaluate the peculiarity of this phenomenon of variation in what concerns modal verbs.

## ERRATA

Pág. 26

Onde se lê

... temos chamado de *irrealis*, as duas seguintes acepções:

Leia-se

... temos chamado de *irrealis* as duas seguintes acepções:

Pág. 29

Onde se lê

(probabilidade, dúvida suposição)

Leia-se

(probabilidade, dúvida, suposição)

Pág. 75

Onde se lê

("A noção de irrealidade")

Leia-se

("A noção de *irrealis*")

Pág. 80

Onde se lê

... será utilizado um corpus...

Leia-se

... foi utilizado um corpus...

Pág. 81

Onde se lê

... será usada uma amostra...

Leia-se

... foi usada uma amostra ...

Pág. 101

Onde se lê

mudanças de planos.

Leia-se

mudança de planos.

Pág. 104

Onde se lê

... semelhança formal com ele.

Leia-se

... semelhança formal com IRIA+V.

Pág. 123

Onde se lê

(22 L.184 6)

Leia-se

(PEUL Inf. 22 L.184 6)

Pág. 140

Onde se lê

(oposição -i(e)ria vs. -ia:

Leia-se

(oposição -i(e)ria vs. -ia):

Pág. 170

Onde se lê

...o modal em -ria a ainda persistir.

Leia-se

... o modal em {-ria} a ainda persistir.